



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORIA NACIONAL

RELATÓRIO CONCLUSIVO DE CORREIÇÃO

CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

(17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE BELO
HORIZONTE/MG)

DEZEMBRO DE 2016



Sumário

Disposições Preliminares	3
1. Atos Preparatórios da Correição	3
Das Atividades de Correição	3
2. Promotorias de Justiça Correicionadas	3
2.1 Belo Horizonte	3
17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público	3
17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público	16
17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público	24
17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público	33
17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público	42
17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público	50
Constatações	59
3. Constatações da Equipe de Correição	59
3.1 Das Constatações Gerais	59
3.2 Das Constatações Específicas por Cargo/Membro em Atuação na 17ª PJ-PP	68
4. Indagações da Corregedoria Nacional	92
5. Proposições da Corregedoria Nacional	92
Considerações Finais	93
6. Considerações Finais	93

Disposições Preliminares

1. Atos Preparatórios da Correição

O Corregedor Nacional do Ministério Público, Dr. **Cláudio Henrique Portela do Rego**, por meio da portaria CNMP-CN nº 231, de 25 de outubro de 2016, determinou Correição Extraordinária na 17ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte/MG, a fim de verificar, *in loco*, a regularidade e o funcionamento dos serviços ministeriais, designando, então, os membros componentes da equipe, bem como os dias para a realização dos trabalhos. Foi instaurado no âmbito da Corregedoria Nacional do CNMP, o Procedimento de Correição nº 0.00.000.000452/2016-67, para autuação e organização documental. A execução da correição deu-se conforme seu planejamento e foi realizada entre os dias 05 a 07 de dezembro de 2016, pelos Promotores de Justiça Renee do Ó Souza e Francisco de Assis Machado Cardoso, designados para os trabalhos.

Das Atividades de Correição

2. Promotorias de Justiça Correicionadas

2.1 Belo Horizonte

17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público

___ PROMOTORIA DE JUSTIÇA	
1. Órgão inspecionado:	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO PROMOTOR: Dr. JOÃO MEDEIROS SILVA NETO
2. Atribuições do Órgão:	RES.72/2006
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 09/08/2015; reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses não participou de cursos de aperfeiçoamento; não exerce o magistério; não exerce a advocacia; não respondeu a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 06 meses não recebeu colaboração; nos últimos 06 meses se afastou das atividades nos dias 17, 18, 30 e 31 de agosto e 06 e 07 de outubro; cumpre expediente das 11 às 19h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
1. Qual os dias e horários em que é prestado o atendimento ao	2ª a 6ª de 07 às 19 h.

público?	
2. Respondeu por outro(s) órgão(s), cumulativamente, nos últimos seis meses (especifique)?	NÃO
3. Recebeu colaboração nos últimos 6 meses (especifique)?	NÃO
4. Houve afastamento, de qualquer natureza, nos últimos 6 meses?	SIM
5. Caso positivo, indicar o período e o motivo:	Nos dias 17, 18, 30 e 31 de agosto e 06 e 07 de outubro. Motivo: Utilização de dias de férias-prêmio.
6. Estrutura de pessoal no gabinete:	01 analista em Direto, 01 Estagiário e 01 Oficial do Ministério Público.
7. Estrutura física do gabinete:	Gabinete do Promotor e Secretaria.
8. Sistema de arquivos:	Sistema de Registro Único (SRU), Arquivo Físico e Digital.
9. Sistema de registro e controle:	SRU, SGDP e livros de protocolos.
10. Oficia perante qual (is) Vara(s) judiciais? Quantos processos tramitam na Vara?	26ª Vara Cível: 01 processo, 1ª Vara da Fazenda Estadual: 12 processos, 2ª Vara da Fazenda Estadual: 11 processos, 3ª Vara da Fazenda Estadual: 06 processos, 4ª Vara da Fazenda Estadual: 7 processos, 5ª Vara da Fazenda Estadual: 05 processos, 6ª Vara da Fazenda Estadual: 04 processos, 7ª Vara da Fazenda Estadual: 01 processo, 1ª Vara da Fazenda Municipal: 13 processos, 2ª Vara da Fazenda Municipal: 17 processos, 3ª Vara da Fazenda Municipal: 12 processos.
11. Observações:	
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO	
PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS	
PERÍODO	Dez (2014) Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov (2015)
Saldo do mês anterior	3 6 8 7 1 1 0 4 4 6 4 4
Distribuídos no mês	4 9 8 22 10 10 11 12 10 12 6 8
Impulsionados no mês	1 7 9 28 10 11 7 12 8 14 6 9
Saldo do mês atual	6 8 7 1 1 0 4 4 6 4 4 3
Audiências realizadas/ sessões	3 0 1 1 0 0 0 2 0 1 1 1
Recursos interpostos	11 0 4 3 0 1 1 1 0 2 1 0
Observações:	
PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS	
PERÍODO	Dez (2015) Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov (2016)
Saldo do mês anterior	3 3 3 5 5 6 7 5 8 4 5 6

Distribuídos no mês	10	6	8	8	12	9	11	8	5	6	8	0
Impulsionados no mês	10	6	6	8	11	8	13	5	9	5	7	2
Saldo do mês atual	3	3	5	5	6	7	5	8	4	5	6	4
Audiências realizadas/ sessões	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	1	0	2	5	0	0	4	0	1	0	0	0

Observações:

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
1. Notícias de fato distribuídas	4	5	23	18	22	32	21	12	11	24	13	9
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	2	10	3	2	1	2	0	5	4	8	0	3
3. Procedimento Preparatório instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0
4. Procedimento Administrativo instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9. Arquivamento sem Remessa	16	22	25	13	4	14	25	25	32	20	15	10
10. Arquivamento com Remessa	4	1	9	12	7	12	19	0	9	0	8	2
11. Audiências Extrajudiciais	0	2	0	0	1	0	1	1	0	1	3	1
12. Audiência Pública realizada	0	0	0	0	00	0	0	0	0	0	0	0
13. Recomendações Ministeriais expedidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14. PICs instaurados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. Despachos	22	21	65	31	2	42	8	41	86	28	15	5

Observações:

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
1. Notícias de fato distribuídas	9	16	30	39	10	15	13	27	23	13	14	13

2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	2	2	5	1	11	3	7	10	9	8	1	3
3. Procedimento Preparatório instaurado	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
4. Procedimento Administrativo instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	1	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9. Arquivamento sem Remessa	19	3	27	10	37	14	14	29	26	28	6	14
10. Arquivamento com Remessa	5	0	4	1	9	4	1	14	6	6	12	2
11. Audiências Extrajudiciais	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	9	2
12. Audiência Pública realizada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Recomendações Ministeriais expedidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
14. PICs instaurados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. Despachos	7	5	22	21	37	41	35	37	44	71	30	16

Observações:

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

* Na data da Inspeção/Correição.

1. Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
2. Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
3. Outros processos judiciais criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

4. Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
5. Mandados de segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
6. Outros processos judiciais cíveis – <i>custos legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
7. Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
8. Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
9. Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	11
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
10. Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
11. Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
12. Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	58
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	136
13. Procedimento Administrativo	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
14. Ações civis públicas ajuizadas nos últimos 12 meses:		2
15. Ações civis públicas de improbidade adm. ajuizadas nos últimos 12 meses:		6
16. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias) nos últimos 12 meses:		0
17. Denúncias oferecidas nos últimos 12 meses:		0

18. Termos de ajustamento de conduta	Firmados nos últimos 12 meses:	0
	Pendentes de cumprimento (com acompanhamento):	
19. Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
20. Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
21. Visitas/Reuniões externas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	0
	Estabelecimentos de deficientes:	0
	Estabelecimentos de Saúde:	0
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0
	Fundações:	0
22. Qual o critério de recebimento de feitos:		
23. Observações:		

QUADRO ESTATÍSTICO ANUAL DETALHADO

CRIMINAL

Área criminal	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos de processo remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	22	27
2. Autos de Inquéritos Policiais:	9	10
3. PICs instaurados:	0	0
4. Arquivamentos de PICs:	0	0
5. Arquivamentos de IPs:	0	0
6. Denúncias oferecidas:	0	0
7. Medidas cautelares preventivas e incidentais propostas pelo correicionado:	0	0
8. Alegações finais ou memoriais (escritas e orais):	0	0
9. Sessões do Tribunal do Júri:	0	0
10. Recursos interpostos:	0	0
11. Razões apresentadas:	0	1
12. Contrarrazões:	0	1

12. Contrarrazões:	0	0
13. Outras manifestações	12	10
JUIZADO ESPECIAL		
Juizado Especial Criminal e Cível	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador da República correicionado(a):	0	0
2. Arquivamentos:	0	0
3. Transações penais:	0	0
4. Denúncias oferecidas:	0	0
5. Alegações finais ou memoriais:	0	0
6. Razões apresentadas:	0	0
7. Contrarrazões:	0	0
8. Outras manifestações criminais	0	0
9. Manifestações cíveis	0	0
CÍVEL (MP autor)		
Cível (MP Autor)	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça correicionado(a):	112	62
2. Ações Cíveis Públicas Ajuizadas:	7	6
3. Outras ações ajuizadas	0	0
4. Alegações Finais:	4	2
5. Recursos interpostos:	10	0
6. Razões recursais:	4	5
7. Contrarrazões recursais:	1	1
8. Outras manifestações:	71	46
CÍVEL (custos legis)		
Cível (custos legis)	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	0	2
2. Quantidade de manifestações exaradas (excetuados casos em que justificada a não-intervenção):	0	3
3. Processos em que foi justificada a	0	1

não intervenção pelo(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República:			
DADOS COMPLEMENTARES			
1. Sugestões do titular do órgão do Ministério Público:			
2. Experiências inovadoras:			
3. Observações (outras atividades de atuação e outras informações relevantes):			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS (CÍVEIS E CRIMINAIS)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Inquérito Civil	0024.03.000270-3	07/04/2003	1
IC	0024.11.001078-2	22/07/2011	2
IC	0024.12.004380-7	12/09/2012	3
IC	0024.11.004359-3	03/08/2011	4
IC	0024.11.007239-4	12/11/2013	5
IC	0024.12.002575-4	28/03/2012	6
IC	0024.13.004690-7	16/10/2013	7
IC	0024.12.009508-8	07/11/2012	8
IC	0024.10.004641-6	17/01/2013	9
IC	0024.12.000781-0	05/03/2013	10
IC	0024.13.008906-3	29/08/2013	11
IC	0024.13.003562-9	16/04/2013	12
IC	0024.13.009095-4	29/07/2013	13
IC	0024.11.007210-5	25/10/2013	14
OBSERVAÇÕES			
<p>1. Objeto: irregularidades veiculação de publicidade pela Assembléia Legislativa. Portaria de fls. 02 genérica e imprecisa, sem descrição dos fatos, envolvidos, data e sem diligências iniciais. Portaria baixada pelo Promotor Marcial Vieira de Souza. Termos de declaração colhidos em outubro de 2002 sem a presença de Promotor de Justiça. Arquivamento dos autos foi promovido em 24 de junho de 2003. O CSMP homologou arquivamento em 08 de outubro de 2003. Em 12 de julho de 2005 o IC foi reaberto devido a notícias veiculadas sobre desvios em contratos de publicidade com as empresas SMP&B Comunicação e DNA Propaganda, cujo sócio é Marcos Valério Fernandes de Souza. A reabertura deu-se em 12/07/2005 e ampliou a investigação para os anos de 1999 à 2005. Autos remetidos ao PGJ em 19/09/2005. Há nos autos pareceres da assessoria da PGJ pela necessidade de avocação dos autos fls. 225 e fls. 263/266, que foi proferida em 10/11/2005 (fls. 267). Autos foram remetidos a 17 promotoria de Justiça em 21 de outubro de 2011. Novo despacho remetendo autos ao PGJ em 09/01/2012. Novo despacho com mesma determinação em 15 de fevereiro de 2012. Em 02/09/2013 novo despacho de remessa para o PGJ, desta vez da lavra do Dr. João Medeiros Silva Neto. Em 06 de dezembro de 2013 despacho devolvendo expediente a 17ª Promotoria. Autos devolvidos ao PGJ em 1/09/2014. Os autos foram remetidos ao CSMP o qual homologou arquivamento dos autos em 27/08/2014. Em 15/09/2014 nova manifestação da Promotora de Justiça Patricia Medina Varotto de Almeida requerendo a devolução dos autos a Promotoria. Remessa em 18/09/2014. Autos conclusos em 03/10/2014. Próximo despacho em 15/07/2016 PRORROGANDO o IC e remetendo os autos para perícia no CEAT sem definição clara da análise pretendida. Após a perícia, novo</p>			

despacho a fls. 390 solicitando comprovantes de despesas, notas fiscais etc em 04/10/2016. Há 03 apensos ao IC contendo documentos relativos a investigação.

O Promotor de Justiça Inspecionado procurou a equipe e especificadamente quanto a este procedimento ponderou que a demora na tramitação do IC deu-se predominantemente devido a avocação dos autos pelo PGJ à época e que vislumbrou desde setembro de 2014 a possível prescrição da improbidade, razão pela qual o remeteu novamente ao PGJ. Depois que os autos retornaram, registra que deu-se por vencido e realizou novas diligências a fim de apurar possível dano ao erário.

2. Objeto: irregularidades contrato entre Cemig e empresa AeC com possíveis favorecimento em incremento do valor contrato e ausência de aplicação de penalidades contratuais. Portaria de 22 de julho de 2011. Juntada nos autos de Notícia de fato correlata em 06/02/2013 (fls. 67). Novos despachos instrutórios em 04/03/2013 e 22/09/2014, neste houve PRORROGAÇÃO. Próximo despacho em 07/08/2015, prorrogando o IC e reiterando requisição anterior (fls. 570). Novo Despacho reiterando a requisição anterior e determinando novas diligências em 07/03/2016 (fls. 574). Nova PRORROGAÇÃO em 05/09/2016 e reiteração de requisição anterior.

3 – Objeto: irregularidade na comercialização de espaço publicitário em ônibus urbanos de BH. Despachos instrutórios (fls. 177, 227, 288, 318-Verso, 344-verso, 349-verso, 363-verso, 395-verso, 400, 411, 425, 436, 445 e 449 revelam baixa capacidade de resolutividade, uma vez que poderiam ter sido, na maioria das vezes, concentrados. Houve tres prorrogações: despacho de fls. 400 (26/09/2014), 436 (27/10/2015) e 449 (20/10/2016).

4 – Objeto: irregularidade na Licitação de ampliação do SES Ibirité consistente em superfaturamento de obra e direcionamento do certame. Despachos de fls. 13 (13/01/2012), 16 (29/02/2012), 23 (30/10/2013), 30-verso (03/04/2014), 36 (24/09/2014), 41 (26/02/2015), 46 (04/08/2015), 50 (03/05/2016), 53 (12/08/2016), são, na maioria, pouco resolutivos porque buscam diligências parceladas que poderiam ter sido concentradas, além de resumirem-se em reiterações de diligências anteriores. A espera pela realização da análise do caso pelo TCE demonstra baixo protagonismo do Promotor. Os despachos de fls. 36, 46 e 53 PRORROGARAM o IC. 07 Apensos contendo os documentos requisitados

5 – Objeto: utilização dos serviços de assessoria jurídica da Polícia Militar de Minas Gerais para defesa de militares em ações movidas contra os mesmos. Despachos de fls. 171 (23/05/2014 – data preenchida manualmente), 172 (06/06/2014), 175 (03/07/2015), 183 (08/09/2016- sem numeração) pouco resolutivos, com diligências excessivamente parcelares. Prorrogações nos despachos de fls. 171, 175 e 183, o que denota grande hiato entre os despachos de conteúdo simples.

6 – Objeto: esquema de propina na Fundação Rural Mineira-Ruralminas. Portaria de 28/03/2012. Despachos de fls. 36 (20/03/2013) 41 (23/05/2014 -data preenchida manualmente- Prorrogatório), 152 (15/07/2014), 233 (11/12/2014), 245 (07/07/2015 – prorrogatório), 401 (18/10/2016 – sem numeração) são pouco resolutivos, com diligências parcelares. Prazo de conclusão vencido. Despacho de fls. 245 amplia o objeto do IC envolvendo órgãos da administração pública de MG diferentes do órgão inicialmente investigado, alcançando inclusive licitações e contratos administrativos distintos, o que prejudica a resolutividade da investigação.

7 – Objeto: irregularidade na compensação financeira pela exploração de recursos minerais – CFEM ao consórcio Minas Arena, responsável pela administração do Estádio do Mineirão, notadamente o empenho de R\$ 49.600.000,00. Portaria de 16/10/2013. Despachos de fls. 13, 53, 66, 93 (Prorrogatório – 13/01/2015), 111, 136 (prorrogatório – 13/07/2016) e 140 são pouco resolutivos porque realizam diligências meramente burocráticas e circulares, geralmente consistente em requisição de documentos. Há hiatos entre os despachos desnecessários. Dois apensos consistentes em notícias de fato.

8 – Portaria de 07/11/2012. Data de Instauração na capa dos autos de 23/01/2013. Objeto: irregularidade no convênio celebrado entre Município de BH e sociedade São Vicente de Paula para contratação de agentes comunitários de limpeza urbana. Despacho de fls. 332, 335, 338, 340 (prorrogatório – 06/07/2015), 416 (prorrogatório – 05/07/2016) são pouco resolutivos porque buscam diligências parceladas que poderiam ter sido concentradas, além de resumirem-se em reiterações de diligências anteriores. Há falta de protagonismo do Promotor de Justiça na condução da investigação. Tres apensos consistentes em documentos remetidos pelo Município.

9 – Portaria de 17/01/2013 e data de instauração na capa dos autos 23 de janeiro de 2013. Objeto: Transferencia fraudulenta de imóveis para o Deputado Estadual Alencar Magalhães da Silveira Junior por meio de documentos falsos. Despacho de fls. 83, 85, 88, 91 (Prorrogatório – 29/01/2015), 99, 137 (prorrogatório – 17/02/2016) e 141 (Prorrogatório – 01/12/2016) são de pouca resolutividade e na maioria das vezes reiteram diligências anteriores. Seis apensos consistentes em documentos comprobatórios do fato.

10 – Portaria de 05/03/2013. Concussão praticada por policial militar. Despacho de fls. 182 (prorrogatório – 23/05/2014), 190, 194, 199 (prorrogatório – 09/07/2015), 201 (prorrogatório – 19/09/2016) são de pouca resolatividade. Há falta de protagonismo do Promotor de Justiça na condução da investigação que apenas aguarda a conclusão das investigações de outros órgãos. Há quatro apensos consistentes na cópia da ação penal correlata ajuizada.

11 – Objeto: Irregularidades em licitação (pregão presencial 13/2010). Portaria de 26/08/2013. Despachos de fls. 52 (contém, tardiamente, diligência evidentemente necessária desde a instauração da Portaria), 58, 202, 208 (todos despachos aguardam do órgão público estadual o deslinde para o fato – o último despacho é prorrogatório (21/08/2015)), 243 (prorrogatório – 01/09/2016) são de pouca resolatividade. O Promotor de Justiça apenas aguarda a conclusão das investigações e das medidas tomadas pelo órgão público estadual. Há dois apensos contendo cópia do contrato fruto do certame identificado e documentos de interesse dos autos.

12 – Objeto: possível irregularidade em negociações de compra e venda de ações envolvendo CEMIG e Andrade Gutierrez. O objeto da investigação não individualiza o fato, olvidando-se quanto a data e possível ato ilícito cometido. Portaria de 16/04/2013. Despacho de fls. 67 (23/05/2014) meramente prorrogatório, sem qualquer nova diligência. Despacho seguinte fls. 68 contendo diligência aferível desde o início do IC. Resposta ao ofício em dezembro que só foi juntado em fevereiro de 2015 (fls. 69-verso). A conclusão dos autos foi feita em 19/02/2015 e o próximo despacho em 15/07/2015 (prorrogatório – fls. 73). Juntada da resposta em 16/10/2015 de ofício datado de 24/09/2015. Resposta de fls. 77 datada de 20 de agosto de 2015 sem data de juntada. Despacho de 10/05/2016 solicitando informações sobre o acordo de leniência celebrado entre a investigada e o MPF. Feito concluso em 12/08/2016, após o vencimento do prazo, o qual foi prorrogado na mesma data (fls. 124). Nova prorrogação em 26/10/2016 e despacho reiteando o anterior (fls. 128-verso).

13 – Portaria de 29/07/2013 e data de instauração na capa dos autos de 11/09/2013. Objeto: Exercício ilegal de cargo público por detetive de polícia após decretada judicialmente a perda do cargo. O autos foram conclusos em 31/07/2014 o qual foi seguido do despacho de fls. 169 (prorrogatório). Resposta em outubro de 2014. Autos foram conclusos em 23 de outubro de 2014. Em 15 de setembro de 2015 novo despacho instrutório. Resposta juntada em 13 de outubro de 2015. Autos novamente conclusos em 13/10/2015. Despacho instrutório e prorrogatório em 09/09/2016, após o vencimento do prazo para conclusão, portanto. Última diligência solicitando da Advocacia Geral do Estado informações das medidas adotadas relativas ao ressarcimento ao erário referente ao ex-servidor da polícia civil demitido.

14 – Objeto: favorecimento à empresa Ferrous Resource decorrentes de cancelamento indevido de títulos de propriedade anteriormente outorgados a outras pessoas posteriormente outorgados a dita empresas.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Inspeccionado). Processos e Procedimentos Analisados (Cíveis e Criminais)
(páginas 10 a 12 do Relatório Preliminar de Correição):

1- IC nº 0024.03.000.270-3: Conforme consta das observações da equipe de inspeção, este Promotor de Justiça fez ponderações sobre a tramitação do ICP, que foi **avocado pelo então Procurador-Geral de Justiça, em setembro de 2005 (fl. 224 do IC), tendo permanecido aos cuidados da Chefia Institucional no período de novembro de 2005 a fevereiro de 2012, sem qualquer movimentação.** Após o retorno dos autos à Promotoria de Justiça, este órgão inspecionado exarou o seguinte despacho (fls. 346/347 do IC): “(...) Considerando ainda que, fruto desse longo lapso temporal (2005/2012), **é possível vislumbrar a prescrição dos supostos atos de improbidade administrativa noticiados nos autos**, já que o referido deputado exerceu a presidência da Assembleia no período de 2003 a 2007 (...); Considerando, finalmente, **que não se afigura razoável, por tudo que se expôs, que a solução do Inquérito Civil Público, no atual estágio em que se encontra, se dê fora do âmbito dessa Procuradoria-Geral de Justiça**, Determino: O retorno dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para a adoção das providências cabíveis”.

Tendo o Senhor Procurador-Geral de Justiça desconsiderado os argumentos deste órgão de execução, fez retornar o ICP à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, onde, como derradeira tentativa de convencer a Chefia Institucional a conduzir o ICP que havia avocado, exarou-se a manifestação de fls. 355/356, na qual se invocou posicionamento anteriormente adotado pela mesma Chefia, **no sentido de que a solução das investigações avocadas deveria se dar na órbita de atribuições de quem adotou a medida excepcional.**

Restando infrutífera tal tentativa, e diante da constatação já apontada, de que os eventuais atos de improbidade já estavam prescritos, mas a responsabilização por possível dano ao erário ainda seria cabível, este Promotor de Justiça deu impulso ao inquérito civil, determinando a diligência de fl. 371, verbis: “Encaminhar os autos à CEAT, a fim de que seja avaliada a possibilidade de realização de perícia contábil, para fins de aferição de eventual superfaturamento no valor do contrato de fls. 121/127, com base na análise da documentação acostada às fls. 128/158, considerando-se inclusive os percentuais de desconto constantes das propostas e a sua adequação aos padrões do mercado de publicidade, à época dos fatos (2001/2002)”.

A perícia foi realizada, apontou irregularidades na execução do contrato (fls.374/388) e apontou a necessidade/conveniência de novas diligências, materializadas no despacho de fl. 390, datado de 04/10/16: “Oficiar a Assembleia Legislativa de Minas Gerais para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente os seguintes documentos, referentes ao contrato celebrado com as empresas SMP&B Comunicação Ltda e Perfil Promoções e Publicidade (21/05/2002): 1) Os comprovantes de realização de despesas (da efetiva comprovação física da prestação de serviços); 2) as tabelas oficiais de preço emitidas pelos próprios veículos de comunicação envolvidos; 3) a 1ª via das notas fiscais relacionadas na planilha que acompanha o ofício (encaminhar, junto ao ofício, cópia da planilha III – fl.388)”.

2- IC nº 0024.11.001078-2: Nesse inquérito civil, versando sobre possíveis irregularidades em contrato celebrado entre a CEMIG e a empresa AeC, quais sejam, favorecimentos em incrementos do valor do contrato (serviço de call center) e ausência de aplicação de penalidades à referida empresa, buscou-se, além da requisição de informações/documentos à Companhia Energética de Minas Gerais e às demais empresas participantes da concorrência, e considerando que parte do objeto se referia a suspeitas de incrementos indevidos no valor do contrato em questão, informações junto a outras concessionárias do serviço de energia elétrica, nos termos do despacho de fl. 574, verbis: “Oficiar as empresas responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica, LIGHT (RJ), AES ELETROPAULO (SP), CEEE-D (RS) e COELBA (BA), requisitando informações a respeito da existência de contratos e da dinâmica das alterações verificadas nos mesmos, de prestação de serviço de call center, celebrados entre estas com terceiros, bem como os motivos principais que ensejam tais modificações”.

3- IC nº 0024.12.004380-7: Analisando o ICP, a equipe de inspeção observou que “Despachos instrutórios (fls. 177, 227, 288, 318-Verso, 344-verso, 349-verso, 363-verso, 395-verso, 400, 411, 425, 436, 445 e 449) revelam baixa capacidade de resolutividade, uma vez que poderiam ter sido, na maioria das vezes, concentradas”.

Esse inquérito civil público, com todo o respeito às impressões da douta equipe de inspeção, **revela uma atuação eminentemente resolutiva do Promotor de Justiça inspecionado**, já que, praticadas as diligências tidas como necessárias à compreensão dos fatos, inclusive o despacho de fl. 344/verso (“Notificar a advogada da BHTRANS, Dra. Irlene Peixoto Moraes de Azevedo, a fim de que compareça nesta Promotoria de Justiça no próximo dia 13/03/14, às 15:00 horas, a fim de tratar dos fatos objeto do presente ICP”), expediu-se (despacho de fl. 363/verso) **RECOMENDAÇÃO** ao Município de Belo Horizonte, na qual restou consignado, após as considerações fáticas e jurídicas pertinentes, que: “**Art. 1º. O Município de Belo Horizonte deverá realizar licitação para ‘utilização do espaço publicitário correspondente ao painel traseiro dos ônibus’, nos exatos termos constantes dos contratos celebrados com os concessionários do serviço público de transporte de passageiros, decorrentes do Edital nº 131/2008**” (fls. 364/367).

À fl. 399 do inquérito civil público foi juntado o Ofício GPGM/N. 2473/2014, de 11/08/14, no qual o Procurador-Geral do Município, esclarece que, “Em atenção ao expediente acima mencionado, **informamos que este Município de Belo Horizonte observará a Recomendação supracitada e para tanto já está trabalhando para definição de cronograma correspondente**, o que enviaremos posteriormente a este r. Ministério Público de Minas Gerais”. A partir daí, inclusive por **orientação expressa da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais**, após Correição Ordinária realizada em 19 de janeiro de 2015, contida no Of.6116/2015-CGMP, de 30/11/15, **passou-se a acompanhar o cumprimento da RECOMENDAÇÃO, embora se pudesse entender exaurido o objeto da investigação**, após a manifestação do Município, acima transcrita. Assim se posicionou a Casa Corregedora Mineira: “(...) Não olvidamos que **fomos instados pelo correccionado a discutir acerca do melhor encaminhamento a ser dado a inquérito civil cujo trâmite pendia de cumprimento, por parte do Município, de cronograma para realização da licitação recomendada pelo Órgão de Execução, ou seja, se promoveria o seu arquivamento – diante da recomendação acolhida -, ou se aguardaria a implementação do cronograma apresentado**, oportunidade em que, sem qualquer cunho vinculativo, mesmo porque a casuística insere-se no âmbito da independência funcional do membro do Parquet, **externamos posição no sentido de que melhor se afiguraria o implemento efetivo do cronograma de licitação apresentado pelo Município**, como forma de evitar a acomodação do ente público local, em decorrência de eventual arquivamento do procedimento administrativo instaurado contra si”.

São assim, os despachos de fls. 395/ verso, 400, 411, 425, 436, 445 e 449, mencionados no Relatório Preliminar de Correição, **todos direcionados ao acompanhamento da implementação do cronograma, em atenção à orientação da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais**.

4- IC nº 0024.11.004359-3: Com relação às constatações da equipe de inspeção, realizadas na análise do ICP em tela, no sentido de que os despachos “são, na maioria, pouco resolutivos porque buscam diligências parceladas que poderiam ter sido concentradas, além de resumirem-se em reiterações de diligências anteriores”, deve ser dito, **com o máximo respeito**, que as chamadas diligências parceladas muitas vezes não são “concentradas”, porque no momento em que são determinadas, ainda não estão presentes ou vislumbrados, **todos os caminhos possíveis de serem trilhados na busca do esclarecimento do objeto investigado**.

A título de exemplo, pode ser esclarecido que a diligência de fl. 23/24 decorreu da obtenção de informações oficiosas pela Promotoria de Justiça, acerca de aspectos técnicos que poderiam materializar superfaturamento da obra (composição de BDI, adequação do critério de medição utilizado, etc), informações essas que, quando da definição da diligência de fl. 16, ainda eram desconhecidas da Promotoria. A busca de auxílio junto à Diretoria de Assuntos Especiais de Engenharia e Perícia do Tribunal de Contas de Minas Gerais, não pode ser considerada, permissa venia, “baixo protagonismo do Promotor”, pois decorre não só da **notória carência de apoio técnico-pericial no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais**, mas também da **reconhecida expertise dos serviços periciais de engenharia da Corte de Contas, os quais, em**

outras oportunidades, foram disponibilizados ao Parquet para instrução de ações civis públicas, a exemplo daquela tombada sob o nº 2547670-77.2013.8.13.0024, em tramitação perante a 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Belo Horizonte, de autoria deste Promotor de Justiça, versando sobre irregularidades na realização de obras do estádio do Mineirão, que foi lastreada no Relatório de Auditoria nº 843.472, realizado pela Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia do TCE, no Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (DEOP).

5- IC nº 0024.11.007239-4: Na análise desse inquérito, versando sobre “(...) supostas irregularidades consistentes na aparente ou potencial utilização em todo o Estado de Minas Gerais, em virtude do disposto em Resolução do Comando Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, de assessores jurídicos daquela instituição para defesa de militares em ações ajuizadas contra os mesmos;”, a equipe de inspeção registrou que os despachos são “pouco resolutivos, com diligências excessivamente parcelares”, e que as prorrogações constantes dos mesmos denotariam “grande hiato entre os despachos de conteúdo simples”. Novamente rogando vênias à equipe de inspeção, as diligências constantes dos despachos relacionam-se ao objeto investigado e, aos olhos da presidência do ICP, mostram-se relevantes à plena compreensão do mesmo, a exemplo daquele constante de fl.172: “Oficiar à Advocacia-Geral do Estado para que, no prazo de 15 dias, preste esclarecimentos acerca da ‘subordinação técnica’ da assessoria jurídica da Polícia Militar à Advocacia do Estado, prevista no art. 1º da Resolução nº 3.801/2005 do Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais”. Outrossim, quanto aos hiatos entre os despachos, é importante asseverar que a eventual existência desses, decorrem, de regra, da necessidade de se aguardar o cumprimento de diligências determinadas nos autos, tidas como necessárias e adequadas ao desenvolvimento das apurações, não se afigurando recomendável, s.m.j., o impulso da investigação, havendo diligências pendentes, cuja efetivação repercutirá nas providências subseqüentes a serem implementadas.

6- IC nº 0024.12.002575-4: Analisando o ICP, a equipe de inspeção considerou os despachos “pouco resolutivos, com diligências parcelares”. Como já consignado anteriormente, as chamadas diligências parceladas ou parcelares, muitas vezes não são “concentradas”, porque no momento em que são determinadas, ainda não estão presentes ou vislumbradas, **todas as possibilidades existentes na busca do esclarecimento do objeto investigado.** Nesse sentido, **reforçando a percepção de que as diligências ditas parcelares muitas vezes são inevitáveis e, mais que isso, absolutamente naturais,** tem-se o despacho de fl. 245 – que, conforme observado pelos doutos integrantes da equipe de inspeção, de certa forma ampliou o objeto do IC, “envolvendo órgãos da administração pública de MG diferentes do órgão inicialmente investigado, alcançando inclusive licitações e contratos administrativos distintos (...)” – o qual decorreu da constatação, **no curso das apurações,** após informações prestadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (fls. 236/242), de que a empresa “Real Ibiza Empreendimentos Ltda” e seu proprietário/sócio, Juarez Távora de Freitas, além de vínculos com a estatal RURALMINAS (objeto primitivo do ICP), também possuíam relações contratuais com outros entes da Administração Pública Estadual, a saber, SEE, SETOP, FUNED, DER/MG e FUNTRANS. Tal constatação, ao gerar o citado despacho de fl. 245 acabou gerando, via de consequência, a ampliação do objeto inicialmente descrito e, muito embora se trate de entes da mesma Administração Pública Estadual, não se desconhece que seria mais conveniente o aditamento da portaria inaugural, o que, estando o inquérito em curso, é inconformidade perfeitamente sanável.

7- IC nº 0024.13.004690-7: Os despachos proferidos no inquérito civil público buscam obter as informações necessárias à plena compreensão da matéria investigada, não podendo ser considerados, com o **devido respeito à equipe de inspeção,** como pouco resolutivos, burocráticos ou circulares. No caso específico, por meio do despacho de fl. 13, requisitou-se informações sobre a aplicação dos recursos oriundos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais destinados ao Estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2009 a outubro de 2013, **sendo certo que na representação que deu origem ao ICP e consequentemente à portaria inaugural, falava-se apenas na destinação de tais recursos o Consórcio Minas Arena,** responsável pela administração do Estádio do Mineirão. **Após, com a juntada das informações prestadas pelo Governo Estadual, constatou-se que, na verdade, os recursos eram canalizados não só para tal destinatário, mas também se prestavam à realização de despesas outras, a princípio em desconformidade com o regramento aplicável à espécie.** Assim, o despacho de fl. 53 (“Oficiar a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão para que (...) encaminhe a esta Promotoria de Justiça **os estudos pareceres (...) definidores dos parâmetros que orientam a utilização dos recursos provenientes da CFEM**”), decorreu de tal constatação, posterior ao momento deflagrador da investigação. Os demais despachos guardam estrita relação com o objeto apurado e foram considerados relevantes para o esclarecimento dos fatos e a correta conclusão do ICP.

8- IC nº 0024.12.009508-8: As observações da equipe de inspeção, relativas às ditas diligências parceladas, novamente rogando vênias, merecem as mesmas considerações esposadas nos itens anteriores, ou seja, nos estágios iniciais ou intermediários das apurações, no mais das vezes, não é possível divisar o horizonte vislumbrado após a juntada das informações ou documentos, justamente obtidos em tais fases instrutórias incipientes. A mencionada falta de protagonismo ministerial não é associada a qualquer circunstância concreta, dificultando que se faça considerações a esse respeito. Quanto às reiterações de diligências, são medidas necessárias e inevitáveis, a partir da premissa que a falta de cumprimento das requisições, certamente expedidas após a ponderação sobre a sua utilidade, pode prejudicar ou mesmo inviabilizar a obtenção de bons resultados na investigação.

9- IC 0024.10.004641-6: Analisando o ICP, a douta equipe de inspeção apontou os despachos proferidos como sendo de pouca resolatividade, consignando ainda que, “na maioria das vezes reiteram diligências anteriores”. Para demonstrar que os despachos estão perfeitamente adequados ao objeto do inquérito, sendo portanto, data venia, necessários e úteis, é importante ter em mente que o início da investigação se deu após o encaminhamento à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, de cópia de expediente (ID nº 1190449) que tramitava na Procuradoria-Geral de Justiça, relativos a suposta prática de ilícito penal pelo Deputado Estadual Alencar Magalhães da Silveira Júnior.

A partir daí, proferiu-se o despacho de fl. 83, nos seguintes termos: “Oficiar a Delegacia de Polícia do Departamento de Investigações de Crimes contra o Patrimônio requisitando, no prazo de 10 (dez) dias, informações, acompanhadas da documentação correlata, acerca do inquérito policial instaurado a partir da requisição do gabinete do Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico (Ofício 526/2012/AE-PGJ)”. Os despachos subsequentes, considerando que a requisição permanecera sem atendimento, foram no sentido da sua reiteração, com vistas à obtenção das informações/documentos, **absolutamente necessários ao esclarecimento dos fatos**, mormente por se tratar de **possível ilícito de falsum** – com eventuais repercussões na esfera não penal, portanto a cargo da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público – **cujas provas são eminentemente periciais e deveria se albergar no inquérito policial em questão.**

10- IC nº 0024.12.000781-0: A equipe de inspeção considerou que “há falta de protagonismo do Promotor de Justiça na condução da investigação que apenas aguarda a conclusão das investigações de outros órgãos”. Com o devido respeito à visão externada pelos doutos integrantes da Corregedoria Nacional do Ministério Público, não se trata de “apenas” aguardar “a conclusão das investigações de outros órgãos”. Na verdade, o que ocorre em situações da mesma natureza da tratada neste inquérito, ou seja, da instauração de ICP a partir de informações oriundas dos órgãos disciplinares internos de outros entes estatais, mormente das polícias, dando conta da prática de ilícitos administrativos, é a opção, **em princípio**, pelo **acompanhamento das providências repressivas interna corporis**, que, tanto pelo aparelhamento estrutural de apuração existente (Corregedorias), quanto pelo alcance e eficácia das sanções aplicadas, podem subsidiar as eventuais medidas judiciais a cargo do Parquet, ou até mesmo, em certas hipóteses, indicar a desnecessidade do manejo dessas, por força dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. Além disso, tal **monitoramento** dos encaminhamentos dados nas demais instâncias repressivas (no caso concreto acompanhou-se também os desdobramentos no âmbito da Justiça Castrense), permite, como já dito, não só a atuação do Parquet na adoção das medidas relacionadas ao fato ilícito (**e, evidentemente, a consideração dos princípios acima referidos não equivale, em hipótese nenhuma, a renúncia ou mesmo relativização das atribuições ministeriais**), subsidiado nos elementos probantes colacionados, mas também a fiscalização da atuação dos agentes responsáveis pelos controles disciplinares internos das instituições públicas.

11- IC nº 0024.13.008906-3: Na avaliação do inquérito civil, a equipe de inspeção observou que o despacho de fl. 52, conteria “tardamente, diligência evidentemente necessária desde a instauração da Portaria”, que “todos os despachos aguardam do órgão público estadual o deslinde para o fato” e que “O Promotor de Justiça apenas aguarda a conclusão das investigações e das medidas tomadas pelo órgão público estadual”. A primeira observação necessária é que, embora nada impedisse que já num primeiro momento, se tivesse optado pela requisição de “cópia do processo de licitação regido pelo edital nº 13/2010 (pregão presencial-SEMAD/SISEMA) que resultou na contratação do Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental”, conforme consta do despacho de fl.52, tal diligência, data venia, não pode ser considerada “tardia”, ou “evidentemente necessária desde a instauração da portaria”. Isso porque, a análise do “Relatório de Avaliação de Efetividade nº 1370.7452.11”, emitido pela Unidade Integrada de Auditoria do SISEMA (fl. 37/43) – requisitado através do primeiro despacho, além dos demais elementos informativos constantes do processo judicial nº 0024.12.133.500-4, cuja cópia serviu de base à instauração do ICP – poderia ter se mostrado suficiente à compreensão dos fatos, o que acabou não ocorrendo, circunstância que indicou então a necessidade de se conhecer a integralidade da documentação referente à licitação, gerando o dito despacho (fl. 52). Quanto ao fato de se **acompanhar (e não simplesmente aguardar) as apurações internas do órgão público**, não deve ser considerada equivocada tal postura do agente ministerial, sendo certo que, no caso específico, medidas saneadoras e punitivas foram adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, com base nas constatações da Auditoria interna do órgão, conforme se extrai dos documentos de fls. 212/213 do ICP, sendo pertinente aqui, invocar as mesmas considerações esposadas no item anterior.

12- IC nº 0024.13.003562-9: Quanto à consideração feita pela douta equipe de inspeção, a respeito da portaria inaugural (“O objeto da investigação não individualiza o fato, olvidando-se quanto a data e possível ato ilícito cometido”), cumpre esclarecer, inicialmente, que a notícia anônima, encaminhada por meio eletrônico, destituída de maiores elementos informativos, poderia até mesmo ter redundado no indeferimento de instauração do inquérito civil, por descumprimento do disposto no art. 2º, II, da Resolução CNMP nº 23/2007. Contudo, sendo certo que a regra na elaboração das peças iniciais dos inquéritos civis por este Promotor de Justiça seja a descrição detalhada do objeto a ser investigado, conforme se demonstrará mais à frente, a descrição sintética eventualmente identificável em alguma delas, a exemplo do presente caso, **decorre da limitação de elementos constantes da notícia ou representação encaminhada à Promotoria de Justiça, que, sem embargo desse aspecto, possua mínimos contornos de verossimilhança, indicando fato que mereça ser apurado.** No que diz respeito à observação de que o despacho de fl.68 conteria diligência aferível desde o início do IC, muito embora nada impedisse que já num primeiro momento se tivesse optado pela requisição de informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tal diligência,

data venia, não deve ser considerada tardia, isso porque, até pela precariedade das informações inicialmente apresentadas à Promotoria de Justiça, reputou-se conveniente uma prospecção inicial menos abrangente, com vistas a não “queimar etapas”, sendo certo que tal opção não gerou qualquer prejuízo à investigação, cujo deslinde hoje se encontra pendente de manifestação de Sua Excelência, o Procurador-Geral da República, quanto ao pedido de informações formulado por este Promotor de Justiça, relacionado a acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a empresa Andrade Gutierrez, no âmbito da denominada operação “Lava-jato”.

13- IC nº 0024.13.009095-4: Na análise desse inquérito civil público, além da verificação das datas das movimentações, a equipe de inspeção não fez observações quanto à forma ou ao conteúdo dos atos instrutórios praticados, razão pela qual este órgão de execução inspecionado não vislumbra a necessidade de fazer considerações.

14- IC nº 0024.11.007210-5: A equipe de inspeção não teceu quaisquer considerações relacionadas a esse inquérito civil público.

17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público

___ PROMOTORIA DE JUSTIÇA	
1. Órgão inspecionado:	DR. EDUARDO NEPOMUCENO DE SOUSA
2. Atribuições do Órgão:	Defesa do patrimônio público, compreendendo a adoção das medidas cabíveis, judiciais e extrajudiciais, nas áreas cível e criminal, visando a preservação do Erário, a responsabilização dos agentes autores da prática de atos de improbidade administrativa, e aos princípios constitucionais da Administração Pública e da ordem jurídica considerada como um todo.
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em <u>30/04/2003</u> reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento: “Justiça Restaurativa”, em abril/2016 e “Interceptação de Comunicações”, em junho/2006, ambos promovidos pelo CEFAP; exerce o magistério em entidade privada, no Centro Universitário Newton Paiva, com carga horária de 08 horas semanais, às segundas e terças-feiras, das 18:55 às 22:35 h e não exerce cargo administrativo; não exerce a advocacia; responde a procedimento administrativo disciplinar, instaurado pela Portaria 30/2015 – CGMP, avocado pelo CNMP; responde cumulativamente por outro órgão – Cooperação junto ao Tribunal do Júri, sem ônus; nos últimos 06 meses não recebeu colaboração, nos últimos 06 meses não se afastou das atividades; cumpre expediente das <u>13:00 às 18:00 h</u> .	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
1. Qual os dias e horários em que é prestado o atendimento ao público?	2ª à 6ª, das 13:00 às 19:00 h.
2. Respondeu por outro(s) órgão(s), cumulativamente, nos últimos seis meses (especifique)?	Sim, exerce cooperação junto ao Tribunal do Júri.
3. Recebeu colaboração nos últimos 6 meses (especifique)?	Não
4. Houve afastamento, de qualquer natureza, nos últimos 6 meses?	Não
5. Caso positivo, indicar o período e o motivo:	Prejudicado

6. Estrutura de pessoal no gabinete:	02 (dois) analistas em Direito e 02 (dois) Oficiais do Ministério Público.
7. Estrutura física do gabinete:	02 (duas) salas
8. Sistema de arquivos:	SRU e arquivo físico
9. Sistema de registro e controle:	SRU, SGDP e Livros de Protocolo
10. Oficia perante qual (is) Vara(s) judiciais? Quantos processos tramitam na Vara?	Varas da Fazenda Pública Estadual e Fazenda Pública Municipal, Vara de Inquéritos Cíveis, Varas Criminais e Varas Cíveis, todas da Comarca de Belo Horizonte. Tramitam perante as varas da Fazenda Estadual: 139 processos; Varas da Fazenda Municipal: 33 processos; Varas Cíveis: 13 processos e Varas Criminais: 38 processos.

11. Observações:

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
Saldo do mês anterior	02	06	05	05	07	09	09	09	11	08	09	06
Distribuídos no mês	05	12	23	29	19	22	13	25	17	22	15	19
Impulsionados no mês	01	13	23	27	17	22	13	23	20	21	18	16
Saldo do mês atual	06	05	05	07	09	09	09	11	08	09	06	09
Audiências realizadas/ sessões	01	0	0	01	01	01	02	02	01	01	02	01
Recursos interpostos	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01	-

Observações:

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
Saldo do mês anterior	09	07	08	06	03	08	07	08	04	04	03	02
Distribuídos no mês	10	12	13	15	15	14	22	10	20	13	12	10
Impulsionados no mês	12	11	15	18	10	15	21	14	20	14	13	09
Saldo do mês atual	07	08	06	03	08	07	08	04	04	03	02	03
Audiências realizadas/ sessões	01	0	0	03	01	0	0	0	0	03	01	03
Recursos interpostos	01	-	01	03	-	01	-	02	-	02	01	-

Observações:

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
---------	---------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	---------------

1. Notícias de fato distribuídas	11	05	02	02	01	03	04	06	02	21	10	09
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	17	11	06	09	07	13	12	09	06	06	04	01
3. Procedimento Preparatório instaurado	0	08	08	09	02	01	04	07	04	11	03	02
4. Procedimento Administrativo instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	0	01	0	01	01	01	0	01	02	0	01	01
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	01	04	03	01	01	0
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	0	01	0	0	0	0	0	03	01	01	0	01
9. Arquivamento sem Remessa	08	18	08	01	04	01	03	07	02	18	11	06
10. Arquivamento com Remessa	24	01	09	28	07	10	22	05	17	01	20	16
11. Audiências Extrajudiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12. Audiência Pública realizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. Recomendações Ministeriais expedidas	01	-	01	-	01	02	-	01	02	01	-	-
14. PICs instaurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15. Despachos	78	57	72	84	73	75	98	95	142	99	26	31

Observações:

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
1. Notícias de fato distribuídas	09	19	22	19	08	10	14	23	20	11	13	16
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	09	01	11	14	06	01	06	04	05	06	03	04
3. Procedimento Preparatório instaurado	02	03	10	08	07	03	07	05	11	06	06	02
4. Procedimento Administrativo instaurado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	01	0	03	0	0	0	0	01	01	01	08	-
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade)	0	01	01	0	0	0	0	0	02	01	03	-

administrativa)												
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	01	0	0	0	0	0	01	0	0	01	0	-
9. Arquivamento sem Remessa	07	05	32	22	16	04	18	20	20	18	16	01
10. Arquivamento com Remessa	13	-	04	14	10	07	09	15	12	29	12	04
11. Audiências Extrajudiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12. Audiência Pública realizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. Recomendações Ministeriais expedidas	03	-	01	-	-	01	02	01	02	-	-	-
14. PICs instaurados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-
15. Despachos	42	47	99	112	75	76	73	87	57	88	88	23

Observações:

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

* Na data da Inspeção/Correição.

1. Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	02
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	01
2. Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
3. Outros processos judiciais criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
4. Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
5. Mandados de segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
6. Outros processos judiciais cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

7. Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
8. Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
9. Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	02
10. Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	01
11. Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	19
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	10
	Em tramitação há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	01
12. Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	41
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	86
13. Procedimento Administrativo	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
14. Ações civis públicas ajuizadas nos últimos 12 meses:		08
15. Ações civis públicas de improbidade adm. ajuizadas nos últimos 12 meses:		16
16. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias) nos últimos 12 meses:		03
17. Denúncias oferecidas nos últimos 12 meses:		02
18. Termos de ajustamento de conduta	Firmados nos últimos 12 meses:	0
	Pendentes de cumprimento (com acompanhamento):	0
19. Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		08
20. Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
21. Visitas/Reuniões externas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0
	Outras unidades de atendimento:	0

	Estabelecimentos de idosos:	0
	Estabelecimentos de deficientes:	0
	Estabelecimentos de Saúde:	0
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0
	Fundações:	0
22. Qual o critério de recebimento de feitos:		Extrajudicial por distribuição e judicial por propositura e distribuição
23. Observações:		
QUADRO ESTATÍSTICO ANUAL DETALHADO		
CRIMINAL		
Área criminal	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos de processo remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	49	34
2. Autos de Inquéritos Policiais:	13	07
3. PICs instaurados:	0	01
4. Arquivamentos de PICs:	0	0
5. Arquivamentos de IPs:	01	01
6. Denúncias oferecidas:	0	02
7. Medidas cautelares preventivas e incidentais propostas pelo correicionado:	08	14
8. Alegações finais ou memoriais (escritas e orais):	0	02
9. Sessões do Tribunal do Júri:	02	01
10. Recursos interpostos:	01	0
11. Razões apresentadas:	0	0
12. Contrarrazões:	0	0
12. Contrarrazões:	0	0
13. Outras manifestações	22	13
JUIZADO ESPECIAL		
Juizado Especial Criminal e Cível	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador da República	-	-

correicionado(a):		
2. Arquivamentos:	-	-
3. Transações penais:	-	-
4. Denúncias oferecidas:	-	-
5. Alegações finais ou memoriais:	-	-
6. Razões apresentadas:	-	-
7. Contrarrazões:	-	-
8. Outras manifestações criminais	-	-
9. Manifestações cíveis	-	-
CÍVEL (MP autor)		
Cível (MP Autor)	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça correicionado(a):	177	123
2. Ações Cíveis Públicas Ajuizadas:	18	22
3. Outras ações ajuizadas	03	02
4. Alegações Finais:	07	02
5. Recursos interpostos:	04	07
6. Razões recursais:	02	04
7. Contrarrazões recursais:	05	02
8. Outras manifestações:	110	93
CÍVEL (custos legis)		
Cível (custos legis)	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	05	05
2. Quantidade de manifestações exaradas (excetuados casos em que justificada a não-intervenção):	05	05
3. Processos em que foi justificada a não intervenção pelo(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República:	0	0
DADOS COMPLEMENTARES		
1. Sugestões do titular do órgão do Ministério Público: Aprimoramento do SRU-E, com incremento tecnológico e apoio técnico.		
2. Experiências inovadoras:		

3. Observações (outras atividades de atuação e outras informações relevantes):

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS (CÍVEIS E CRIMINAIS)

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
IC	0024.00.000005-9	27/06/2000	01
IC	0024.001.148-9	28/01/2008	02
IC	0024.10.003854-6	16/11/2010	03
IC	0024.12.003117-4	27/04/2012	04
IC	0024.11.006121-5	16/09/2011	05
IC	0024.09.002690-7	16/11/2009	06

OBSERVAÇÕES

01 – Procedimento instaurado sem Portaria. Consta na contracapa uma etiqueta certidão que informa que em 08/08/2008 os autos originais foram convertidos em IC e registrado no SRU. Objeto: Irregularidade do bingo Super Sorte, ligado a Venda Nova Futebol Clube. Ofício noticiando as irregularidades de 21 de junho de 2000. Despacho inicial a fls. 11 de 27 de junho de 2000. Próximo despacho fls. 91-verso (sem data expressa). Carimbo de conclusão dos autos ao Dr. Antonio Sergio Tonet sem data (fls. 96-verso). Novo despacho a fls. 98-verso, sem data expressa. Ofício dando cumprimento a determinação de 26 de dezembro de 2000. Certidão de 13 de março de 2002 noticiando a redistribuição dos autos ao inspecionado. Na mesma data autos lhe foram conclusos. Despacho instrutório de 03 de novembro de 2003. Próximo despacho datado de 16/04/2004 (fls. 115-verso) sem qualquer menção ao anterior e necessidade de regularização dos autos, que tramitavam como Peça de informação. Não há termos de juntada das respostas. Conclusão dos autos em 11 de maio de 2004 e despacho em 05/07/2004 (fls. 119-verso) determinando diligências para obtenção de endereço de determinadas pessoas e designação de data para oitivas. Novo despacho a fls. 134-verso, de 10 de agosto de 2004., determinando a notificação de pessoa interessada. A fls. 140, novo despacho (26 de agosto de 2004) visando encontrar o endereço da pessoa interessada no fato. Na sequência consta conclusão dos autos para o inspecionado em 03 de setembro de 2004. O próximo despacho é datado de 17 de dezembro de 2008, após a conversão dos autos em IC, oportunidade em que houve sua PRORROGAÇÃO, sem, contudo, qualquer diligência investigativa efetiva (fls. 145). A fls. 146-verso, sem qualquer tipo de ordem cronológica, consta etiqueta contendo certidão que informa a conversão dos autos em inquérito civil. Próximo ato é relatório parcial do IC datado de 17 de setembro de 2013, no qual é apontada a necessidade de oitiva de determinada pessoa (fls. 147/149). Em seguida, consta carimbo de remessa dos autos ao CSMP de 18/09/2013. Após, autos concluso para Corregedor-Geral e após, para Procurador de Justiça em 23 de janeiro de 2014 (fls. 150). O Conselheiro relator apontou que o feito não possuía atuação ministerial desde 2004 e devolveu os autos para o órgão de execução (fls. 151). Os autos foram conclusos ao inspecionado em 19 de março de 2014, quando despachou e determinou a notificação para oitiva da pessoa identifica a fls. 147. Há despacho de prorrogação de prazo datado de 20/12/2013, juntado aparentemente fora da cronologia dos autos (fls. 155). Foi certificada a informação de que referida pessoa teria vindo a óbito (fls. 154-verso). Nova diligência em despacho de fls. 157. Relatório parcial a fls. 166/167 de 16 de junho de 2014. A resposta definitiva da diligência solicitada foi integralmente prestada em 25 setembro de 2014. Os autos foram conclusos ao inspecionado em 25/02/2014 e no dia 27 de janeiro de 2015 foi certificado que o prazo para conclusão tinha expirado (fls. 189). Mesmo diante da certidão, foi proferido novo despacho instrutório em 24 de fevereiro de 2015 (fls. 191) no qual o inspecionado não prorrogou o IC e solicitou à Caixa econômica informações sobre o débito apurado no relatório. A resposta foi juntada aos autos somente em 02 de fevereiro de 2016. Houve novo despacho instrutório em 19/02/2016 determinando a oitiva de interessado (fls. 195-verso). Após tentativas de notificação frustradas, há despacho datado de 04 de abril de 2016 de remessa dos autos para setor de perícia para estimar valor do prejuízo causado pela investigada (fls. 200/201). Sem cronologia, após há os termos de notificação da pessoa interessada mencionada anteriormente (fls. 202/203) e a juntada do parecer técnico contábil solicitado de 21 de novembro de 2016. Há tres apensos. O IC está sem prorrogação portanto, desde 19/12/2014.

02 – Objeto: Contratação de empresa de assessoramento contábil (SIM) para vários municípios mineiros sem licitação. Portaria de 28/01/2008. Consta certidão em meio em uma etiqueta que informa que este IC foi

cadastrado no SRU em 04/02/2009. Relatório parcial a fls. 45/48. Investigação que encostou na Operação Pasárgada da Polícia Federal. Despacho de fls. 541 sem assinatura. Despacho de fls. 688-verso reiterando decretação de sigilo nos autos. Despacho prorrogatório a fls. 856 (12 de fevereiro de 2014), 917/920 (02/06/2015), 972/977 (06/06/2016). Várias oitivas colhidas ao longo do IC. Vários despachos instrutórios elaborados de forma manuscrita. A investigação, embora densa, aparenta sofrer de uma linha única o que resulta em um número excessivo de diligências circulares e pouco resolutivas.

03 – Objeto: irregularidade e favorecimento em contratos celebrados entre secretaria de Estado de Governo e empresa Terra Viagens. Portaria original de Procedimento Preparatório de 16/11/2010. Etiqueta contendo certidão de conversão datada de 18/05/2011. Portaria imprecisa e sem diligências. Os despachos instrutórios foram proferidos após grandes hiatos como se verifica entre os de fls. 127-verso, 132-verso e 146-verso, os quais, distam entre si mais de dois anos. Vários despachos instrutórios elaborados de forma manuscrita. Autos ainda sem conclusão.

4 – Objeto: Contratação de consultoria via FUNDEP pela PBH. Portaria de 27/04/2012 imprecisa e sem diligências discriminadas. Grandes hiatos entre os despachos instrutórios. Duas prorrogações sucessivas (fls. 187/194 e 195/202-sem numeração) sem qualquer diligência ou ato entre elas. Inicial de Ação civil pública de nulidade minutada junto da contracapa dos autos. Há 10 apensos consistente em documentos de interesse dos autos.

05 – objeto: irregularidade na aquisição de caminhões pela PBH com posterior cessão à empresa de de serviços de limpeza. Portaria de Procedimento Preparatório de 16/09/2011. Etiqueta de certidão de conversão em IC datada de 15/03/12. A partir de dezembro de 2011 o procedimento sofre uma interrupção na instrução, havendo entre as diligências grandes hiatos temporais. Entre o despacho de fls. 53-verso e o próximo, de fls. 60verso, transcorreu cerca de um ano e cinco meses. Despacho de prorrogação a fls. 593/595. Há seis apensos.

06 – Objeto: irregularidade envolvendo servidora terceirizada no TCE de MG. Portaria de Procedimento preparatório de 16/11/2009. Etiqueta de conversão em IC datada de 25/05/2010. Portaria imprecisa e incerta, sem diligências discriminadas. Significativos hiatos entre os despachos instrutórios. Despacho prorrogatório a fls. 481 (01/12/2014) seguido de outro a fls. 486/487 (de 11/08/2016) sem atos instrutórios. Há um apenso.

17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público

17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA	
1. Órgão inspecionado:	17ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público 123º Promotor de Justiça – DR. JÚLIO CESAR LUCIANO
2. Atribuições do Órgão:	Resolução PGJ nº. 72, de 18 de outubro de 2006 – Abrange tomada de todas medidas judiciais e extrajudiciais em relação aos atos de improbidade administrativa.
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 27/03/2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento quais sejam: curso “PORTUGUES INSTRUMENTAL – CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA NOMINAL P TURMA PI2, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por meio da Escola Virtual, com carga horária de 30 horas, tendo obtido nota 87,50%, Ação Educacional “Improbidade Empresarial, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em 30 de maio de 2016, com carga horária de 1 hora e 30 min., treinamento para enfrentamento à Carteis, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) nos dias 18 e 19 de agosto de 2016, com carga horária de 08 horas e Ação Educacional “O Novo CPC e os recursos no STJ”, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em 22 de agosto de 2016, com carga horária de 1 hora e 30 min.; não exerce o magistério; não exerce a advocacia; não respondeu e não responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 06 meses recebeu colaboração do Grupo Especial de Promotores	

de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Estado de Minas Gerais; nos últimos 06 meses se afastou das atividades em: 07/01/2016 a 05/02/2016 – Férias Prêmio; 23/05/2016 a 25/05/2016 – Férias Prêmio; 11/02/2016 a 12/02/2016 – Compensação Plantão Final de Semana; cumpre expediente das 13:00 às 19:00 hs

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Qual os dias e horários em que é prestado o atendimento ao público?	O atendimento ocorre de segunda-feira à sexta-feira, de 08:00 h às 18:00 h
2. Respondeu por outro(s) órgão(s), cumulativamente, nos últimos seis meses (especifique)?	Não
3. Recebeu colaboração nos últimos 6 meses (especifique)?	Sim – Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Estado de Minas Gerais (GEPP).
4. Houve afastamento, de qualquer natureza, nos últimos 6 meses?	Sim
5. Caso positivo, indicar o período e o motivo:	Entre 07/01/2016 e 05/02/2016 – Férias Prêmio; entre 23/05/2016 e 25/05/2016 – Férias Prêmio; entre 11/02/2016 e 12/02/2016 — Compensação Plantão Final de Semana
6. Estrutura de pessoal no gabinete:	1 (hum) Promotor de Justiça e 2 (dois) Assessores – Simone da Costa Borges e Leonardo Sales Campos
7. Estrutura física do gabinete:	A estrutura física desta Especializada conta com 626,52 m ² constituídos pelo 1º andar do prédio situado na Avenida Raja Gabaglia, nº 615, Cidade Jardim
8. Sistema de arquivos:	Sistema de Registro Único (SRU) e arquivos físicos.
9. Sistema de registro e controle:	Sistema de Registro Único (SRU); SGDP e Livros de Protocolo
10. Oficia perante qual (is) Vara(s) judiciais? Quantos processos tramitam na Vara?	- a 1ª Vara de Fazenda Estadual respondeu à requisição, sustentando contar com 10.377 processos; - a 2ª Vara de Fazenda Municipal acusou 3578 processos; - a 4ª Vara de Fazenda Estadual acusou 14.014 feitos; - a 6ª Vara de Fazenda Estadual conta com 9719 feitos.

11. Observações:

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
Saldo do mês anterior	1	3	6	5	3	0	1	1	1	2	1	0
Distribuídos no mês	14	3	8	24	7	2	3	3	6	4	6	4
Impulsionados no mês	12	0	9	26	10	1	3	3	5	5	7	4
Saldo do mês atual	3	6	5	3	0	1	1	1	2	1	0	0
Audiências realizadas/ sessões	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0

Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Observações:												
PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
Saldo do mês anterior	0	3	2	1	2	2	3	6	1	2	3	2
Distribuídos no mês	9	3	3	2	6	2	9	5	3	10	3	1
Impulsionados no mês	6	4	4	1	6	1	6	10	2	9	4	2
Saldo do mês atual	3	2	1	2	2	3	6	1	2	3	2	1
Audiências realizadas/ sessões	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Observações:												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
1. Notícias de fato distribuídas	5	3	10	23	1	17	17	15	13	23	15	9
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	2	7	2	15	0	4	10	17	8	10	3	3
3. Procedimento Preparatório instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0
4. Procedimento Administrativo instaurado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
5. TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	0	0	1	1	0	2	0	1	0	0	0	1
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9. Arquivamento sem Remessa	3	17	7	25	1	6	12	23	22	16	4	11
10. Arquivamento com Remessa	11	0	8	17	11	15	9	2	19	2	17	7
11. Audiências Extrajudiciais	0	1	0	5	1	12	11	16	14	4	10	3
12. Audiência Pública realizada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Recomendações Ministeriais expedidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
14. PICs instaurados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

15. Despachos	24	10	39	41	11	19	36	36	88	46	22	6
Observações:												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
1. Notícias de fato distribuídas	10	0	17	28	10	16	8	26	11	10	13	15
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	0	1	6	14	18	4	8	4	13	5	4	2
3. Procedimento Preparatório instaurado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
4. Procedimento Administrativo instaurado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
5. TAC firmado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0
9. Arquivamento sem Remessa	1	1	13	4	26	17	18	12	1	12	10	4
10. Arquivamento com Remessa	1	1	1	27	13	5	9	5	28	23	5	0
11. Audiências Extrajudiciais	3	0	2	6	2	6	9	2	6	16	6	11
12. Audiência Pública realizada	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
13. Recomendações Ministeriais expedidas	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
14. PICs instaurados	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
15. Despachos	7	6	33	28	44	33	37	16	50	39	30	13
Observações:												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO*												
* Na data da Inspeção/Correição.												
1. Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):											0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:											0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:											0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:											0
OBS: Há um IP com vista para o MP, há menos de 30 dias e indiciado solto.												

2. Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
OBS: Aportou neste Órgão Ministerial uma ação penal em 05/12/2016		
3. Outros processos judiciais criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
4. Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	Prejudicado
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	Prejudicado
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	Prejudicado
5. Mandados de segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	Prejudicado
	Fora do prazo para manifestação:	Prejudicado
6. Outros processos judiciais cíveis – <i>custos legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
7. Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	2
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
8. Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
9. Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	8
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
10. Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	
11. Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	
	Em tramitação há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	
12. Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	76

	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	87
13. Procedimento Administrativo	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	
14. Ações civis públicas ajuizadas nos últimos 12 meses:		1
15. Ações civis públicas de improbidade adm. ajuizadas nos últimos 12 meses:		3
16. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias) nos últimos 12 meses:		Há uma quebra de sigilo bancário, bem como foi ajuizado um cumprimento de sentença
17. Denúncias oferecidas nos últimos 12 meses:		0
18. Termos de ajustamento de conduta	Firmados nos últimos 12 meses:	0
	Pendentes de cumprimento (com acompanhamento):	
19. Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		2
20. Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
21. Visitas/Reuniões externas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	0
	Estabelecimentos de deficientes:	0
	Estabelecimentos de Saúde:	0
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0
	Fundações:	0
22. Qual o critério de recebimento de feitos:		
23. Observações:		
QUADRO ESTATÍSTICO ANUAL DETALHADO		
CRIMINAL		
Área criminal	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos de processo remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	15	10

2. Autos de Inquéritos Policiais:	4	1
3. PICs instaurados:	0	0
4. Arquivamentos de PICs:	0	0
5. Arquivamentos de IPs:	0	0
6. Denúncias oferecidas:	0	0
7. Medidas cautelares preventivas e incidentais propostas pelo correicionado:	0	0
8. Alegações finais ou memoriais (escritas e orais):	0	0
9. Sessões do Tribunal do Júri:	0	0
10. Recursos interpostos:	0	0
11. Razões apresentadas:	0	0
12. Contrarrazões:	0	0
12. Contrarrazões:	0	0
13. Outras manifestações	19	10
JUIZADO ESPECIAL		
Juizado Especial Criminal e Cível	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador da República correicionado(a):	Prejudicado	Prejudicado
2. Arquivamentos:	Prejudicado	Prejudicado
3. Transações penais:	Prejudicado	Prejudicado
4. Denúncias oferecidas:	Prejudicado	Prejudicado
5. Alegações finais ou memoriais:	Prejudicado	Prejudicado
6. Razões apresentadas:	Prejudicado	Prejudicado
7. Contrarrazões:	Prejudicado	Prejudicado
8. Outras manifestações criminais	Prejudicado	Prejudicado
9. Manifestações cíveis	Prejudicado	Prejudicado
CÍVEL (MP autor)		
Cível (MP Autor)	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça correicionado(a):	60	43
2. Ações Cíveis Públicas Ajuizadas:	3	3
3. Outras ações ajuizadas	0	0
4. Alegações Finais:	1	0

5. Recursos interpostos:	1	1	
6. Razões recursais:	1	1	
7. Contrarrazões recursais:	3	3	
8. Outras manifestações:	55	39	
CÍVEL (custos legis)			
Cível (custos legis)	2015	2016* *Até da data da correição	
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	Prejudicado	Prejudicado	
2. Quantidade de manifestações exaradas (excetuados casos em que justificada a não-intervenção):	Prejudicado	Prejudicado	
33. Processos em que foi justificada a não intervenção pelo(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República:	Prejudicado	Prejudicado	
DADOS COMPLEMENTARES			
1. Sugestões do titular do órgão do Ministério Público:			
2. Experiências inovadoras:			
3. Observações (outras atividades de atuação e outras informações relevantes):			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS (CÍVEIS E CRIMINAIS)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
IC	0024.03.000001-2	10/09/2003	1
IC	024.10.002076-7	17/06/2010	2
IC	0024.10.004995-6	08/04/2011	3
IC	0024.01.000256-6	21/03/2001	4
IC	0024.01.000027-1	20/04/2001	5
IC	0024.10.002290-4	22/06/2010	6
IC	024.02.000002-2	04/10/2002	7
IC	0024.10.004404-9	17/12/2010	8
IC	0024.10.003713-4	07/12/2010	9
OBSERVAÇÕES			
1 – Objeto: irregularidade na cobrança de taxas de segurança em razão do reboque e estadia de veículos no Detran/MG. Portaria sem data, sem diligências e sem discriminação da espécie de procedimento investigatório instaurado. Há certidão que informa a conversão em IC em 22/04/2008. Relatório de fls. 38/49 com conteúdo conclusivo. Relatório de fls. 147 também possui conteúdo conclusivo e propositivo, porém elaborado por servidor			

do Ministério Público. Longo período em que os autos tramitaram sem despachos instrutórios, sendo os documentos juntados aos autos sem discriminação exata. Em 2007 os autos foram despachados pelo Dr. Eduardo Nepomuceno. Em dezembro há outro relatório de dezembro de 2007 (fls. 232/234) da lavra de outro membro, Dr. Geraldo Ferreira da Silva o qual emitiu despachos instrutórios até meados de 2008. Novo período sem despachos formais instrutórios embora tenham sido juntados ao procedimento grande volume de documentos. Novos relatórios a fls. 599/605 e 675/686 feitos por outro Promotor (Dr. Rogério Filippetto de Oliveira). Expedida Notificação Recomendatória a fls. 709/712 da lavra do mesmo membro. Despacho suspendendo o IC a fls. 727 feito pela Promotora Patrícia Medina Varotto de Almeida. Novo despacho contendo relatório a 752/661 feito pela Dra. Thais Leite Garcia de Pinho. Novo período em que o IC tramitou sem emissão de despachos, embora tenha intensa juntada de documentos. Despacho do Dr. Julio Cesar Luciano em 16/08/2012 (fls. 806/810). Próximo despacho em dezembro de 2012 (fls. 840-verso). Próximos atos: reuniões realizadas em março e agosto de 2013. Próximo despacho em 21 de novembro de 2013 (fls. 881). Em em abril de 2014, os Autos foram remetidos e em seguida devolvidos pelo GEPP porque envolve caso que não comporta a cooperação do órgão. Próximo despacho feito pelo inspecionado em junho de 2014 (fls. 893) no qual reitera ofício anterior e aguarda realização de licitação para concessão de novos pátios. Próximo despacho de 03 de dezembro de 2014 no qual insta a secretaria de estado de defesa social a informar os procedimentos adotados. Notificação Recomendatória a fls. 949/957. Despacho PRORROGATÓRIO a fls. 961 (08 de janeiro de 2015). Novo despacho no qual insta a secretaria de estado de defsa social a informar os procedimentos adotados (fls. 969). Novos despachos a fls. 1014/1015 (abril de 2016) e 1037/1038 (junho de 2016). O último despacho instrutório data de 23 de novembro de 2016 (fls. 1132/1133) em que foi determinada a suspensão do IC até 01 de janeiro de 2017. Os hiatos entre os despachos são significativos e demonstram a principal causa para a demora no desfecho do caso. A falta de resolutividade também é patente uma vez que o inspecionado aguarda do órgão público interessado uma solução do caso.

2 – Objeto: aquisição fraudulenta de materiais por servidor público da COPASA. Portaria de 17/06/2010, imprecisa, sem data do fato e sem diligências. Relatório parcial com despacho instrutório de fls. 11/15 (25/02/2011) da lavra de Patrícia Medina Varotto de Almeida. Os autos tiveram relativa tramitação normal até janeiro de 2012. Após grande hiato, consta em 01/07/2014 despacho instrutório do inspecionado (fls. 128/131). Foram colhidos depoimentos de várias pessoas. Despacho instrutório do inspecionado a fls. 176/177, 185 e 193, 194, 195 com grandes hiatos temporais e de baixo poder resolutivo. Única PRORROGAÇÃO em 24/08/2016 (fls. 193). Um apenso.

3 – Objeto: irregularidade na marcação de perícias médicas. Portaria de 08/04/2011 sem diligências iniciais e sem especificação dos órgãos públicos e data dos fatos. Primeiro despacho do inspecionado em 27/10/2014. grande hiato para o próximo de fls. 87/88 (10/07/2015). O próximo é mera reiteração (fls. 90-21/07/2016). Primeira PRORROGAÇÃO em 11/08/2016, seguida de mera reiteração. Despachos com grandes hiatos de tempo e de baixa resolutividade. Três apensos.

4 – irregularidade na alienação de imóveis do IEF para criação dos parques estaduais Serra das Araras e Veredas Acari. Portaria de 21/03/2001. Primeiro despacho do inspecionado nos autos está a fls. 660/664 (13/09/2013) no qual o remeteu ao CSMP. Os autos foram devolvidos e o inspecionado o despachou novamente em 07/07/2014. Nova remessa ao CSMP, o qual o devolveu novamente ao inspecionado em novembro de 2014. Autos foram remetidos em dezembro de 2014 ao CEAT e devolvidos com parecer técnico contábil em novembro de 2015. Despacho qem que o inspecionado aguarda providências do órgão público interessa a solução do caso e determinando, em março de 2016, a remessa dos autos ao GEPP. O inspecionado aguarda conclusão do caso pelo MP de Contas e pela Advocacia-Geral do Estado a conclui, ao final, pela remessa dos autos ao GEPP para atuação em cooperação para a conclusão do IC. Houve uma PRORROGAÇÃO. Os despachos revelam falta de protagonismo do inspecionado na investigação, que sofreu, desvios e influxos ocasionais.

5 – Objeto: Superfaturamente em contratações de serviços em hospitais conveniados com o IPSEMG. Data instauração: 20 de abril de 2001. Etiqueta contendo certidão que indica a conversão em IC em 13/08/2008. O inspecionado exarou despacho a fls. 317/320 (09 de setembro de 2013). Autos foram remetidos ao GEPP e ao setor e perícia. Prorrogação a fls. 343/345 (15/06/2015). Nova remessa ao GEPP que elencou as diligências simples para prosseguimento da investigação. Houve novo despacho do inspecionado PRORROGATÓRIO com diligências pouco resolutivas. Três apensos.

6 – Objeto: emprego irregular dos recursos provenientes de convênios celebrados entre Secretaria Municipal e Habitação e Arquidiocese de BH. Portaria de 22 de junho de 2010. Primeiro despacho do inspecionado nos autos a fls. 497/498 em 16/10/2014, encaminhando os autos para CEAT. Próximos despachos de 20 de abril de 2016, 01 de agosto de 2016 e 09 de agosto de 2016. As diligências contidas nos despachos são de baixa resolutividade.)4 apensos.

7 – Fraudes em projetos culturais incentivados pelo Poder Público. Portaria de instauração de 04 de outubro de

2002. Certidão de conversão em IC em 01/08/2008. Despacho instrutório de fls. 1291 (25/04/2014), emitido pelo GEPP que insta a Fundação Municipal interessada a apurar as possíveis irregularidades para a posterior suspensão do procedimento, revelando total falta de protagonismo da instituição na sua investigação. Inúmeros despachos reiterando diligências anteriores e sem maior resolutividade. O IC foi suspenso por 180 dias por meio do despacho de fls. 1389/1390 porque a fundação interessada comunicou que alguns projetos culturais ainda dependiam de prestação de contas. PRORROGAÇÃO a fls. 1396, em despacho que o inspecionando solicita documentos e determina a remessa dos autos ao GEPP (08 de junho de 2016). Novo despacho de remessa dos autos ao GEPP para que verifique se a documentação trazida aos autos é suficiente para formação do juízo de convicção do caso. Em resposta o GEPP indica diligências ordinárias para conclusão da investigação. Os despachos do inspecionado são de mero impulso, cabendo ao GEPP a análise vertical do caso. A suspensão do IC revela postura passiva da instituição, principalmente porque a apuração do fato em outras instâncias não é, aparentemente, prejudicial a conclusão deste caso.

8 – Objeto: irregularidades concessão de benefícios previdenciários e de licenças de saúde no SCPMSO. Portaria de 17 de dezembro de 2010, sem maiores detalhes que individualizem o fato investigado e sem diligências iniciais. Primeiro e único despacho do inspecionado nos autos a fls. 73/74 de 19 de abril de 2016, solicitando informações sobre a apuração do fato a Secretaria em que as irregularidades ocorreram.

9 – Objeto: servidores contratados por tempo determinado nomeados para cargos comissionados ou função gratificada. Portaria de 07/12/2010. Certidão de conversão 15/06/2011. Primeiro despacho do inspecionado em agosto de 2012 (fls. 26). Despachos em 02 de fevereiro de 2013, abril de 2014, setembro de 2014, março de 2015, junho de 2015, agosto de 2015, fevereiro 2016, julho de 2016 (despacho que determinou o desmembramento do feito- fls. 275/276), 18 de julho de 2016 e 11 de agosto de 2016 (Único PRORROGATÓRIO). Há uma . Notificação Recomendatória (fls. 55/62). Embora haja despachos ao longo do tempo, o inspecionado aguarda do órgão público as correções das irregularidades. Quatro apensos.

17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público

17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA	
1. Órgão inspecionado:	122º Cargo de Promotor de Justiça de Entrância Especial de Belo Horizonte - MG Dr. Geraldo Ferreira da Silva
2. Atribuições do Órgão:	Resolução PGJ N°72, de 18 de outubro de 2006. Abrange tomada de todas as medidas judiciais e extrajudiciais em relação aos atos de Improbidade Administrativa e Defesa do Patrimônio Público, nas esferas estadual e municipal.
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 13/08/1987; reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses não participou de cursos de aperfeiçoamento; não exerce o magistério; não exerce a advocacia; não responde a procedimento administrativo disciplinar; respondeu cumulativamente por outras funções (Coordenador da 17ª Promotoria da Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público até 16-08-2016); nos últimos 06 meses não recebeu colaboração; nos últimos 06 meses não se afastou das atividades; cumpre expediente das 13:00 às 19:00 horas.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
1. Qual os dias e horários em que é prestado o atendimento	ao O atendimento ocorre de segunda-feira a sexta-feira, de 08:00 h às 18:00 h. Atendendo ao representante, ao representado e a qualquer interessado.

público?	
2. Respondeu por outro(s) órgão(s), cumulativamente, nos últimos seis meses (especifique)?	NÃO
3. Recebeu colaboração nos últimos 6 meses (especifique)?	NÃO
4. Houve afastamento, de qualquer natureza, nos últimos 6 meses?	NÃO
5. Caso positivo, indicar o período e o motivo:	Prejudicado
6. Estrutura de pessoal no gabinete:	Gabinete do Dr. Geraldo Ferreira da Silva: 2 (dois) Analistas em Direito e 1(um) Oficial do Ministério Público de Minas Gerais, esta última trabalhando na Secretaria.
7. Estrutura física do gabinete:	Gabinete, sala para os Analistas em Direito e secretaria.
8. Sistema de arquivos:	Sistema de Registro Único (SRU), arquivo físico e digital.
9. Sistema de registro e controle:	Sistema de Registro Único (SRU); SGDP e Livros de Protocolo.
10. Oficia perante qual (is) Vara(s) judiciais? Quantos processos tramitam na Vara?	<p>Varas da Fazenda Pública Estadual e Autarquias de Belo Horizonte, Varas da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, Varas Criminais de Belo Horizonte e Varas Cíveis de Belo Horizonte. A atuação é somente nos processos judiciais propostos por este órgão de execução. Os demais processos das Varas Judiciais tem acompanhamento de outros órgãos de execução ali oficientes.</p> <p>07 Inquéritos Policiais;</p> <p>04 Processos Criminais;</p> <p>76 Processos Cíveis.</p> <p>Quantitativo de processos por vara:</p> <p>3ª Vara Criminal de Belo Horizonte: 02 processos</p> <p>9ª Vara Criminal de Belo Horizonte: 01 processo</p> <p>10ª Vara Criminal de Belo Horizonte: 01 processo</p> <p>Vara Criminal de Inquéritos Policiais de Belo Horizonte: 07 Processos</p> <p>1ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias: 15 processos</p> <p>2ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias: 04 processos</p> <p>3ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias: 11 processos</p> <p>4ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias: 10 processos</p> <p>5ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias: 17 processos</p> <p>6ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias: 14 processos</p> <p>2ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte: 02 processos</p> <p>3ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte: 01 processo</p> <p>11ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte: 01 processo</p>

	20ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte: 01 processo											
11. Observações:												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
Saldo do mês anterior	01	0	0	08	0	01	01	01	01	02	01	0
Distribuídos no mês	05	01	15	16	05	05	07	09	08	09	09	04
Impulsionados no mês	06	01	07	24	04	05	07	09	07	10	10	04
Saldo do mês atual	0	0	08	0	01	01	01	01	02	01	0	0
Audiências realizadas/ sessões	01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	01	03	01	01	01	01	0	0	0	0
Observações:												
PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
Saldo do mês anterior	0	08	03	01	02	02	0	01	01	01	01	01
Distribuídos no mês	13	04	03	11	11	04	13	13	06	11	06	01
Impulsionados no mês	05	09	05	10	11	06	12	13	06	11	06	01
Saldo do mês atual	08	03	01	02	02	0	01	01	01	01	01	0
Audiências realizadas/ sessões	0	0	0	0	0	01	0	25	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	01
Observações:												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
1. Notícias de fato distribuídas	07	11	09	09	05	21	18	12	4	18	12	10
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	01	17	12	21	02	13	10	08	28	05	09	04
3. Procedimento Preparatório instaurado	0	0	0	01	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Procedimento Administrativo instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Ação Civil Pública de	0	0	0	0	0	0	0	0	0	01	0	0

Improbidade Administrativa proposta												
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	0	0	0	0	0	0	0	0	01	0	0	0
9. Arquivamento sem Remessa	01	02	0	01	01	04	01	01	02	03	02	03
10. Arquivamento com Remessa	01	05	02	07	0	05	04	25	10	02	13	0
11. Audiências Extrajudiciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Audiência Pública realizada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
13. Recomendações Ministeriais expedidas	02	0	0	02	0	01	0	01	09	15	0	0
14. PICs instaurados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. Despachos	31	20	77	74	18	40	68	85	92	56	38	30
Observações:												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
1. Notícias de fato distribuídas	06	13	16	23	12	06	03	26	12	09	11	11
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	02	12	32	11	06	54	02	83	07	04	08	01
3. Procedimento Preparatório instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
4. Procedimento Administrativo instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
9. Arquivamento sem Remessa	0	02	0	02	0	04	01	05	05	0	3	0
10. Arquivamento com Remessa	02	12	01	10	10	02	01	33	16	11	13	10
11. Audiências Extrajudiciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Audiência Pública realizada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Recomendações Ministeriais	0	0	0	0	01	0	0	0	0	0	1	0

expedidas												
14. PICs instaurados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. Despachos	11	02	80	67	31	93	94	104	165	103	100	92
Observações:												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO* * Na data da Inspeção/Correição.												
1. Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):										ND	
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:										ND	
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:										ND	
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:										ND	
2. Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
3. Outros processos judiciais criminais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
4. Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):										0	
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:										0	
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:										0	
5. Mandados de segurança	No prazo para manifestação (10 dias):										0	
	Fora do prazo para manifestação:										0	
6. Outros processos judiciais cíveis – <i>custos legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
7. Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
8. Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
9. Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										0	

	Em tramitação há mais de 30 dias:	1
10. Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
11. Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	0
	Em tramitação há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
12. Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	216
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	204
13. Procedimento Administrativo	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
14. Ações civis públicas ajuizadas nos últimos 12 meses:		0
15. Ações civis públicas de improbidade adm. ajuizadas nos últimos 12 meses:		01
16. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias) nos últimos 12 meses:		0
17. Denúncias oferecidas nos últimos 12 meses:		01
18. Termos de ajustamento de conduta	Firmados nos últimos 12 meses:	0
	Pendentes de cumprimento (com acompanhamento):	0
19. Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		02
20. Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
21. Visitas/Reuniões externas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
22. Qual o critério de recebimento de feitos:		prejudicado
23. Observações: A Notícia de Fato em tramitação a mais de 30 dias encontra-se no Conselho		Distribuição

Superior do Ministério Público		
QUADRO ESTATÍSTICO ANUAL DETALHADO		
CRIMINAL		
Área criminal	2015	2016* *Até da data da correção
1. Autos de processo remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	15	10
2. Autos de Inquéritos Policiais:	15	09
3. PICs instaurados:	0	0
4. Arquivamentos de PICs:	0	0
5. Arquivamentos de IPs:	0	0
6. Denúncias oferecidas:	0	01
7. Medidas cautelares preventivas e incidentais propostas pelo correicionado:	0	0
8. Alegações finais ou memoriais (escritas e orais):	01	0
9. Sessões do Tribunal do Júri:	0	0
10. Recursos interpostos:	1	0
11. Razões apresentadas:	1	0
12. Contrarrazões:	1	1
12. Contrarrazões:	1	1
13. Outras manifestações	12	10
JUIZADO ESPECIAL		
Juizado Especial Criminal e Cível	2015	2016* *Até da data da correção
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador da República correicionado(a):	Prejudicado	Prejudicado
2. Arquivamentos:	Prejudicado	Prejudicado
3. Transações penais:	Prejudicado	Prejudicado
4. Denúncias oferecidas:	Prejudicado	Prejudicado
5. Alegações finais ou memoriais:	Prejudicado	Prejudicado
6. Razões apresentadas:	Prejudicado	Prejudicado
7. Contrarrazões:	Prejudicado	Prejudicado
8. Outras manifestações criminais	Prejudicado	Prejudicado
9. Manifestações cíveis	Prejudicado	Prejudicado

CÍVEL (MP autor)			
Cível (MP Autor)	2015	2016*	*Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça correicionado(a):	72	85	
2. Ações Cíveis Públicas Ajuizadas:	1	1	
3. Outras ações ajuizadas	0	0	
4. Alegações Finais:	01	01	
5. Recursos interpostos:	07	01	
6. Razões recursais:	07	01	
7. Contrarrazões recursais:	07	15	
8. Outras manifestações:	57	68	
CÍVEL (custos legis)			
Cível (custos legis)	2015	2016*	*Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	Prejudicado	Prejudicado	
2. Quantidade de manifestações exaradas (excetuados casos em que justificada a não-intervenção):	Prejudicado	Prejudicado	
3. Processos em que foi justificada a não intervenção pelo(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República:	Prejudicado	Prejudicado	
DADOS COMPLEMENTARES			
1. Sugestões do titular do órgão do Ministério Público: ND			
2. Experiências inovadoras: Idealizou e implantou o GEPP-Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Minas Gerais, órgão vinculado ao CAOPP; Coordenador do CAOPP- Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa do Patrimônio Público do Estado de Minas Gerais – Período 2003/2008; Assessoria Especial da PGJ – 2008/2011; Coordenador da 17ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa na Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte – Período 2013/2016.			
3. Observações (outras atividades de atuação e outras informações relevantes):			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS (CÍVEIS E CRIMINAIS)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO	DATA DA	SITUAÇÃO DETECTADA

	PROCEDIMENTO	INSTAURAÇÃO	
IC	0024.03.000166-3	23/07/2003	1
IC	0024.07.000603-6	27/02/2007	2
IC	0024.09.002018-1	16/10/2007	3
IC	0024.09.000730-3	19/02/2009	4
IC	0024.05.000029-8	04//05/2005	5
IC	0024.09.002286-4	11/11/2009	6

OBSERVAÇÕES

1 – Objeto: arrendamento de terras do Estado para refrastamento mediante preço abaixo do valor de mercado. Portaria de 23 de julho de 2003, sem individualização do fato e sem diligências iniciais. Certidão de conversão em IC de 11/02/2011. relatório inicial lavrado pelo inspecionado a fls. 118/119 (12/08/2004). Entre final de 2004 e o próximo despacho (06/06/2005, breve hiato instrutório. Após a juntada de documentos, novo hiato, tendo procedimento sido despachado somente em março de 2006. Sucessivos despachos improdutos, seja pela falta de resposta do órgão requisitado, seja pela circularidades das diligências pretendidas, sempre dirigidas ao mesmo órgão. Em dezembro de 2007 os autos foram remetidos ao CEAT para análise técnica. Após a perícia, os autos são assumidos por outra Promotora de Justiça (fevereiro de 2010). Após juntada de documento, autos foram conclusos em maio de 2011 para Promotora Thais Leite, porém, novo despacho somente em 27 de fevereiro de 2012 da lavra do inspecionado. Novo despacho em 10 de setembro de 2012, abril de 2013, julho de 2013, setembro de 2013, novembro de 2013, dezembro de 2013. Autos remetidos ao CSMP, o qual o devolveu a Promotoria em julho de 2014. Próximo despacho do inspecionado em outubro de 2014, fevereiro de 2016 e dezembro de 2016. Os hiatos investigativos foram responsáveis pela demora na tramitação do IC. As diligências foram quase sempre dirigidas ao órgão público interessado revelando falta de criatividade para outras linhas investigatórias, sobretudo se considerarmos que os vários contratos foram celebrados com pessoas distintas. A perícia realizada foi praticamente deixada de lado. Pouca resolutividade e protagonismo do inspecionado que aguarda do órgão público as providências para solução do caso.

2 – Objeto: irregularidade de imóveis do estado. Portaria genérica e imprecisa. Certidão de conversão em IC de 14/04/2009. alguns hiatos entre despachos com cerca de seis meses. Diligências iniciais dirigidas somente ao órgão público interessado. PRORROGAÇÃO em 12 de maio de 2014 (f.s 187). Nova Prorrogação em 30 de junho de 2015 e 20 de julho de 2016, sem diligências entre elas. A generalidade do objeto do IC levou a dispersão das diligências realizadas, o que prejudica a análise detalhada de cada uma das entidades que está na posse de imóveis públicos. Essa situação leva a falta de resolutividade no caso. Vários apensos.

O inspecionado procurou voluntariamente a equipe e informou que este IC foi responsável pela elaboração de um cadastro no Estado de todos os imóveis. Informou que, como são milhares de imóveis, a criação deste cadastro já se constitui como resultado útil da atuação do Ministério Público.

3 – Objeto: aplicação irregular de recursos repassados pela secretaria de Estado e Desenvolvimento Social para entidade Manchester Futebol Clube, mediante convênios 417/2004 e 982/2005. Portaria original de 16 de outubro de 2007 baixada pela promotoria de tutela das fundações e associações. Autos foram remetidos ao Promotoria do Patrimônio em fevereiro de 2015. O inspecionado realizou aditamento a Portaria em abril de 2015. O IC foi suspenso por 120 dias visando aguardar conclusão do julgamento das contas da entidade pelo TCE. Após o prazo, o inspecionado solicitou informações à advocacia-Geral do Estado sobre as providências do caso. A demora para o desfecho do caso não pode ser imputado ao inspecionado porque os autos foram remetidos para a Promotoria do Patrimônio algum tempo depois do conhecimento do fato. Dois apensos.

4 – Objeto: pagamento em duplicidade para funcionários públicos. Hiato entre os despachos consideráveis. Prorrogação do IC sem especificação de diligências. Houve aditamento da portaria para melhor individualização do objeto. Falta de protagonismo do inspecionado que espera do órgão interessado a conclusão da sindicância disciplinar instaurada em face dos funcionários públicos. Diligências pouco resolutivas. Três apensos.

5 – Objeto: corrupção na imprensa oficial de Minas Gerais. Certidão de conversão em IC de 25/07/2008. As diligências iniciais foram intensas e contaram com participação de denunciante anônimo. Em maio de 2006 o inspecionado conclui pela presença de indícios de lesão ao erário e insta o órgão público interessado a realizar auditoria na Imprensa oficial (fls. 973). Concluída a auditoria, o inspecionado solicitou ao TCE a realização de tomada de Contas na imprensa oficial sobre os fatos, pelo que, inclusive, determinou a suspensão do IC pelo prazo

de 03 meses. Após o prazo, inspecionado diligenciou junto a Advocacia geral solicitando informações sobre o desfecho da sindicância disciplinar instaurada versando os fatos. Houve nova suspensão do IC para aguardar decisão do TCE. Essa postura passiva dura até a última movimentação dos autos e relega o MP à órgão de acompanhamento do caso. IC remetido ao CSMP.

6 – Irregularidades nos constratos entre UEMG e PRODEMGR. Portaria genérica e imprecisa, sem diligências iniciais. As diligências iniciais são insuficientes e buscam fazer com que o órgão público interessado identifique as irregularidades, o que resultou inclusive suspensão do IC por determinado prazo. Há remessa dos autos ao CEAT que elencou diligências necessárias. Os despachos são circulares e revelam falta de protagonismo do inspecionado na resolutividade do caso.

Observação Geral: A análise deste acervo permite verificar um padrão de atuação funcional do inspecionado que adota postura passiva e não resolutiva nas investigações fazendo com outros órgão da administração sejam responsáveis pela apuração do fato. Não raro, as decisões destes órgão pautam a convicção do inspecionado relegando o Ministério Público a órgão submisso à outras instâncias de responsabilidade. A falta de protagonismo e de criatividade para as investigações é patente. As diligências realizadas são predominantemente requisição de documentos, muitas vezes realizadas de maneira parcelada no tempo, alongando a duração do IC. Embora haja oitiva de algumas pessoas em alguns IC, a metodologia investigatória é formal e circular, exceto quando pautada pelo CEAT, que indica quais documentos devem ser requisitados.

17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público

17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA	
1. Órgão inspecionado:	17ª Promotoria de Justiça – Dra. ELISABETH CRISTINA DOS REIS VILLELA
2. Atribuições do Órgão:	Resolução 103/01
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 06/10/12; reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento: Curso de interceptação de Comunicações, 12 h/a, 20/06/16, CEAF/MPE – MG; Curso de Colaboração Premiada – Colaboração 1, 12 h/a, 23/05/16 a 24/05/16, CEAF/MPE-MG; Seminário Eleitoral – Eleições Municipais 2016, 14h 30 min/a, 07/04/16 a 08/04/16, CEAF/MPE – MG; não exerce o magistério; não exerce a advocacia; não respondeu e não responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente por outro órgão: Promotoria Eleitoral junto à 39ª Zona Eleitoral da Comarca de Belo Horizonte; nos últimos 06 meses não recebeu colaboração; nos últimos 06 meses não se afastou das atividades; cumpre expediente das 13:00 às 18:00h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
1. Qual os dias e horários em que é prestado o atendimento ao público?	Atendimento é diário das 13:00 às 18:00h. Conforme esclarecido pelo membro inspecionado, não existe rotina específica para atendimento ao público na PJ. Os interessados, ao comparecerem no órgão, passam por uma triagem inicial por servidores da secretaria, sendo posteriormente encaminhados para um dos Promotores de Justiça, seguindo ordem sequencial.
2. Respondeu por outro(s) órgão(s), cumulativamente, nos últimos seis meses (especifique)?	Sim. Eleitoral
3. Recebeu colaboração nos últimos 6 meses (especifique)?	Não
4. Houve afastamento, de qualquer	Não

natureza, nos últimos 6 meses?												
5. Caso positivo, indicar o período e o motivo:	Prejudicado											
6. Estrutura de pessoal no gabinete:	02 (dois) assessores analistas em Direito											
7. Estrutura física do gabinete:	Imóvel próprio. Gabinete dotado de mobília e equipamento de informática adequados											
8. Sistema de arquivos:	Digital e físico											
9. Sistema de registro e controle:	SRU											
10. Oficia perante qual (is) Vara(s) judiciais? Quantos processos tramitam na Vara?	Varas da Fazenda Pública Estadual e Municipal – Varas Criminais – Varas Cíveis 55 Processos Cíveis - 12 Processos Criminais - 08 Inquéritos Policiais											
11. Observações:												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
Saldo do mês anterior	03	03	09	12	05	06	04	07	04	04	04	05
Distribuídos no mês	02	13	08	17	17	13	13	18	08	07	13	12
Impulsionados no mês	02	07	05	24	16	15	10	21	08	07	12	12
Saldo do mês atual	03	09	12	05	06	04	07	04	04	04	05	05
Audiências realizadas/ sessões	01	01	01	01	01	01	01	01	02	02	0	01
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	02	0	01	0	1	0
Observações:												
PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
Saldo do mês anterior	05	05	04	03	04	04	03	05	02	02	01	04
Distribuídos no mês	03	02	03	08	19	09	13	08	05	07	09	01
Impulsionados no mês	03	03	04	07	19	10	11	11	05	08	06	04
Saldo do mês atual	05	04	03	04	04	03	05	02	02	01	04	01
Audiências realizadas/ sessões	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3	2
Observações:												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS												

PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
1. Notícias de fato distribuídas	11	02	12	06	0	03	06	17	09	23	18	12
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	02	16	03	05	02	14	37	15	04	09	16	09
3. Procedimento Preparatório instaurado	0	11	06	06	04	02	01	0	02	0	0	0
4. Procedimento Administrativo instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	01	03	02	01	02	0
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9. Arquivamento sem Remessa	12	44	22	4	4	3	5	16	11	10	27	11
10. Arquivamento com Remessa	4	2	12	11	15	30	34	2	10	2	20	9
11. Audiências Extrajudiciais	1	1	2	4	3	4	2	2	5	4	3	4
12. Audiência Pública realizada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Recomendações Ministeriais expedidas	0	0	0	0	0	0	1	0	3	3	0	2
14. PICs instaurados	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
15. Despachos	90	41	47	54	23	91	77	87	57	42	30	26
Observações:												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
1. Notícias de fato distribuídas	12	17	25	25	08	15	13	23	20	11	26	15
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	04	06	10	11	07	08	08	14	04	14	07	04
3. Procedimento Preparatório instaurado	0	0	0	0	0	01	02	01	0	0	0	0
4. Procedimento Administrativo instaurado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	01	0	0	0	0	0	0	0	0

7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	1
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9. Arquivamento sem Remessa	09	11	19	26	13	15	18	22	7	30	11	9
10. Arquivamento com Remessa	4	0	14	3	3	3	0	12	8	28	10	0
11. Audiências Extrajudiciais	1	2	4	3	30	70	4	4	5	5	5	6
12. Audiência Pública realizada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Recomendações Ministeriais expedidas	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0
14. PICs instaurados	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
15. Despachos	21	36	41	58	154	127	49	72	88	83	37	38

Observações:

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

* Na data da Inspeção/Correição.

1. Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
2. Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	1
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
3. Outros processos judiciais criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
4. Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
5. Mandados de segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
6. Outros processos judiciais cíveis – <i>custos legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	1
	Com vista há mais de 6 meses:	0

	Com vista há mais de 12 meses:	0
07. Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
8. Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
9. Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	06
	Em tramitação há mais de 30 dias:	06
10. Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	01
	Em tramitação há mais de 90 dias:	02
11. Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	00
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	00
	Em tramitação há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	00
12. Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	88
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	279
13. Procedimento Administrativo	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias:	0
14. Ações civis públicas ajuizadas nos últimos 12 meses:		1
15. Ações civis públicas de improbidade adm. ajuizadas nos últimos 12 meses:		0
16. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias) nos últimos 12 meses:		1
17. Denúncias oferecidas nos últimos 12 meses:		0
18. Termos de ajustamento de conduta	Firmados nos últimos 12 meses:	0
	Pendentes de cumprimento (com acompanhamento):	0
19. Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		5
20. Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
21. Visitas/Reuniões externas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0

	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	0
	Estabelecimentos de deficientes:	0
	Estabelecimentos de Saúde:	0
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0
	Fundações:	0
22. Qual o critério de recebimento de feitos:		Livre distribuição
23. Observações:		
QUADRO ESTATÍSTICO ANUAL DETALHADO		
CRIMINAL		
Área criminal	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos de processo remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	16	9
2. Autos de Inquéritos Policiais:	17	10
3. PICs instaurados:	1	0
4. Arquivamentos de PICs:	1	0
5. Arquivamentos de IPs:	0	0
6. Denúncias oferecidas:	1	1
7. Medidas cautelares preventivas e incidentais propostas pelo correicionado:	2	4
8. Alegações finais ou memoriais (escritas e orais):	0	0
9. Sessões do Tribunal do Júri:	0	0
10. Recursos interpostos:	0	1
11. Razões apresentadas:	0	1
12. Contrarrazões:	1	0
12. Contrarrazões:		
13. Outras manifestações	18	21
JUIZADO ESPECIAL		
Juizado Especial Criminal e Cível	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador da República correicionado(a):	PREJUDICADO	PREJUDICADO

2. Arquivamentos:	PREJUDICADO	PREJUDICADO
3. Transações penais:	PREJUDICADO	PREJUDICADO
4. Denúncias oferecidas:	PREJUDICADO	PREJUDICADO
5. Alegações finais ou memoriais:	PREJUDICADO	PREJUDICADO
6. Razões apresentadas:	PREJUDICADO	PREJUDICADO
7. Contrarrazões:	PREJUDICADO	PREJUDICADO
8. Outras manifestações criminais	PREJUDICADO	PREJUDICADO
9. Manifestações cíveis	PREJUDICADO	PREJUDICADO
CÍVEL (MP autor)		
Cível (MP Autor)	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça correicionado(a):	29	14
2. Ações Cíveis Públicas Ajuizadas:	6	1
3. Outras ações ajuizadas	0	1
4. Alegações Finais:	7	1
5. Recursos interpostos:	1	3
6. Razões recursais:	1	3
7. Contrarrazões recursais:	5	2
8. Outras manifestações:	27	19
CÍVEL (custos legis)		
Cível (custos legis)	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	0	3
2. Quantidade de manifestações exaradas (excetuados casos em que justificada a não-intervenção):	0	4
3. Processos em que foi justificada a não intervenção pelo(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República:	0	0
DADOS COMPLEMENTARES		
1. Sugestões do titular do órgão do Ministério Público:		
2. Experiências inovadoras:		

3. Observações (outras atividades de atuação e outras informações relevantes):

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS (CÍVEIS E CRIMINAIS)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	OBSERVAÇÕES
IC	0024.06.000517-0	19/05/2006	01
IC	0024.05.000060-3	28/06/2005	02
IC	0024.05.000374-8	11/07/2005	03
IC	0024.05.000498-5	13/09/2005	04
IC	0024.07.000049-2	07/12/2007	05
IC	0024.03.000010-3	16/05/2003	06
IC	0024.02.000004-8	01/10/2002	07

OBSERVAÇÕES

01) Procedimento Investigatório instaurado para apuração de possíveis irregularidades na contratação, com dispensa de licitação, de empresas doadoras de campanha eleitoral municipal de 2004. Portaria genérica que não delimita o objeto e não estabelece as diligências a serem cumpridas. Despacho em fls. 54/55 "instaurando" inquérito civil e determinando o cumprimento de diligências iniciais - 12/05/06. Juntada de diversos documentos em fls. 57/517, sem aposição de datas de juntadas e abertura de vista ao membro oficiante. Juntada de cópia reprográfica de despacho padrão, apenas no dia 17/12/2008, prorrogando o IC. Feito paralisado até o dia 21/07/2014, oportunidade na qual foi expedido ofício pela Promotora de Justiça inspecionada ao GEPP solicitando cooperação no feito. Despacho do GEPP remetendo o feito ao CEAT em fls. 523/524 - 06/08/14. Entrada no CEAT em 02/09/14, permanecendo até 06/04/16. Durante tal período, o Coordenador do CEAT praticou atos instrutórios no procedimentos, anexando cópias de diversos ofícios expedidos a investigados e empresas requisitando o envio de documentação. Juntada de parecer técnico do CEAT em fls.584/591. Promoção de arquivamento em 12/08/16. Aguardando envio CSMP e comunicações de praxe.

02) IC INSTAURADO EM DECORRÊNCIA DO RECEBIMENTO DE RIF DO COAF NOTICIANDO OCORRÊNCIA MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS EM ESPÉCIE EM VALORES SUPERIORES A R\$ 20.000.000,00 (VINTE MILHÕES DE REAIS), APRESENTADAS PELAS EMPRESAS SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA E DNA PRODUÇÕES LTDA, SUPOSTAMENTE PERTENCENTES AO EMPRESÁRIO MARCOS VALÉRIO DE SOUZA. Portaria em fls. 02/04. Tramitação regular do feito, com a apresentação de sucessivos despachos e a realização de diligências até 27/07/06 - fl.1458. Determinação de envio de documentos para realização de perícia no CAOEX em 26/07/06 - fl.1459. Feito sem movimentação registrada até o dia 24/10/07, quando foi juntada documentação encaminhada pelo PGJ-Adjunto Jurídico fls.1463/1517. Juntada de sucessivos documentos sem a certificação de datas e fora de ordem cronológica até o dia 17/12/2008, oportunidade na qual foi juntado despacho padrão prorrogando o IC. Feito paralisado até 25/06/2012 - fl.1585. Desde então, apenas a juntada de documentos e um despacho proferido, até novo impulso 22/01/2013 - fl.1607. Longos lapsos temporais entre juntada de documentos (fls.1608/1609), abertura de vista em 24/04/13 - fl.1610v e juntada de relatório pela PJ oficiante (fls. 1611/1617), ocorrida apenas em 04/12/2013. Encaminhamento dos autos ao CSMP em 05/12/13. Manifestação do Conselheiro constatando os grandes lapsos temporais entre as atuações ministeriais e simplesmente devolvendo os autos para a conclusão das investigações pelo órgão de origem - fls.1621/1622 - 21/03/2014 - vide cópias em anexo. Despacho determinando encaminhamento ao CEAT para perícia em 14/05/14 - fl.1622v. Por erro de processamento, o feito tem seu andamento retardado até o dia 14/11/14 - fl.1627. Efetivo encaminhamento ao CEAT apenas em 28/04/2015. Devolução com parecer técnico do CEAT somente no dia 26/10/2016, aproximadamente 01 ano e meio depois. FEITO PARALISADO SEM ABERTURA DE VISTA ATÉ A DATA DA INSPEÇÃO.

3) Procedimento Investigatório instaurado para apuração de possível em licitação para aquisição de veículo por parte do IEF. Portaria genérica que não delimita o objeto e não estabelece as diligências a serem cumpridas. Sucessivos despachos e juntadas de documentos desde a instauração do feito, em 11/07/2005, até 19/10/2006, sem, no entanto, todas as certificações de datas de juntadas e aberturas de vista regulares, com lapsos consideráveis entre os impulsos. Feito paralisado da abertura de vista em 08/11/06 até o dia 28/05/2008 (fls.

221/222). Feito paralisado até 29/08/2008, data de abertura de nova vista - fl.236v. Juntada de documentos e envio do feito "em devolução" pelo CEAT em 17/11/2009 com parecer técnico, sem qualquer despacho prévio determinando diligências no período - fl.471. Prorrogação genérica de IC em 20/11/2009. **Vista na mesma data e manifestação apenas em 13/09/2010 - fls. 477v e 478.** Entrada do feito no CEAT novamente em 19/11/2010 e devolução apenas em 01/04/2011 - fls. 492v e 493. Feito novamente paralisado até 28/11/2011 - fl.514v. **Abertura de vista em 17/10/2011.** Encaminhamento dos autos ao CSMP em 16/12/13. **Manifestação do Conselheiro constatando os grandes lapsos temporais entre as atuações ministeriais e simplesmente devolvendo os autos para a conclusão das investigações pelo órgão de origem - 25/08/2014 - fl.952 (vide documento em anexo).** **Nova manifestação apenas no dia 02/10/14, quase um ano após a remessa para o CSMP - fl.954.** Juntada de documentos e abertura de vista apenas no dia 21/01/2015 - fl.1008v. Prorrogação formal do IC em fl. 1004 - 27/02/2015. Novo encaminhamento ao CEAT em 14/05/15. **Vinda de relatório do CEAT apenas em 14/06/2016 - fl.1059v e 1060 - mais de um ano após.** Nova prorrogação em fls. 1064/1064v - 21/06/2016. Despacho em fl. 01/12/2016.

04 – Objeto: Irregularidades em contratos de serviços prestados pela empresa SMP&B Comunicação Ltda. e DNA Propaganda Ltda nos anos de 2003 à 2005 à Assembléia de Minas Gerais. IC fruto de desmembramento de outra investigação envolvendo o mesmo tipo de fraude. O IC tramitou inicialmente junto ao PGJ. Consta relatório do IC da lavra da inspecionada de 05 de dezembro de 2003. Em seguida, consta despacho instrutório sem data. Não há numeração a partir da fls. 716. Estão apensos o Procedimento Investigatório Criminal desde 11 de dezembro de 2013 e não conta, desde então, com novas diligências. Consta a informação de que os demais volumes dos autos foram remetidos ao setor de perícia em 13/12/2013 e até a presente data, aparentemente, não retornaram.

05 – Objeto: valoração de títulos para escolha de professores pela Secretaria Estadual de Educação. Certidão de conversão em IC de 12/06/2008. O IC foi redistribuído em abril de 2016, tendo, logo em seguida, sido despachado pela inspecionada. Próximo despacho a fls. 30 em setembro de 2016. Um apenso.

06 – Objeto: irregularidade na licitação de concessão dos serviços de táxis. Certidão de conversão em 01/08/2008. Primeiro despacho da inspecionada a fls. 1903 de 18 de novembro de 2013. Autos remetidos ao CSMP. Despachos instrutórios de baixa resolatividade e de conteúdo meramente circular e passivo. A inspecionada aguarda o saneamento da situação pela Secretaria estadual, olvidando-se em apurar as condições e consequências da dispensa de licitação, ato administrativo objeto do procedimento.

07 – Objeto: Fraudes na compra e venda de ações da Comig. Certidão de conversão em IC em 01/08/2008. Despacho da inspecionada contendo análise do caso a fls. 872- 02 de outubro de 2013. Autos remetidos ao CSMP. Após retorno, a maioria dos despachos foram proferidos com hiatos razoáveis. Além disso, a inspecionada condiciona a realização de novas diligências ao inquérito policial correlato aos fatos, a cargo da polícia federal, o que leva a baixa resolatividade e reduzido protagonismo na condução de sua investigação. Há três apensos.

17ª Promotoria De Justiça De Defesa do Patrimônio Público

17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA		
1.	Órgão inspecionado:	121º cargo de Promotor de Justiça de entrância especial Dra Raquel Pacheco Ribeiro de Souza
2.	Atribuições do Órgão:	Tomada de todas as medidas judiciais e extrajudiciais em relação aos atos de improbidade administrativa, exercendo a titularidade das ações cíveis e penais nos referidos casos, com exceção do que for de atribuição dos Juizados Especiais (conforme Resolução PGJ 72/2006).
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
O membro assumiu o órgão em 30/10/12; reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses participou dos seguintes cursos de aperfeiçoamento: “As vantagens da Mediação”; “Interceptação telefônica”; “Improbidade Administrativa: análise das principais polêmicas”; “Colaborações premiadas e a experiência do caso Lava-		

<p>Jato”; não exerce o magistério; não exerce a advocacia; não respondeu e não responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 06 meses recebeu colaboração; nos últimos 06 meses se afastou das atividades, em férias regulamentares, no período de 11/07/16 a 09/08/16 ; cumpre expediente das 13:00 às 17:00h e, por aproximadamente três vezes por semana permanece na Promotoria por cerca de duas horas, na parte da manhã.</p>	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
1. Qual os dias e horários em que é prestado o atendimento ao público?	De segunda à sexta-feira, das 07:00 às 19:00h.
2. Respondeu por outro(s) órgão(s), cumulativamente, nos últimos seis meses (especifique)?	Não.
3. Recebeu colaboração nos últimos 6 meses (especifique)?	Sim, do Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público – GEPP, em programa de cooperação instituído pela Resolução PGJ 11 de 19/02/14.
4. Houve afastamento, de qualquer natureza, nos últimos 6 meses?	Sim.
5. Caso positivo, indicar o período e o motivo:	Férias regulamentares usufruídas no período de 11/07/16 a 09/08/16.
6. Estrutura de pessoal no gabinete:	Um analista em direito.
7. Estrutura física do gabinete:	O Gabinete se constitui de sala de aproximadamente 27 m ² , guarnecida com três estantes de aço, dois armários de aço, um arquivo de pastas suspensas, duas mesas de servidor, uma mesa de promotor, uma mesa para computador, seis cadeiras e três computadores novos, dois deles também com monitores verticais.
8. Sistema de arquivos:	Arquivo físico constituído por pastas suspensas; arquivo digital, disponível na rede da PGJ, além de arquivo digital pessoal do órgão.
9. Sistema de registro e controle:	SRU – sistema de Registro Único e livro de protocolo com registro de descarga de autos do Gabinete para a Secretaria da Promotoria.
10. Oficia perante qual (is) Vara(s) judiciais? Quantos processos tramitam na Vara?	<p>O Órgão oficia mais comumente nas Varas das Fazendas, Municipal e Estadual de Belo Horizonte, mas também atua em Varas Criminais, Vara de Inquéritos, Vara de Execução dos feitos da Fazenda Pública e, excepcionalmente, em Varas Cíveis.</p> <p>Logramos obter as seguintes informações, relativamente a algumas das Varas referidas, quanto ao número de feitos em tramitação:</p> <p>1ª Vara da Fazenda Estadual: 10.377; 4ª Vara da Fazenda Estadual: 9.731; 5ª Vara da Fazenda Estadual: 8.933; 6ª Vara da Fazenda Estadual: 9.719; 2ª Vara da Fazenda Municipal: 3.452; 3ª Vara da Fazenda Municipal: 3.420.</p> <p>A Central de cumprimento de sentenças das Varas da Fazenda Pública Estadual informou que não pode afirmar o número exato dos feitos ali em tramitação, mas esclareceu que o número gira em torno de 18.000 processos físicos e 6.000 processos eletrônicos.</p>

11. Observações: Desde o dia 25/08/16 o órgão vem exercendo as funções de Coordenadora da 17ª Promotoria de Justiça, com acréscimo, pois, de atribuições.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
Saldo do mês anterior	02	02	01	04	03	02	01	02	01	03	01	01
Distribuídos no mês	05	01	05	23	05	10	05	11	04	03	01	05
Impulsionados no mês	05	02	02	24	06	11	04	12	02	05	01	03
Saldo do mês atual	02	01	04	03	02	01	02	01	03	01	01	03
Audiências realizadas/ sessões	01	00	00	01	00	01	00	00	00	00	00	00
Recursos interpostos	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Observações: Dados extraídos do SRU – Sistema de Registro Único, que comumente apresenta inconsistências.

PROCEDIMENTOS JUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
Saldo do mês anterior	03	05	03	02	02	02	00	02	00	00	00	01
Distribuídos no mês	03	02	01	01	07	00	06	04	04	06	06	03
Impulsionados no mês	01	04	02	01	07	02	04	06	04	06	05	04
Saldo do mês atual	05	03	02	02	02	00	02	00	00	00	01	00
Audiências realizadas/ sessões	00	00	00	00	00	01	00	00	01	00	00	00
Recursos interpostos	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Observações:

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS

PERÍODO	Dez (2014)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2015)
1. Notícias de fato distribuídas	16	01	01	28	06	20	15	11	12	01	16	12
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	06	02	19	02	00	04	14	17	10	00	03	05
3. Procedimento Preparatório instaurado	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00
4. Procedimento Administrativo instaurado	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
5. TAC firmado	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00

6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00
9. Arquivamento sem Remessa	10	06	27	16	02	10	20	26	14	05	07	10
10. Arquivamento com Remessa	00	01	02	07	04	10	02	01	05	01	01	02
11. Audiências Extrajudiciais	16	16	14	13	24	16	19	30	34	00	13	10
12. Audiência Pública realizada	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
13. Recomendações Ministeriais expedidas	00	00	01	00	00	01	00	00	00	00	00	00
14. PICs instaurados	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00
15. Despachos	69	107	51	45	97	106	109	127	126	02	146	65
Observações:												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS MÊS A MÊS												
PERÍODO	Dez (2015)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov (2016)
1. Notícias de fato distribuídas	11	25	07	18	14	13	11	04	13	16	11	16
2. Inquérito Civil instaurado por Portaria	00	00	00	05	05	13	38	00	04	04	06	08
3. Procedimento Preparatório instaurado	00	00	00	00	00	02	02	01	03	05	00	00
4. Procedimento Administrativo instaurado	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
5. TAC firmado	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
6. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
7. Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	01
8. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias)	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00
9. Arquivamento sem Remessa	03	07	03	08	06	26	50	04	08	18	09	07
10. Arquivamento com Remessa	03	10	00	01	00	01	07	06	05	07	05	01
11. Audiências Extrajudiciais	18	14	04	12	08	14	28	11	09	16	10	05

12. Audiência Pública realizada	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
13. Recomendações Ministeriais expedidas	00	00	00	00	01	00	00	00	00	03	00	00
14. PICs instaurados	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	02
15. Despachos	31	69	18	84	146	111	117	30	126	124	110	54

Observações: 1. Para as audiências extrajudiciais o órgão considerou as oitivas que realizou em procedimentos extrajudiciais. Não foram computadas as reuniões realizadas no período;

2. Para o item “despachos” o órgão incluiu as manifestações de indeferimento de instauração de Inquérito Civil, bem como as promoções de arquivamento;

3. Com exceção das informações relativas às ações propostas, audiências extrajudiciais realizadas, recomendações e despachos, os dados foram extraídos do SRU – Sistema de Registro Único, que comumente apresenta inconsistências;

4. O Procedimento Administrativo foi regulamentado no âmbito do MPMG apenas recentemente, através da Resolução conjunta PGJ CGMP nº 7, de 9/11/16.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

* Na data da Inspeção/Correição.

1. Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	00
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	00
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	00
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	00
2. Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	00
	Com vista há mais de 6 meses:	00
	Com vista há mais de 12 meses:	00
3. Outros processos judiciais criminais	Com vista há mais de 30 dias:	00
	Com vista há mais de 6 meses:	00
	Com vista há mais de 12 meses:	00
4. Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	00
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	00
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	00
5. Mandados de segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	00
	Fora do prazo para manifestação:	00
6. Outros processos judiciais cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	00
	Com vista há mais de 6 meses:	00
	Com vista há mais de 12 meses:	00
7. Processos cíveis referentes a ações ajuizadas	Com vista há mais de 30 dias:	00

pelo Ministério Público	Com vista há mais de 6 meses:	00
	Com vista há mais de 12 meses:	00
8. Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	00
	Com vista há mais de 6 meses:	00
	Com vista há mais de 12 meses:	00
9. Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	14
	Em tramitação há mais de 30 dias:	05
10. Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	02
	Em tramitação há mais de 90 dias:	01
11. Procedimentos preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	04
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	04
	Em tramitação há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	02
12. Inquérito civil	Em tramitação há menos de 1 ano:	85
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	170
13. Procedimento Administrativo	Em tramitação há menos de 90 dias:	00
	Em tramitação há mais de 90 dias:	00
14. Ações civis públicas ajuizadas nos últimos 12 meses:		02
15. Ações civis públicas de improbidade adm. ajuizadas nos últimos 12 meses:		00
16. Outras ações propostas (incluindo medidas cautelares/antecipatórias) nos últimos 12 meses:		01
17. Denúncias oferecidas nos últimos 12 meses:		02
18. Termos de ajustamento de conduta	Firmados nos últimos 12 meses:	00
	Pendentes de cumprimento (com acompanhamento):	00
19. Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		06
20. Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		00
21. Visitas/Reuniões externas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado

	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado
22. Qual o critério de recebimento de feitos:		Distribuição equânime entre os órgãos de execução lotados na PJ
23. Observações:		
QUADRO ESTATÍSTICO ANUAL DETALHADO		
CRIMINAL		
Área criminal	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos de processo remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	14	03
2. Autos de Inquéritos Policiais:	06	01
3. PICs instaurados:	01	03
4. Arquivamentos de PICs:	00	01
5. Arquivamentos de IPs:	01	00
6. Denúncias oferecidas:	01	02
7. Medidas cautelares preventivas e incidentais propostas pelo correicionado:	01	01
8. Alegações finais ou memoriais (escritas e orais):	00	01
9. Sessões do Tribunal do Júri:	00	00
10. Recursos interpostos:	00	00
11. Razões apresentadas:	00	00
12. Contrarrazões:	01	00
12. Contrarrazões:	01	00
13. Outras manifestações	04	08
JUIZADO ESPECIAL		
Juizado Especial Criminal e Cível	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador da República correicionado(a):	Prejudicado	Prejudicado

2. Arquivamentos:	Prejudicado	Prejudicado
3. Transações penais:	Prejudicado	Prejudicado
4. Denúncias oferecidas:	Prejudicado	Prejudicado
5. Alegações finais ou memoriais:	Prejudicado	Prejudicado
6. Razões apresentadas:	Prejudicado	Prejudicado
7. Contrarrazões:	Prejudicado	Prejudicado
8. Outras manifestações criminais	Prejudicado	Prejudicado
9. Manifestações cíveis	Prejudicado	Prejudicado
CÍVEL (MP autor)		
Cível (MP Autor)	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça correicionado(a):	52	34
2. Ações Cíveis Públicas Ajuizadas:	00	02
3. Outras ações ajuizadas	00	00
4. Alegações Finais:	02	01
5. Recursos interpostos:	03	00
6. Razões recursais:	03	00
7. Contrarrazões recursais:	01	02
8. Outras manifestações:	00	00
CÍVEL (custos legis)		
Cível (custos legis)	2015	2016* *Até da data da correição
1. Autos remetidos para manifestação do(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República correicionado(a):	Prejudicado	Prejudicado
2. Quantidade de manifestações exaradas (excetuados casos em que justificada a não-intervenção):	Prejudicado	Prejudicado
3. Processos em que foi justificada a não intervenção pelo(a) Promotor(a) de Justiça/Procurador(a) da República:	Prejudicado	Prejudicado
DADOS COMPLEMENTARES		
1. Sugestões do titular do órgão do Ministério Público: Para que os trabalhos da PJPP tenham mais eficácia e possam efetivamente atender aos ditames da Recomendação CNMP 42/2016, é preciso que seja dotada de melhor estrutura operacional, com mais servidores e aparelhamento adequado aos fins a que se destina. Vale registrar que este órgão de execução está há um ano e oito meses trabalhando com um analista em direito, diferentemente de outros colegas. Registre-se ainda que a PJPP não possui suporte para diligências		

de campo, para investigação de dados essenciais sobre o alvo de apurações cíveis e criminais que empreende como, por exemplo, onde reside o alvo, que carro usa, onde frequenta, etc. Registre-se, mais, que não dispomos de um setor que possa fazer transcrição de conteúdos gravados em vídeo, não dispomos sequer de scanner com capacidade para digitalizar os Inquéritos Cíveis para o processo eletrônico, sendo que nos valem do empréstimo do scanner do CAOPP, como também nos valem do “empréstimo” dos serviços do motorista do CAOPP e do motorista do Meio Ambiente, para a devolução dos processos judiciais às Varas e para o cumprimento de notificações; também nos servimos da boa vontade de um oficial de diligências do Meio Ambiente para cumprir notificações do Patrimônio Público que, tendo apenas um oficial de diligências, precisa contar com a ajuda de servidores de outro setor. Saliente-se também que os serviços de contadoria postos à disposição da PJPP são insuficientes para atender às necessidades da Promotoria, havendo inquéritos que aguardam meses e até anos para ser analisados.

2. Experiências inovadoras: este órgão de execução se utiliza, tanto quanto possível, em sua atuação, dos meios autocompositivos de resolução de conflitos, valendo-se das técnicas de negociação para tentar alcançar resultados mais eficientes e rápidos para a sociedade do que os alcançados com a judicialização das questões. Tal posicionamento tem se mostrado muito eficaz, culminando no cumprimento integral das nossas Recomendações. Vale destacar os resultados do IC MPMG 0024.14.003.422-4, referente à realização de credenciamento para contratação de médicos pelo IPSM – Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais, tendo a firmatária sido inclusive homenageada pelo IPSM, ante os trabalhos desenvolvidos no mencionado procedimento.

3. Observações (outras atividades de atuação e outras informações relevantes):

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS (CÍVEIS E CRIMINAIS)

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
IC	0024.08.000344-5	25/06/2008	1
IC	0024.07.000077-3	11/07/2007	2
IC	0024.08.000473-2	31/08/2008	3
IC	0024.02.000009-7	21/12/2001	4
IC	0024.09.001570-2	12/05/2009	5
IC	0024.08.000811-3	25/11/2008	6

OBSERVAÇÕES

1 – Objeto: pagamento indevido a funcionário público. Primeiro despacho instrutório da inspecionada a fls. 173-verso, manuscrito no qual registra que assumiu o cargo em novembro de 2012. Despacho datado de 25/03/2014. Os despachos instrutórios proferidos contam com pequenos intervalos de tempo mas mostram-se, predominantemente, burocráticos e de baixo conteúdo resolutivo. A inspecionada aguarda o desfecho de sindicância disciplinar apuratória do fato, denotando baixo protagonismo na condução da investigação do caso.

2 – Objeto: fraudes no sistema de cotas de estudantes na EUMG e Unimontes. Certidão de conversão em IC de 21/07/2008. Os autos foram arquivados em outubro de 2012 pela então promotora titular, mas somente em dezembro de 2012 que os autos foram remetidos ao CSMP. Os autos foram devolvidos para a origem porque faltaram as notificações dos interessados, providências que consumiram quase todo o ano de 2013. Diante do surgimento de novas provas, foi dado prosseguimento das investigações. Despachos instrutórios manuscritos, com breve espaço de tempo ao longo de 2014, com variedade de espécies de provas. Algumas diligências contudo, poderiam ter sido realizadas antes do arquivamento anterior, demonstrando falta de perspectiva da linha investigativa inicial.

3 – irregularidades no programa Poupança Jovem. Portaria de 31/07/2008. Ao assumir os autos a inspecionada promoveu a sua remessa a promotoria do Terceiro Setor (fls. 352-27 de junho de 2013). Após dois anos foi suscitado conflito de atribuição, o qual foi dirimido em setembro de 2015 e concluiu pela

atribuição da 17a Promotoria do Patrimônio. Os autos retornaram e foram encaminhados ao GEPP, seguidas vezes, sem que a inspecionada tenha tomado a frente da investigação. Novamente a postura passiva de aguardar o julgamento do TCE e da advocacia Geral do Estado revela falta de protagonismo na condução da investigação.

4 – Objeto: Concessão de adicionais de tempo de serviço a Procuradores e Promotores de justiça. Portaria de 21/12/2001. Primeiro despacho da inspecionada a fls. 282-verso (11/12/12) solicita informações para o TCE sobre o julgamento do caso. Autos remetidos ao CSMP e devolvidos para complementação das investigações em março de 2014. Autos encaminhados ao GEPP, o qual elencou diligências. Foi juntada cópia do procedimento correlato que tramitava na esfera da Procuradoria. Os autos foram remetidos novamente ao GEPP que elencou novas diligências. O último despacho da inspecionada revela explicitamente a falta de protagonismo do MP ao condicionar suas conclusões ao julgamento pelo TCE. 37 apensos.

5 – Objeto: verificação de acúmulo de cargos públicos por médica em órgãos públicos. Primeiro despacho da inspecionada nos autos de 19/04/2016 (fls. 101-verso), o qual encaminha os autos ao GEPP para análise. Após a inspecionada só despachou para reiterar despachos anteriores. Os despachos instrutórios que buscam coleta de provas partiram do GEPP de modo que a atuação da inspecionada deu-se de forma passiva e burocrática.

6 – Objeto: Irregularidade na reforma de banheiro de escola pública em 2006. Primeiro despacho instrutório da inspecionada nos autos a fls. 540-verso (23/04/2013). Os despachos proferidos pela inspecionada são circulares e deixam de lado a perícia realizada pelo CEAT. O GEPP emitiu despacho em 15 de janeiro de 2015 solicitando documentos triviais para a investigação em tela. Os despachos da inspecionada são meramente reportantes ao GEPP e sem qualquer conteúdo resolutivo. Seis apensos.

Constatações

3. Constatações da Equipe de Correição

Realizou-se Correição extraordinária na 17a Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte/MG. Os trabalhos de correição foram executados entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2016 pelos seguintes membros: René do Ó Souza, Promotor de Justiça – Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional e Francisco de Assis Machado Cardoso, Promotor de Justiça – designado para os trabalhos.

A correição transcorreu normalmente conforme o planejado, sendo importante ressaltar que contou com o total apoio e constante colaboração da Procuradoria-Geral de Justiça, dos membros e servidores, bem como da Corregedoria-Geral do MPMG.

Sendo assim, com base nos Termos de Correição, bem como informações, observações *in loco* e documentos colhidos, a equipe da Corregedoria Nacional passa a tecer as suas considerações.

3.1 Das Constatações Gerais

3.1. Composta por seis Promotores de Justiça Titulares dos respectivos cargos, a 17a Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte/MG (17a PJ-PP) abrange as atribuições cíveis e criminais correlatas, judiciais e extrajudiciais, da área do patrimônio público de toda a Capital do Estado, abrangendo todos os poderes e órgãos estaduais (Executivo Estadual, TCE/MG, AL/MG, TJ/MG, DETRAN/MG e demais órgãos públicos estaduais) e os de natureza municipal (Executivo e Legislativo Estaduais, órgãos públicos municipais, etc).

3.2. A 17a Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte/MG (17a PJ-PP) encontra-se instalada em imóvel próprio do MPMG, em edifício compartilhado com outras Promotorias de Justiça Especializadas. A estrutura física demonstra-se compatível com as necessidades do órgão, contando com gabinetes amplos e confortáveis, equipados com computadores, internet e impressoras, bem como mobiliário adequado.

3.3. Sobre a estrutura humana de apoio, a 17a PJ-PP dispõe de estrutura satisfatória de pessoal, contando cada uma das Promotorias de Justiça com 02 cargos de Assessores Jurídicos, analistas bacharéis em Direito selecionados por concurso público. Atualmente, no entanto, os Drs. João Medeiros e Raquel Pacheco possuem apenas 01 Assessor Jurídico, encontrando-se vagos os cargos remanescentes, sem a lotação de novos servidores dos respectivos quadros. Além disso, as Promotorias de Justiça dos Drs. Eduardo Nepomuceno e João Medeiros também dispõem de estagiários jurídicos, não possuindo as demais tal quadro auxiliar. A secretaria da 17a PJ-PP é única, atuando de maneira centralizada para atender a todos os cargos da Promotoria de Justiça. Atualmente, possui 11 servidores Oficiais do Ministério Público, de nível médio e mediante aprovação em concurso público, sendo que um deles fica responsável pelo recebimento, registro e distribuição das representações e notícias de fato recebidas pelo órgão. Igualmente, um servidor fica responsável por toda a tramitação de feitos judiciais e extrajudiciais, controle de materiais, acompanhamento da atuação dos terceirizados (uma recepcionista, um faxineiro e um contínuo, que auxilia na entrega de feitos judiciais e outras funções internas na secretaria). Os outros 09 Oficiais do Ministério Público encontram-se distribuídos entre os 06 cargos da 17a PJ-PP, atuando em equipes de 03 servidores para atendimentos específicos no cumprimento dos despachos e demais determinações por parte dos 06 Promotores de Justiça em atuação no órgão.

3.4. Conforme esclarecido pelos Promotores de Justiça correccionados, existe uma Coordenação Administrativa no órgão, a qual atualmente é exercida pela Dra. Raquel Pacheco. Foi esclarecido que a Coordenação administrativa do órgão não enseja o pagamento de gratificação. A esta Coordenação compete organizar e normatizar a atuação da secretaria do órgão, estabelecendo os procedimentos para distribuição de feitos e demais atividades administrativas realizadas no âmbito da Promotoria de Justiça inspecionada. A Promotora de Justiça Coordenadora informou que assumiu a função há poucos meses, estando "tomando pé da situação". Inicialmente, tem procurado minimizar o déficit de pessoal do órgão, buscando dotar todos os 06 Promotores de Justiça com 02 cargos de Assessor Jurídico cada e obter os recursos materiais necessários para o regular funcionamento do órgão. Além disso, foi afirmado pela Promotora de Justiça Coordenadora que após consulta à Corregedoria-Geral foi orientada a efetuar, de plano e sem prévia distribuição aos demais membros em atuação no órgão, o declínio de representações ou peças de informação que não sejam da atribuição da 17a PJ-PP. Igualmente, não existe uma sistemática da realização de reuniões periódicas entre os membros em atuação no órgão inspecionado. As duas reuniões realizadas após a Dra Raquel Pacheco ter assumido a Coordenação, segundo por ela afirmado, foram pontuais e não seguiram tal sistemática. A distribuição de feitos segue o sistema de livre distribuição, não havendo distribuição temática por área específica de atuação ou natureza do órgão envolvido. Os Promotores de Justiça relataram que a atuação sistemática apresenta maior coerência e permite uma divisão equânime da carga de trabalho. Para a tarefa de distribuição de feitos foi destacado um servidor específico da secretaria, o qual efetua o registro de todas as representações e peças de informação recebidas pelo órgão e que demandam a atuação na área fim ministerial, inclusive as oriundas do sistema de Ouvidoria-Geral. Este servidor é o responsável pelo registro e inserção dos dados no sistema informatizado, efetuando a classificação preliminar do objeto e

identificação de investigados. De acordo com o relatado, a providência de destacar servidor específico para esta atividade foi adotada visando a minimizar a ocorrência de duplicidade de investigações sobre mesmo fato.

3.5. Neste aspecto, foi informado que o servidor que exerce a função de recebimento, antes da distribuição do feito, cabe efetuar uma pesquisa para a verificação da existência de outros procedimentos tratando de semelhante objeto ou que detenham identidade de investigados. Em tais casos, o servidor certifica tais fatos nos autos e encaminha o procedimento para prévia análise por parte do Promotor de Justiça, a fim de se verificar se realmente é caso de conexão com procedimento no qual esteja atuando. Por outro lado, foi informado que os membros efetuam a instauração de procedimentos de ofício com base em informações que chegaram diretamente ao seu conhecimento, por vezes, por intermédio de notícias veiculadas nos órgãos de imprensa. Nesses casos, foi informado que não se segue a sistemática de livre distribuição descrita no parágrafo anterior, permanecendo o procedimento com o Promotor de Justiça responsável por sua instauração.

3.6. Ainda no que concerne à distribuição de feitos, foi relatado à equipe que a determinação da atribuição para oficiar nos feitos judiciais decorrentes de investigações prévias permanece com o Promotor de Justiça que era responsável pelo procedimento administrativo originário. Assim sendo, o próprio membro que atuou na investigação e ajuizou a demanda judicial continua efetuando o seu acompanhamento pelo órgão jurisdicional competente. Os inspecionados relataram que inexistia qualquer mecanismo de acompanhamento ou monitoramento das ações ajuizadas, sendo que atuam nos processos apenas quando processo é enviado com vistas ao Ministério Público.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (17ª PJ Especializada na Defesa do Patrimônio Público – Raquel Pacheco Ribeiro de Souza). *Constou do item 3.6 do relatório epigrafoado “que os inspecionados relataram que inexistia qualquer mecanismo de acompanhamento ou monitoramento das ações ajuizadas, sendo que atuam nos processos apenas quando o processo é enviado com vistas ao Ministério Público”. Tal assertiva, todavia, não se aplica à firmatária, que acompanha a tramitação das ações sob sua responsabilidade pelo Siscom, o sistema informatizado de consultas a processos do TJMG, inclusive já fez vários pedidos solicitando prolação de sentença, impulso do feito, abertura de vista, entre outras providências, nos casos de tramitação lenta dos processos, com demora de encaminhamento dos autos ao Ministério Público.*

3.7. Em relação à esfera criminal, a 17ª PJ-PP detém atribuição para atuar nos feitos criminais correlatos à investigação cível, cabendo-lhe a instauração de investigações, acompanhamento de inquéritos policiais com promoção de arquivamento ou oferecimento de denúncia, e acompanhamento das ações penais. No entanto, restou identificado que a atribuição criminal - *mesmo que correlata à investigação de natureza cível em curso na 17ª PJ-PP* -, é exercida de maneira concorrente com os Promotores de Justiça das Varas de Inquérito, não existindo qualquer sistemática de comunicação entre aqueles e os Promotores de Justiça da 17ª PJ-PP, tendo por finalidade evitar a duplicidade de investigações e, até mesmo, a possibilitar atuação conjunta de órgãos ou a concomitância das atuações nas esferas cível e criminal. De igual forma, foi relatado que as regras de atribuição criminal da 17ª PJ-PP também não são claras em relação à atuação de grupos especializados como o GEPP e outros de natureza de investigação criminal específica, não sendo raras as vezes que apenas tomam conhecimento da instauração de investigações criminais ou, até mesmo, realização de operações que envolvem a prática de crimes contra a Administração Pública correlatos à atribuição cível da 17ª PJ-PP.

3.8. Especificamente em relação à atuação criminal da 17ª PJ-PP, foi informada a existência de Delegacia de Polícia Especializada para os Crimes contra a administração Pública, unidade na qual são requisitadas as instaurações de inquéritos policiais para apuração de fatos de natureza criminal correlatos às investigações cíveis. A despeito de tal informação, não foi possível obter dados quantitativos dos IPs instaurados pela 17ª PJ-PP nos últimos anos e nem o total de feitos policiais em tramitação que estão a cargo do órgão inspecionado. Além disso, relatou-se que, por falta de estrutura específica de investigação, não se segue, como regra, a sistemática de instauração de PICs no âmbito da 17ª PJ-PP. Neste particular, merece registro a existência de apenas 07 (sete) PICs em trâmite na 17ª PJ-PP, assim distribuídos: 03 (três) a cargo da Dra Elisabeth Cristina, 03 (três) a cargo da Dra Raquel Pacheco e 01

(um) a cargo do Dr Eduardo Nepomuceno, não havendo PICs a cargo dos Drs. João Medeiros, Júlio César e Geraldo Ferreira. De igual forma, englobando as investigações realizadas nos IPs e nos PICs, foram oferecidas, nos últimos doze meses no órgão, apenas 05 (cinco) denúncias.

3.9. Foi informado pelos membros inspecionados que a Resolução Conjunta PGJ/CGMP 03/09, de 20 de agosto de 2009 (artigo 7º, parágrafo único) não permite a utilização da NF como procedimento investigatório, ao estabelecer que *"a notícia de fato é mero instrumento de triagem, sendo vedada a sua utilização para a condução de investigação ou como sucedâneo de inquérito civil ou outro procedimento"*. Tal impossibilidade, na prática, tem atrapalhado a eficiência da atuação na Promotoria de Justiça inspecionada, uma vez que para realizar diligências simples e de natureza meramente preliminar, necessitam instaurar PP ou IC, procedimentos que demandam muito mais trabalho e tratamento diferenciado quando do arquivamento. Neste particular, a Dra Raquel Pacheco, Coordenadora Administrativa do órgão, informou que está em elaboração minuta de ordem de serviço estabelecendo rotinas administrativas no âmbito da 17ª PJ-PP, notadamente a fim de possibilitar a adoção de práticas estabelecidas na Resolução 23 do CNMP e que não se encontram previstas na normativa local a respeito do tema.

3.10. No que concerne aos dados estatísticos, verificou-se que o MPMG conta atualmente com o sistema de informação SRU - Sistema de Registro Único, tendo, a pedido desta equipe de inspeção, sido expedidos relatórios de todo o acervo da Promotoria de Justiça inspecionada, distribuídos por cada um dos 06 cargos e classificados por natureza procedimental, data de instauração e atual *status*, as quais seguem em anexo. **No entanto, foi enfrentada uma grande dificuldade na análise dos dados apresentados, uma vez que estes não refletiam a realidade física do órgão.** Muitos dos procedimentos que constavam com status "EM DIA" ou "ATRASADO", na verdade, foram remetidos com promoção de arquivamento para o CSMP ou para a realização de perícia técnica ao CEAT - Central de Perícias. Além disso, foi constatado que a data de instauração que consta dos relatórios não corresponde à data do efetivo início da investigação. Na verdade, data de instauração do relatório refere-se à data de instauração do IC, não sendo computados os períodos anteriores de tramitação sob outras classes procedimentais. Assim por exemplo, o feito MPMG-0024.11.004553-1, embora consta no sistema com data de instauração de 03/02/2014, na verdade, o registro do feito foi efetuado no ano de 2011. Diante de tais razões, utilizando-se a numeração dada pelo sistema SRU quando do registro do feito, foram identificados os anos de efetivo início da investigação independentemente da classe procedimental eleita, possibilitando-se a preparação das tabelas em anexo, igualmente discriminadas por cada um dos 06 cargos da 17ª PJ-PP.

3.11. No que se refere especificamente ao apoio técnico pericial, verificou-se que as análises técnicas são solicitadas, via de regra, ao CEAT - Central de Perícias. Além disso, no âmbito da própria 17ª PJ-PP também existe 02 (dois) contadores à disposição do órgão para a realização de análises técnicas no âmbito das investigações. Contudo, embora tenha sido afirmado que o apoio técnico da própria Promotoria de Justiça foi criado para atuação apenas em casos urgentes, não se verificou existir critérios eficientes para a definição de quais feitos deveriam ficar sob análise do corpo técnico do órgão ou ser enviado para o CEAT. Diante de tal cenário, inúmeros são os feitos em andamento na Promotoria de Justiça e que encontram em análise técnica em ambos os setores, muitos deles instaurados há muitos anos e que ainda permanecem pendentes de apresentação de relatório. Da análise física por amostragem efetuada nos feitos em andamento no órgão inspecionado, pode ser constatado que as análises técnicas demoram considerável período de tempo para serem apresentadas (não menos de 01 ano), fato confirmado pelos Promotores de Justiça entrevistados. Neste particular, os próprios correccionados afirmaram que tais órgãos técnicos se encontram atualmente com notória sobrecarga de trabalho. Por parte desta equipe foi igualmente verificado - *ao menos com base na verificação física por amostragem* - que quando do envio dos feitos para perícia, via de regra, não são apresentados quesitos ou efetuados de maneira bastante genérica, fato que pode dificultar o trabalho de análise. Em relação aos feitos que se encontram atualmente sob análise, não foi possível tal verificação, uma vez que fisicamente não mais se encontram na secretaria do órgão ou com vistas aos membros inspecionados.

De toda sorte, foram produzidas pela equipe de correição o relatórios individualizados por cada um dos 06 cargos da Promotoria de Justiça inspecionada, os quais serão apresentados nas seções abaixo, listando todos os feitos ainda em andamento no órgão e aqueles que estão pendentes de análise, com carga para os contadores da própria Promotoria de Justiça e para o CEAT. No entanto, merece registro o fato de que se encontram com os contadores do órgão e com o CEAT um total feitos da Promotoria de Justiça inspecionada ainda pendentes de análise

3.12. Por outro lado, da análise física dos feitos, verificou-se que os procedimentos não se encontram devidamente ordenados, sem padronização gráfica e numeração adequadas. É nítida a falta de sistematização administrativa por parte da secretaria do órgão no atendimento a prazos razoáveis para o cumprimento das diligências determinadas, juntada de respostas aos autos e abertura de vista aos membros, não havendo, por regra, aposição de carimbo ou etiqueta que permitam a identificação dos momentos nos quais tais atos foram praticados. Os apensos são constituídos sem qualquer critério, constituindo-se, na maioria da vezes, em documentos necessários à instrução do feito pois constitutivos de provas do ato em apuração. Porém, em outros IC, esses documentos são inseridos no bojo dos autos. As portarias, em sua grande maioria, são genéricas e não delimitam adequadamente o objeto da investigação. Não consta nas portarias elementos mínimos de descrição do ato em apuração, como interessados, ano, local, ilícito etc. Essas omissões refletem na falta de direcionamento e na falta de uma linha segura nas investigações. Não há determinação de publicação da portaria em local de costume. Esses vícios de instauração, causados pelos antecessores dos inspecionados, nunca foram sanados por simples retificação da portaria. Além disso, quando das análises físicas dos feitos durante a inspeção, foi constatado por parte desta equipe a presença de sucessivos hiatos entre as manifestações ministeriais, com longos prazos de paralisação dos procedimentos, não se permitindo, na maioria das vezes, sequer identificar onde os procedimentos ficaram parados, uma vez que praticamente inexistente a rotina de certificação nos autos das movimentações procedimentais. Igualmente, os despachos proferidos, em sua grande maioria, são produzidos aparentemente sem a existência de uma linha clara de investigação e não acrescentam qualquer conteúdo produtivo aos autos, caracterizando-se como despachos meramente circulares ou para cumprir formalidades, visto que não conduzem ao deslinde do feito. As diligências evidentemente necessárias são realizadas de maneira parcelada, e mantém um padrão absolutamente conservador, pois se atém a requisição de documentos, oitiva de algumas pessoas e remessa para órgão de perícia. Prática adotada por todos os membros é a provocação de outras instâncias ou órgão públicos interessados para a adoção de medidas que apurem a responsabilidade pelo ilícito ou de medidas que solucionem a questão. Não raro, insistentemente, mesmo em casos de relevo, aguarda-se, no mesmo procedimento, que o TCE e a Advocacia-Geral do Estado, apurem o fato. Essa postura relega ao Ministério Público uma posição de figurante e mero expectador na defesa do Patrimônio. Essa postura, além de violar disposição expressa do artigo 21, II, da Lei 8429/92, nega o protagonismo do Promotor na apuração do caso e nega sua independência institucional, além de demonstrar uma atuação absolutamente burocrática e de baixa resolutividade nos casos em que atua. Neste particular, verificou-se que muitos procedimentos arrastaram-se durante muitos anos - *alguns ainda se encontram em andamento até a presente data* - sem que restasse clara a linha investigativa adotada pelo Promotor de Justiça oficiante.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (17ª PJ Especializada na Defesa do Patrimônio Público – Raquel Pacheco Ribeiro de Souza). Quanto ao item 3.12, registro que, tendo assumido a coordenação do Órgão há três meses e meio, a firmatária vem empreendendo esforços no sentido de melhor organizar os serviços administrativos da Promotoria, bem como tem buscado recursos materiais e de pessoal para o atendimento das necessidades do Órgão. Neste aspecto merecem relevo as seguintes ações: a) destacamento de uma servidora para o exercício das funções de Chefe de Secretaria, concentrando a prática de todos os atos de cunho organizacional da Secretaria, objetivando melhor controle dos serviços do setor e atendimento mais eficiente das demandas da Promotoria; b) consulta à Corregedoria-Geral do Ministério Público sobre a melhor forma de triar as representações e peças de informação aportadas na Promotoria, de molde a racionalizar a atuação do Órgão e c) expedição de Ordem de Serviço, dirigida aos oficiais do Ministério Público que trabalham no processamento dos Inquéritos Cíveis e demais procedimentos extrajudiciais, no sentido de que cumpram rigorosamente as normas contidas na Resolução Estadual Conjunta PGJ-CGMP 03/09 e na Resolução 23/07 CNMP.

Tais providências foram tomadas justamente em razão de se ter verificado internamente a necessidade de

aprimoramento dos serviços administrativos da Promotoria, bem como de se padronizar a instrumentalização dos procedimentos extrajudiciais que nela tramitam, o que já se constitui em meio para solucionar problemas organizacionais detectados pela equipe de correição.

Assim é que as falhas apontadas no item 3.12 do relatório, quanto à não padronização de procedimentos já estão sendo devidamente corrigidas. Quanto aos prazos de juntada de respostas aos autos e abertura de vista aos promotores, cumpre registrar que a Secretaria vinha, há muito, trabalhando com o desfalque de um cargo de oficial, que foi preenchido em setembro p.p., situação que garantiu melhora considerável na capacidade de produção da Secretaria. Relativamente à ausência de carimbo ou etiqueta para a identificação do momento da prática do ato e de certificação das movimentações procedimentais, bem como à necessidade de se fazer constar a determinação de publicação da Portaria instauradora do procedimento, estão também os senhores oficiais devidamente advertidos da necessidade de cumprir fielmente tais formalidades, o que será fiscalizado pela Chefe de Secretaria, além, evidentemente, de sê-lo pelo promotor presidente do procedimento.

Referentemente à falta de descrição suficiente do ato em apuração, tal tema foi pautado em reunião ocorrida em 19 de setembro p.p., oportunidade em que os membros da Promotoria concertaram, por unanimidade, em proceder à descrição minudente do objeto a ser investigado, para garantia dos direitos individuais dos envolvidos nas investigações, bem como para evitar-se instauração em duplicidade de procedimentos, o que vem efetivamente ocorrendo e pode ser verificado nos procedimentos recentemente instaurados. Desse modo, também nesse ponto providências internas já foram encetadas para a correção da falha registrada no Relatório Preliminar de Correição, mesmo antes da Inspeção realizada por esse Conselho na Promotoria em questão.

Ainda quanto ao item 3.12, no que concerne à assertiva de que “foi constatado por parte desta equipe a presença de sucessivos hiatos entre as manifestações ministeriais, com longos prazos de paralisação dos procedimentos”, vale esclarecer, especificamente quanto à firmatária, o seguinte:

Assumi o Órgão em 30/10/12, encontrando sob a responsabilidade de seu cargo, número considerável de procedimentos para análise, alguns parados há anos no gabinete, o que se pode confirmar até mesmo nos próprios autos analisados pela equipe de correição, sendo que o IC 0024.08.000344-5 estava em conclusão desde 07/11/11, o IC 0024.02.000009-7, desde 05/07/07 e o IC 0024.08.000811-3, desde 02/12/10, ou seja, a firmatária encontrou uma enorme sobrecarga de trabalho, cuidando de dar andamento a todos os procedimentos antigos, bem como aos novos que estavam sendo instaurados, debelando aos poucos a demanda reprimida que encontrou, de modo a conseguir colocar os despachos em dia. Foi essa a razão pela qual os corregedores verificaram atrasos nas manifestações da lavra da signatária, no IC 0024.08.000344-5 e no IC 0024.08.000811-3. Some-se a isso que no ano de 2013 a firmatária usufruiu de dois meses de férias regulamentares e três meses de férias prêmio, sendo que a regra da Promotoria é a de que, no período de férias, o colega substituto apenas pratique atos urgentes, ou seja, os despachos ordinários de impulso procedimental não são exarados, o que faz com que, retornando-se das férias, haja sempre e invariavelmente, acúmulo de trabalho.

Atualmente os despachos dos procedimentos presididos pela signatária estão rigorosamente em dia. No gabinete encontram-se trinta e três procedimentos com investigação concluída, aguardando promoção de arquivamento, sendo que o mais antigo data de 6 de junho de 2016. Há ainda no gabinete cinquenta procedimentos sob análise da assessoria jurídica, o mais antigo datado de 23 de maio de 2016.

Cumpre registrar aqui que há um ano e oito meses trabalho com apenas um analista em direito e sem o auxílio de estagiários, ao contrário de outros colegas. Assim, vê-se que os atrasos que hoje podem ser verificados nos procedimentos sob a presidência da firmatária são justificados e não dizem respeito a despachos de mero impulso procedimental, mas, sim, à análise mais aprofundada dos autos, em razão de algum momento peculiar alcançado pela investigação que exige, ou a feitura de relatório de encerramento, ou o auxílio da assessoria.

Relativamente à afirmação de que “os despachos proferidos, em sua grande maioria, são produzidos aparentemente sem uma linha clara de investigação”, vale registrar que a melhor técnica contraindica a explicitação prematura da linha investigativa nos autos, sujeitos ao crivo da publicidade externa, sob pena de frustrar o próprio escopo da investigação, sendo os autos sede adequada de registro tão somente das diligências já formalizadas, e não das que se pretende realizar.

Ainda sobre o mesmo item 3.12, quanto ao registro de que os despachos “não acrescentam conteúdo produtivo aos autos, caracterizando-se como despachos meramente circulares ou para cumprir formalidades”, pode a signatária afirmar que, especificamente quanto a ela, tal afirmação não procede, vez que jamais despachou para cumprir formalidades, mas, sim, com objetivo certo, com vistas a algum esclarecimento que lhe pareceu útil às investigações. Certamente, se inquirida for sobre cada um de seus despachos, a signatária saberá dizer o porquê daquilo que despachou. Eventualmente a linha investigativa da firmatária pode não ser a melhor para alguns, todavia tal possibilidade se insere naquilo que caracteriza a própria atividade apuratória em si, que é a subjetividade, a criatividade, as peculiaridades de cada caso e de cada investigador, até porque não existe norma que regule a maneira pela qual uma investigação se deva desenvolver.

Já no que diz respeito à assertiva de que as diligências mantêm um padrão conservador, atendo-se a requisição de documentos, oitivas e realização de perícias, cumpre assinalar o acerto de tal verificação. Realmente, as investigações levadas a efeito pela Promotoria correccionada têm mesmo essa característica. Não porque seja a melhor e mais eficaz forma de se investigar, mas porque são desses elementos que dispomos para a realização dos trabalhos que nos são afetos, situação que sempre soou à firmatária como

sendo um problema, tanto que fez inserir observação quanto a isso no campo dos dados complementares constantes do relatório de correição. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte não conta nem com corpo próprio de investigadores, nem com o auxílio de policiais para dar suporte às investigações que se processam na Promotoria, apesar do MPMG ter hoje em seus quadros alguns policiais à disposição da Instituição, inclusive no CAOPP.

E foi justamente a falta de suporte técnico, material e de pessoal para realização de levantamentos de campo que culminou por levar a Promotoria a sedimentar a prática de esperar pela conclusão das investigações de outros órgãos, que já estejam em andamento sobre o mesmo fato apurado em Inquérito Civil. Neste ponto e especificamente quanto à firmatária, é preciso registrar que: a) aguardar investigações em curso em esferas distintas afigura-se uma opção tão só quando a outra entidade investigadora possui melhores condições para investigar, como é o caso, por exemplo, da Polícia Civil. Mesmo nesse caso a firmatária aguarda as investigações apenas por tempo razoável, não deixando autos paralisados ad aeternum esperando que sejam concluídas as investigações de outros órgãos, para dar andamento aos inquéritos que preside; b) quando a outra entidade investigadora não tem condições melhores para investigar, a signatária não espera o desenrolar das investigações ali realizadas, como tem feito, por exemplo, nos casos de apurações realizadas no âmbito da Corregedoria-Geral do Município de Belo Horizonte; c) os elementos colhidos de outras investigações, são considerados pela firmatária como meios de prova, e, não, como veredito a ser meramente cancelado nos lindes da atuação ministerial.

3.13. Muito embora a Promotoria de Justiça inspecionada possua estruturas física e de pessoal adequadas e um acervo relativamente alto de feitos, a efetividade de sua atuação é nitidamente baixa. O órgão possui um total de 1455 (mil quatrocentos e cinquenta e cinco) procedimentos investigativos em curso, englobando todas as classes procedimentais. Desse total, 1348 (mil trezentos e quarenta e oito) são ICs, perfazendo uma média de aproximadamente 224 (duzentos e vinte e quatro) inquéritos civis para serem trabalhados por cada Promotor de Justiça. No entanto, desses 1348 inquéritos civis em andamento, não menos que 430 (quatrocentos e trinta - 31,89% do total de ICs) foram instaurados no ano de 2013 para baixo, ou seja, encontram-se há pelo menos 04 (quatro) anos tramitando sem o deslinde das investigações. Além disso, 43 inquéritos civis foram instaurados em anos anteriores a 2007 - dois deles no ano de 2000 (vide quadro abaixo) -, ou seja, igualmente seguem tramitando há pelo menos mais de 10 anos sem o regular deslinde. Para melhor elucidação do exposto, vide os quadros abaixo:

CLASSE PROCEDIMENTAL	NF	PP	IC	PIC	TOTAL
Dr. João Medeiros	12	3	165	0	180
Dr. Eduardo Nepomuceno	4	33	138	1	176
Dr. Júlio César	12	0	149	0	161
Dra Elisabeth Cristina	7	0	237	3	247
Dra Raquel Pacheco	18	10	252	3	283
Dr. Geraldo Ferreira	1	0	407	0	408
ACERVO TOTAL					1455

INSTAURAÇÃO dos ICs	TOTAL: 1348	100%
2014 - 2016	918	68,10%
2013 - 2000	430	31,89%

ANO INSTAURAÇÃO	TOTAL
2006	12
2005	14
2004	1
2003	5
2002	4
2001	5
2000	2
TOTAL	43

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (17ª PJ Especializada na Defesa do Patrimônio Público – Raquel Pacheco Ribeiro de Souza). O item 3.13 do Relatório registra a impressão da equipe de correição quanto a baixa

efetividade da Promotoria corregionada, usando como referência o número de procedimentos investigativos instaurados até o ano de 2013, ainda em tramitação. Ocorre que vários são os motivos que podem justificar a não conclusão de um procedimento, desde a dificuldade para cumprimento de diligências, até a costura de um Termo de Ajustamento de Conduta, passando por carência de servidores e outras dificuldades de ordem administrativa. Assim, parece que tema de tamanha relevância como o de aferir a produtividade de um Órgão tão complexo como a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público da terceira maior capital do país, deva ser tratado casuisticamente de molde a aquilatar adequadamente as variáveis que gravitam em torno de cada feito, per se. Ainda sobre a dita baixa efetividade da Promotoria, a equipe de correição levou em consideração o número, no último ano, de ações e medidas cautelares ajuizadas, de recomendações expedidas e Termos de Ajustamento de Conduta celebrados, conforme se vê do item 3.14 do Relatório. Fazendo referência a tais números, a equipe concluiu pela "baixíssima resolutividade e efetividade do órgão", mas não deixou claro os parâmetros comparativos de que se utilizou para balizar a afirmação categórica que fez, o que dificulta e até mesmo impede que a firmatária faça considerações mais detalhadas sobre esse ponto, pois seja comparando-se com sua própria produtividade ao longo do tempo, seja comparando-se com a produtividade dos outros colegas da mesma Promotoria, sujeitos às mesmas restrições logísticas, os resultados entregues pela firmatária estão acima da média.

3.14. Como se não bastasse, o número de ações propostas e outras medidas resolutivas não condizem com a importância da matéria e extensão da atribuição do órgão inspecionado. Nos últimos 12 meses foram ajuizadas apenas 40 (quarenta) ações civis públicas - englobando as de improbidade -, sendo que destas 24 (vinte e quatro) foram ajuizadas por apenas um dos 06 (seis) Promotores de Justiça em atuação no órgão, o Dr. Eduardo Nepomuceno. No mesmo período, apenas 07 (sete) medidas cautelares foram ajuizadas no âmbito total do órgão inspecionado, expedidas 24 (vinte e quatro) recomendações e nenhum Termo de Ajustamento de Conduta foi celebrado, números que refletem a baixíssima resolutividade e efetividade do órgão, principalmente se considerarmos suas extensas atribuições e o fato de contar com a atuação de 06 membros com dedicação exclusiva.

3.15. Importa ressaltar que esta equipe de correição teve muitas dificuldades para conseguir obter dados estatísticos confiáveis em relação aos feitos que se encontram em curso na Promotoria de Justiça inspecionada. O sistema SRU apresenta incongruências e não possibilita a extração de dados claros em relação ao acervo do órgão e sua tramitação, conforme esclarecido anteriormente. Assim, após ultrapassado tal obstáculo, foi efetuada uma análise física por amostragem dos feitos de cada um dos 06 cargos da Promotoria de Justiça, priorizando-se os mais antigos. Além disso, foram listados todos os feitos com ano de instauração 2013 ou anterior e que ainda se encontram em andamento na 17a PJ-PP, identificando-se aqueles que já foram remetidos para arquivamento junto ao CSMP, os que se encontram pendentes de análise dos contadores e do CEAT, que estão com auxílio do GEPP - Grupo Especial do Patrimônio Público e os que efetivamente se encontram tramitando na secretaria/gabinete do órgão. No entanto, devido à exiguidade de tempo disponibilizado para a equipe de inspeção e a própria complexidade e volume dos feitos em análise - *muitos deles com inúmeros volumes e anexos* - a análise física não abrangeu todos os feitos em andamento na Promotoria de Justiça inspecionada, tendo sido realizada por amostragem e mediante os critérios narrados.

3.16. Com relação ao auxílio pericial às Promotorias, apoio indispensável especialmente na atuação de defesa do Patrimônio Público, a equipe de inspeção verificou que este é prestado pela Central de Perícias, tendo sido realizadas observações negativas pelos membros inspecionados sobre o longo tempo que os procedimentos permanecem para análise por parte do referido órgão de apoio. Além disso, foi ainda relatado que a 17a PJ-PP possui 02 contadores que se encontram em atuação exclusiva para atendimento às demandas do órgão, efetuando análises técnicas de natureza contábil por solicitação dos membros. Com base em análise estatística dos feitos em andamento no órgão inspecionado e na própria análise física efetuada, pode ser verificado que 66 (sessenta e seis) procedimentos encontram-se atualmente em processo de análise por parte da Central de Perícias e dos contadores do órgão, muitos deles, segundo relatado durante a inspeção, aguardando há anos a análise pericial solicitada.

3.17. Por outro lado, também foram identificados alguns feitos com o *status* "SUSPENSO", os quais, segundo esclarecido pelos Promotores de Justiça, encontram-se em suspensão em razão do

ajuizamento de medida cautelar ou, até mesmo, em decorrência de entendimento proferido por Tribunais Superiores, ainda pendentes de decisão definitiva, que impedem o prosseguimento das investigações por atingirem diretamente a natureza do objeto tratado. Estas questões serão destacadas abaixo, com as especificidades devidas, em relação a cada um dos membros em atuação na Promotoria de Justiça inspecionada.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (17ª PJ Especializada na Defesa do Patrimônio Público – Raquel Pacheco Ribeiro de Souza). *A questão suscitada no item 3.17, que menciona o status SUSPENSO de alguns feitos, especificamente quanto à firmatária, a suspensão de feitos é determinada apenas nos casos autorizados pelo art. 18, I, da Resolução Conjunta PGJ CGMP 03/09.*

3.18. Da análise física dos feitos também foram identificados casos em que o procedimento foi encaminhado para a Corregedoria-Geral local e, posteriormente, direcionados para o CSMP, sendo apresentada manifestação por Conselheiro identificando pontos específicos já tratados neste relatório - **como por exemplo, os inúmeros hiatos existentes entre os despachos ministeriais, ocasionando a paralisação injustificada de feitos** - e, curiosamente, determinando apenas, após todo esse tempo de tramitação interna, a devolução dos autos aos Promotor de Justiça oficiante para continuidade das investigações (vide documento em anexo).

3.19. Por derradeiro, não se identificou qualquer tipo de iniciativa, entre os Promotores de Justiça que atuam na 17ª PJ-PP, para a coordenação dos trabalhos relacionados à atividade-fim ministerial e a atuação articulada de seus membros, não sendo realizadas reuniões periódicas para a determinação, por exemplo, de pautas de atuação no âmbito da Promotoria de Justiça, ficando a interlocução entre os membros que atuam no órgão inspecionado adstritos a iniciativas individuais e contatos diretos entre alguns Promotores de Justiça. De acordo com a impressão desta equipe de inspeção, a ausência de tais iniciativas prejudica consideravelmente a atuação do órgão, não havendo coesão e atuação conjunta entre membros que detêm a mesma atribuição e se encontram, há muitos anos, em atuação no órgão e compartilhando o mesmo espaço físico. Neste sentido, não se verifica atuação preventiva, seja mediante acompanhamento de atos estatais potencialmente lesivos ao patrimônio público, como apurações sobre projetos de lei, medidas estatais ou mesmo licitações ainda não concretizadas, seja relacionados a elaboração ou execução de ações uniformes contra atos que podem ter reprodução em vários órgãos públicos que demandam, por exemplo, a expedição de Notificação recomendatória para vários órgãos. Não há atuação uniforme com o órgão ministerial responsável pelas autoridades com foro por prerrogativa, sejam prefeitos, sejam outros. Não há notícias de representações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos. A Promotoria não conta com plano de ação e o planejamento estratégico da instituição foi tratado pelos inspecionados como mero pedaço de papel, situações que relega ao órgão uma atuação meramente demandista.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (17ª PJ Especializada na Defesa do Patrimônio Público – Raquel Pacheco Ribeiro de Souza). *O item 3.19 do relatório, que ressalta a ausência de trabalhos coordenados e atuação articulada entre os membros do Órgão, falta de coesão, de atuação conjunta e de planos de ação, bem como de ações preventivas, a firmatária concorda expressamente com as impressões da equipe corretora tanto que, nesses últimos três meses e meio, na qualidade de coordenadora da Promotoria, realizou duas reuniões objetivando, com isso, maior interação entre os colegas e, consequentemente, maior interlocução viabilizadora de trabalhos conjuntos. A Promotoria, desde muitos anos, vem desenvolvendo seus trabalhos de forma compartimentada. Tal fato forjou, assim, a “personalidade” da Promotoria que segue desse modo, talvez sem sequer perceber que é preciso implementar mudanças em hábitos antigos, que não se ajustam, mais, aos reclamos da sociedade. Evidentemente que a característica solipsista dos membros da Promotoria pode ser mudada, bastando para isso que nos seja dada a oportunidade de implementação de ações integradoras, possibilitando a articulação entre os membros e, com isso, melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, inclusive com providências preventivas. Ainda quanto ao consignado no item 3.19, especificamente quanto à firmatária, foram feitas recentemente duas representações à Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade, que deu seguimento aos pedidos, num caso com recomendação expedida à Câmara Municipal de Belo Horizonte, no outro com ajuizamento de ação objetivando a declaração judicial de inconstitucionalidade de lei estadual.*

3.2 Das Constatações Específicas por Cargo/Membro em Atuação na 17ª PJ-PP

3.2.1 – Dr. João Medeiros Silva Neto

Durante a visita de correição, esta equipe efetuou a análise física dos feitos a cargo do Dr. João Medeiros Silva Neto, a qual, devido à exiguidade do tempo disponível, foi realizada por amostragem, buscando-se inicialmente identificar os feitos que ainda se encontravam em tramitação com data de instauração anterior ao no de 2013 e, dentre estes, iniciando as verificações nos mais antigos. Os relatos específicos dos feitos analisados encontram-se listados no respectivo termo de inspeção no campo "processos e procedimentos analisados - observações", razão pela qual não constam do presente relatório.

De uma forma geral, as mesmas impressões obtidas nas feitos a cargo dos demais membros em atuação na Promotoria de Justiça visitada se aplicam ao caso dos procedimentos deste membro específico. É nítida a falta de sistematização administrativa por parte da secretaria do órgão no atendimento a prazos razoáveis para o cumprimento das diligências determinadas, juntada de respostas aos autos e abertura de vista aos membros, não havendo, por regra, aposição de carimbo ou etiqueta que permitam a identificação dos momentos nos quais tais atos foram praticados. As portarias, em sua grande maioria, são genéricas e não delimitam adequadamente o objeto da investigação e as diligências que devem ser realizadas. Mesmo nos IC instaurados por antecessores não se verifica qualquer medida que vise sanar a generalidade das portarias como uma simples retificação. Os despachos proferidos, em sua grande maioria, são produzidos aparentemente sem a existência de uma linha clara de investigação e não acrescentam qualquer conteúdo produtivo aos autos, caracterizando-se como despachos meramente circulares ou para cumprir formalidades, visto que não conduzem ao deslinde do feito. Postura passiva na investigação uma vez que o inspecionado aguarda de outros órgãos (Advocacia-Geral do Estado, TCE e do órgão em que ocorreu o ilícito) providência visando a apuração ou a regularização do fato, mesmo em casos de grande relevo. Muitos procedimentos arrastaram-se durante muitos anos sem que restasse clara a linha investigativa adotada pelo Promotor de Justiça oficiante.

Especificamente em relação a este Promotor de Justiça, encontram-se sob sua responsabilidade um total de 180 (cento e oitenta) procedimentos investigativos em curso, englobando todas as classes procedimentais. Desse total, 165 (cento e sessenta e cinco) são ICs. **Desses, 43 (quarenta e três - excluindo-se os que foram encaminhados ao CSMP para apreciação de promoção de arquivamento) foram instaurados no ano de 2013 para baixo, ou seja, encontram-se há pelo menos 04 (quatro) anos tramitando sem o deslinde das investigações, sendo que 08 inquéritos civis foram instaurados em anos anteriores a 2007, ou seja, igualmente seguem tramitando há pelo menos mais de 10 anos sem o regular deslinde.** Para melhor elucidação, vide quadro abaixo, ordenados por classe procedimental e ano de instauração.

De igual forma, o número de ações civis propostas e outras medidas é baixo. Nos últimos 12 meses foram ajuizadas apenas 08 (oito) ações civis públicas, englobando as de improbidade. No mesmo período, nenhuma medida cautelar foi ajuizada e nenhum Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, tendo sido expedida apenas 01 (uma) recomendação, números que refletem a baixa resolutividade e efetividade da atuação finalística.

Procedimento		Instauração	Número	Situação
01	Inquérito Civil	2003	MPMG-0024.03.000270-3	EM ANDAMENTO NA PJ

02	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.002226-0	EM ANDAMENTO NA PJ
03	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001587-6	EM ANDAMENTO NA PJ
04	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.000656-0	EM ANDAMENTO NA PJ
05	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.000267-6	EM ANDAMENTO NA PJ
06	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.004641-6	EM ANDAMENTO NA PJ
07	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.007239-4	EM ANDAMENTO NA PJ
08	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.007210-5	EM ANDAMENTO NA PJ
09	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.006629-7	EM ANDAMENTO NA PJ
10	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.004359-3	EM ANDAMENTO NA PJ
11	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.002469-2	EM ANDAMENTO NA PJ
12	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.001315-8	EM ANDAMENTO NA PJ
13	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.001078-2	EM ANDAMENTO NA PJ
14	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.009508-8	EM ANDAMENTO NA PJ
15	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.004380-7	EM ANDAMENTO NA PJ
16	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.002575-4	EM ANDAMENTO NA PJ
17	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.000781-0	EM ANDAMENTO NA PJ
18	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.000595-4	EM ANDAMENTO NA PJ
19	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.012914-1	EM ANDAMENTO NA PJ
20	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.011888-8	EM ANDAMENTO NA PJ
21	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.011534-8	EM ANDAMENTO NA PJ
22	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.009095-4	EM ANDAMENTO NA PJ
23	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.008906-3	EM ANDAMENTO NA PJ
24	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.007312-5	EM ANDAMENTO NA PJ
25	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.006969-3	EM ANDAMENTO NA PJ
26	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.004690-7	EM ANDAMENTO NA PJ
27	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.003834-2	EM ANDAMENTO NA PJ
28	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.003562-9	EM ANDAMENTO NA PJ
29	Inquérito Civil	2005	MPMG-0024.05.000097-5	CEAT
30	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.003025-3	CEAT
31	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.001031-3	CEAT
32	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000088-4	CEAT
33	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.004424-5	CEAT
34	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.007204-8	CEAT

35	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.007201-4	CEAT
36	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.005505-0	CEAT
37	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.005133-1	CEAT
38	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.003831-0	CEAT
39	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.005081-0	CEAT
40	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.009505-4	CEAT
41	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.004180-9	CEAT
42	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.002410-2	CEAT
43	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.002322-9	CEAT
44	Inquérito Civil	2001	MPMG-0024.01.000007-3	CSMP
45	Inquérito Civil	2001	MPMG-0024.01.000006-5	CSMP
46	Inquérito Civil	2001	MPMG-0024.01.000004-0	CSMP
47	Inquérito Civil	2005	MPMG-0024.05.000072-8	CSMP
48	Inquérito Civil	2006	MPMG-0024.06.000503-0	CSMP
49	Inquérito Civil	2006	MPMG-0024.06.000706-9	CSMP
50	Inquérito Civil	2007	MPMG-0024.07.000171-4	CSMP
51	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000587-9	CSMP
52	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08000410-4	CSMP
53	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000273-6	CSMP
54	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000656-2	CSMP
55	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001645-2	CSMP
56	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.002623-8	CSMP
57	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.002708-7	CSMP
58	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.003087-3	CSMP
59	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.003957-7	CSMP
60	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.001678-1	CSMP
61	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.001172-5	CSMP
62	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.001057-8	CSMP
63	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.003766-2	CSMP
64	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000884-6	CSMP
65	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000623-8	CSMP
66	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000228-6	CSMP
67	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.005462-6	CSMP

68	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.007206-3	CSMP
69	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.005053-1	CSMP
70	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.004850-1	CSMP
71	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.004703-2	CSMP
72	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.004553-1	CSMP
73	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.003825-4	CSMP
74	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.003702-5	CSMP
75	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.003183-8	CSMP
76	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.000223-5	CSMP
77	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.008150-2	CSMP
78	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.007433-3	CSMP
79	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.009502-1	CSMP
80	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.004358-3	CSMP
81	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.003832-8	CSMP
82	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.007851-4	CSMP
83	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.006392-0	CSMP
84	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.011089-5	CSMP
85	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.003441-6	CSMP
86	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.006069-2	CSMP
87	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.001122-4	CSMP

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Inspeccionado). A equipe de inspeção fez constatações específicas quanto à atuação deste Promotor de Justiça, constantes do item 3.2.1 (páginas 63/64 do Relatório Preliminar), em relação às quais cabe reiterar algumas observações feitas na presente manifestação.

Em relação às portarias, deve ser reafirmado que o Promotor inspecionado que a esta subscreve, adota todas as cautelas e cuidados ao delimitar o objeto da investigação, nas portarias de instauração de inquéritos civis públicos, sendo certo que, conforme asseverado alhures, a descrição sintética eventualmente identificável em alguma delas, decorre da limitação de elementos constantes da notícia ou representação encaminhada à Promotoria de Justiça, que, sem embargo desse aspecto, possua mínimos contornos de verossimilhança, indicando fato que mereça ser apurado.

Quanto aos despachos proferidos nos inquéritos civis, também deve ser reafirmado que, ao contrário do que eventual e aparentemente possam sugerir, vinculam-se ao objeto em apuração e à tentativa de se trazer informações úteis à solução da quaestio. Se há, evidentemente, a possibilidade de determinada diligência ter se mostrado desnecessária ou inócua, isso não leva à conclusão necessária de que os despachos sejam circulares ou meramente formais. Insista-se, mais uma vez, que equívocos ou desacertos na determinação de alguma diligência, podem existir e, de fato, existem. Mas decorrem da atuação investigativa feita com as limitações já mencionadas, sendo certo que, antes da deliberação sobre qualquer ato a ser praticado nos inquéritos civis, a regra é a avaliação prévia dos instrumentos apuratórios existentes e o alcance dos mesmos, na busca da elucidação dos fatos.

A dita “postura passiva” nas investigações, data venia, também não caracteriza o proceder funcional deste Promotor de Justiça, que, sem embargo de se valer da cooperação de outros órgãos ou instituições públicas na instrução dos inquéritos civis a seu cargo, conforme registrado na presente

manifestação, não deixa de exercer plenamente, em hipótese nenhuma, as suas atribuições constitucionais e legais de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa.

Nesse sentido, e isso já se consignou anteriormente, a requisição de documentos/informações a outros órgãos estatais, muitos deles dotados de instrumental investigativo de que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público não dispõe, mostra-se medida de grande valia, não caracterizando tal proceder, data venia, uma “postura passiva” do Parquet, que, diante das já aludidas carências instrumentais, eventualmente se vale da cooperação de outras instâncias públicas, mormente aquelas de controle, como já se exemplificou na presente manifestação, para instruir os inquéritos civis sob sua condução, o que, evidentemente, não equivale a uma delegação a terceiros para que exerçam o papel investigativo e decisório próprio do Ministério Público.

Além disso, e é importante reafirmá-lo, em outras hipóteses, procura-se identificar se os mecanismos de controle interno de órgãos integrantes da Administração Pública – cujos atos ou gestores/agentes são investigados – já foram acionados, com a adoção de medidas sancionadoras ou ressarcitórias correspondentes, conforme o caso. Isso porque, insista-se, sem embargo do disposto no art. 21, II, da Lei nº 8.429/92, que diz respeito especificamente à “aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas”, não raras vezes, os controles internos já atuaram eficazmente e as informações levantadas são extremamente úteis ao deslinde da apuração do Parquet, ou a própria resposta ao ilícito administrativo já ocorreu de forma satisfatória, à luz dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade.

Quanto à observação de que “muitos procedimentos arrastaram-se durante muitos anos sem que restasse clara a linha investigativa adotada pelo Promotor de Justiça oficiante”, deve ser ponderado que todos os inquéritos cuja tramitação eventualmente se prolongue por períodos maiores, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, são devidamente prorrogados, justificadamente, nos termos preconizados pelo art. 9º da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Com relação à observação da equipe de inspeção, no sentido de que “o número de ações civis propostas e outras medidas é baixo. Nos últimos 12 meses foram ajuizadas apenas 08 (oito) ações civis públicas, englobando as de improbidade. No mesmo período, nenhuma medida cautelar foi ajuizada e nenhum Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, tendo sido expedida apenas 01 (uma) recomendação, números que refletem a baixa resolutividade e efetividade da atuação finalística”, deve ser dito que tal avaliação, data venia, possui caráter subjetivo, à falta de parâmetros estabelecidos para se identificar se o número de medidas propostas é “baixo” ou não, desconsiderando, tal avaliação, a complexidade e as peculiaridades de cada caso submetido à apreciação do órgão de execução.

Nesse sentido, deve ser ponderado que a atividade do Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público demanda a análise de situações muitas vezes complexas, envolvendo matéria jurídica e fática sensível, sendo certo que diversos inquéritos são solucionados com decisão de arquivamento (no caso deste Promotor, com praticamente 100% de confirmação pelo Conselho Superior do Ministério Público), o que não pode ser interpretado como indicativo de baixa produtividade, pois a avaliação do material probatório e da questão jurídica plasmadas nos inquéritos civis faz parte do munus ministerial, não estando o órgão de execução, evidentemente, obrigado a propor ações ou medidas judiciais, quando isso não se afigure a solução justa a ser dada ao caso concreto.

Prestados os esclarecimentos e informações pertinentes, fica o registro de que, sem embargo das ponderações feitas ao longo da presente manifestação, este Promotor de Justiça recebe as considerações feitas pela equipe de inspeção com extremo respeito, sendo certo que envidará todos os esforços para corrigir as deficiências apontadas, procurando sempre o caminho do aprimoramento da atuação funcional.

3.2.2 - Dr. Eduardo Nepomuceno de Sousa

Durante a visita de inspeção, esta equipe efetuou a análise física dos feitos a cargo do Dr. Eduardo Nepomuceno de Sousa, a qual, devido à exiguidade do tempo disponível, foi realizada por amostragem, buscando-se inicialmente identificar os feitos que ainda se encontravam em tramitação com data de instauração anterior ao no de 2013 e, dentre estes, iniciando as verificações nos mais antigos. Os relatos específicos dos feitos analisados encontram-se listados no respectivo termo de inspeção no campo “processos e procedimentos analisados - observações”, razão pela qual não constam do presente relatório.

De uma forma geral, as mesmas impressões obtidas nas feitas a cargo dos demais membros em atuação na Promotoria de Justiça inspecionada se aplicam ao caso dos procedimentos deste membro específico. É nítida a falta de sistematização administrativa por parte da secretaria do órgão no atendimento a prazos razoáveis para o cumprimento das diligências determinadas, juntada de respostas aos autos e abertura de vista aos membros, não havendo, por regra, aposição de carimbo ou etiqueta que permitam a identificação dos momentos nos quais tais atos foram praticados. As portarias, em sua grande maioria, são genéricas e não delimitam adequadamente o objeto da investigação e as diligências que devem ser realizadas. Mesmo nos IC instaurados por antecessores não se verifica qualquer medida que vise sanar a generalidade das portarias como uma simples retificação. Os despachos proferidos, em sua grande maioria, são produzidos aparentemente sem a existência de uma linha clara de investigação e não acrescentam qualquer conteúdo produtivo aos autos, caracterizando-se como despachos meramente circulares ou para cumprir formalidades, visto que não conduzem ao deslinde do feito. Postura passiva na investigação uma vez que o inspecionado aguarda de outros órgãos (Advocacia-Geral do Estado, TCE e do órgão em que ocorreu o ilícito) providência visando a apuração ou a regularização do fato, mesmo em casos de grande relevo. Muitos procedimentos arrastaram-se durante muitos anos sem que restasse clara a linha investigativa adotada pelo Promotor de Justiça oficiante.

Especificamente em relação a este Promotor de Justiça, encontram-se sob sua responsabilidade um total de 208 (duzentos e oito) procedimentos investigativos em curso, englobando todas as classes procedimentais. Desse total, 138 (cento e trinta e oito) são ICs. Desses, 60 (sessenta - excluindo-se os que foram encaminhados ao CSMP para apreciação de promoção de arquivamento) foram instaurados no ano de 2013 para baixo, ou seja, encontram-se há pelo menos 04 (quatro) anos tramitando sem o deslinde das investigações, sendo que 09 inquéritos civis foram instaurados em anos anteriores a 2007 (um deles do ano de 2000), ou seja, igualmente seguem tramitando há pelo menos mais de 10 anos sem o regular deslinde. Para melhor elucidação, vide quadro abaixo, ordenados por classe procedimental e ano de instauração.

De todos os membros em atuação no órgão inspecionado, o presente Promotor de Justiça é o que possui o maior quantitativo de ações civis ajuizadas e medidas resolutivas aplicadas. Nos últimos 12 meses foram ajuizadas 24 (vinte e quatro) ações civis públicas, englobando as de improbidade. No mesmo período, o Promotor de Justiça ajuizou 03 (três) medidas cautelares diversas, expediu 08 (oito) recomendações. Porém, nenhum Termo de Ajustamento de Conduta foi celebrado. Embora os números, em comparação com os demais Promotores de Justiça sejam maiores, ainda refletem uma baixa efetividade da atuação finalística do órgão.

Ao final dos trabalhos da equipe de inspeção, o Dr. Eduardo Nepomuceno solicitou fosse anexada ao presente relatório certidão emitida pela secretaria do órgão relatando que as divergências de dados detectadas entre aqueles enviados para o CNMP em momento prévio a esta inspeção e os efetivamente colhidos *in locu* derivaram de inconsistências de registros de dados no sistema SRU, problemática já relatada por esta equipe de inspeção nas considerações gerais.

Procedimento		Instauração	Número	Situação
01	Inquérito Civil	2000	0024.00.000005-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
02	Inquérito Civil	2003	0024.03.000013-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
03	Inquérito Civil	2005	0024.05.000042-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
04	Inquérito Civil	2008	0024.08.001148-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
05	Inquérito Civil	2009	0024.09.001965-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
06	Inquérito Civil	2009	0024.09.002690-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ

07	Inquérito Civil	2009	0024.09.002101-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
08	Inquérito Civil	2010	0024.10.005285-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
09	Inquérito Civil	2011	0024.11.006121-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
10	Inquérito Civil	2011	0024.11.005446-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
11	Inquérito Civil	2011	0024.11.001417-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
12	Inquérito Civil	2012	0024.12.001528-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
13	Inquérito Civil	2012	0024.12.00011024-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
14	Inquérito Civil	2012	0024.12.008575-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
15	Inquérito Civil	2012	0024.12.007287-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
16	Inquérito Civil	2012	0024.12.005433-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
17	Inquérito Civil	2012	0024.12.004505-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
18	Inquérito Civil	2012	0024.12.3748-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
19	Inquérito Civil	2012	0024.12.003449-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
20	Inquérito Civil	2012	0024.12.003345-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
21	Inquérito Civil	2012	0024.12.003117-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
22	Inquérito Civil	2012	0024.12.002487-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
23	Inquérito Civil	2012	0024.12.002266-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
24	Inquérito Civil	2013	0024.13.007200-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
25	Inquérito Civil	2013	0024.13.006679-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
26	Inquérito Civil	2013	0024.13.006354-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
27	Inquérito Civil	2013	0024.13.005788-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
28	Inquérito Civil	2013	0024.13.002891-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
29	Inquérito Civil	2013	0024.13.002820-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
30	Inquérito Civil	2005	0024.05.000088-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
31	Inquérito Civil	2006	0024.06.000690-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
32	Inquérito Civil	2006	0024.06.000032-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
33	Inquérito Civil	2009	0024.09.001258-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
34	Inquérito Civil	2009	0024.09.001166-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
35	Inquérito Civil	2009	0024.09.000752-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
36	Inquérito Civil	2009	0024.09.002563-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
37	Inquérito Civil	2009	0024.09.002165-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
38	Inquérito Civil	2010	0024.10.003854-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
30	Inquérito Civil	2010	0024.10.002663-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)

40	Inquérito Civil	2010	0024.10.002398-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
41	Inquérito Civil	2011	0024.11.008093-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
42	Inquérito Civil	2011	0024.11.006363-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
43	Inquérito Civil	2011	0024.11.002950-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
44	Inquérito Civil	2011	0024.11.002809-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
45	Inquérito Civil	2011	0024.11.001333-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
46	Inquérito Civil	2011	0024.11.000758-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
47	Inquérito Civil	2012	0024.12.002036-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
48	Inquérito Civil	2012	0024.12.001779-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
49	Inquérito Civil	2013	0024.13.001756-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
50	Inquérito Civil	2013	0024.13.000221-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
51	Inquérito Civil	2013	0024.13.011389-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
52	Inquérito Civil	2013	0024.13.008763-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
53	Inquérito Civil	2010	0024.10.004974-1	CEAT
54	Inquérito Civil	2010	0024.10.0004282-9	CEAT
55	Inquérito Civil	2010	0024.10.003180-6	CEAT
56	Inquérito Civil	2010	0024.10.001036-2	CEAT
57	Inquérito Civil	2011	0024.11.000762-2	CEAT
58	Inquérito Civil	2013	0024.13.006881-0	CEAT
59	Inquérito Civil	2013	0024.13.002350-0	CEAT
60	Inquérito Civil	2013	0024.13.011277-4	CEAT
61	Inquérito Civil	2006	0024.06.000007-2	CSMP
62	Inquérito Civil	2006	0024.06.000871-1	CSMP
63	Inquérito Civil	2006	0024.06.000478-5	CSMP
64	Inquérito Civil	2013	0024.13.001234-7	CSMP
65	Inquérito Civil	2013	0024.13.001065-5	CSMP
66	Inquérito Civil	2007	0024.07.000514-5	CSMP
67	Inquérito Civil	2007	0024.07.000155-7	CSMP
68	Inquérito Civil	2007	0024.07.000151-6	CSMP
69	Inquérito Civil	2012	0024.12.000854-5	CSMP
70	Inquérito Civil	2013	0024.13.008384.3	CSMP
71	Inquérito Civil	2013	0024.13.004987-7	CSMP

3.2.3. Dr. Júlio César Luciano

Durante a visita de inspeção, esta equipe efetuou a análise física dos feitos a cargo do Dr. Júlio César Luciano, a qual, devido à exiguidade do tempo disponível, foi realizada por amostragem, buscando-se inicialmente identificar os feitos que ainda se encontravam em tramitação com data de instauração anterior ao no de 2013 e, dentre estes, iniciando as verificações nos mais antigos. Os relatos específicos dos feitos analisados encontram-se listados no respectivo termo de inspeção no campo "processos e procedimentos analisados - observações", razão pela qual não constam do presente relatório.

De uma forma geral, as mesmas impressões obtidas nas feitos a cargo dos demais membros em atuação na Promotoria de Justiça inspecionada se aplicam ao caso dos procedimentos deste membro específico. É nítida a falta de sistematização administrativa por parte da secretaria do órgão no atendimento a prazos razoáveis para o cumprimento das diligências determinadas, juntada de respostas aos autos e abertura de vista aos membros, não havendo, por regra, aposição de carimbo ou etiqueta que permitam a identificação dos momentos nos quais tais atos foram praticados. As portarias, em sua grande maioria, são genéricas e não delimitam adequadamente o objeto da investigação e as diligências que devem ser realizadas. Mesmo nos IC instaurados por antecessores não se verifica qualquer medida que vise sanar a generalidade das portarias como uma simples retificação. Os despachos proferidos, em sua grande maioria, são produzidos aparentemente sem a existência de uma linha clara de investigação e não acrescentam qualquer conteúdo produtivo aos autos, caracterizando-se como despachos meramente circulares ou para cumprir formalidades, visto que não conduzem ao deslinde do feito. Postura passiva na investigação uma vez que o inspecionado aguarda de outros órgãos (Advocacia-Geral do Estado, TCE e do órgão em que ocorreu o ilícito) providência visando a apuração ou a regularização do fato, mesmo em casos de grande relevo. Muitos procedimentos arrastaram-se durante muitos anos sem que restasse clara a linha investigativa adotada pelo Promotor de Justiça oficiante.

Especificamente em relação a este Promotor de Justiça, encontram-se sob sua responsabilidade um total de 161 (cento e sessenta e um) procedimentos investigativos em curso, englobando todas as classes procedimentais. Desse total, 165 (cento e sessenta e cinco) são ICs. Desses, 39 (trinta e nove - excluindo-se os que foram encaminhados ao CSMP para apreciação de promoção de arquivamento) foram instaurados no ano de 2013 para baixo, ou seja, encontram-se há pelo menos 04 (quatro) anos tramitando sem o deslinde das investigações, sendo que 13 (treze) inquéritos civis foram instaurados em anos anteriores a 2007, ou seja, igualmente seguem tramitando há pelo menos mais de 10 anos sem o regular deslinde. Para melhor elucidação, vide quadro abaixo, ordenados por classe procedimental e ano de instauração.

De igual forma, o número de ações civis propostas e outras medidas é muito baixo. Nos últimos 12 meses foram ajuizadas apenas 04 (quatro) ações civis públicas, englobando as de improbidade. No mesmo período, foram ajuizadas apenas 02 (duas) medidas cautelares e expedidas 02 (duas) recomendações, não tendo sido celebrado nenhum Termo de Ajustamento de Conduta no período. Os números citados, por si só, já refletem a baixíssima efetividade da atuação finalística do órgão.

Além dos fatos acima narrados, foi relatado pelo Promotor de Justiça em questão que encontrou grande quantidade de feitos atrasados na Promotoria de Justiça quando assumiu a titularidade do cargo, razão pela qual buscou auxílio do GEPP para atuar em alguns dos feitos que estavam sob sua responsabilidade. De fato, da análise dos dados estatísticos, verifica-se que, apenas em relação aos feitos instaurados antes de 2014, 08 (oito) deles se encontram com o GEPP, por solicitação de apoio por parte do Promotor natural.

Procedimento	Instauração	Número	Situação
--------------	-------------	--------	----------

01	Inquérito Civil	2001	0024.01.000027-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
02	Inquérito Civil	2001	0024.01.000256-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
03	Inquérito Civil	2002	0024.02.000002-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
04	Inquérito Civil	2003	0024.03.000001-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
05	Inquérito Civil	2007	0024.07.000127-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
06	Inquérito Civil	2008	0024.08.000593-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
07	Inquérito Civil	2010	0024.10.002076-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
08	Inquérito Civil	2010	0024.10.002290-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
09	Inquérito Civil	2010	0024.10.002673-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
10	Inquérito Civil	2010	0024.10.003713-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
11	Inquérito Civil	2010	0024.10.004404-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
12	Inquérito Civil	2010	0024.10.004995-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
13	Inquérito Civil	2011	0024.11.006631-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
14	Inquérito Civil	2011	0024.11.007642-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
15	Inquérito Civil	2012	0024.12.000083-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
16	Inquérito Civil	2012	0024.12.008981-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
17	Inquérito Civil	2012	0024.12.008991-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
18	Inquérito Civil	2012	0024.12.006355-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
19	Inquérito Civil	2013	0024.13.002271-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
20	Inquérito Civil	2013	0024.13.003487-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
21	Inquérito Civil	2013	0024.13.005640-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
22	Inquérito Civil	2013	0024.13.008800-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
23	Inquérito Civil	2012	0024.12.003810-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
24	Inquérito Civil	2013	0024.13.010375-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ

25	Inquérito Civil	2013	0024.13.010375-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
26	Inquérito Civil	2010	0024.10.005224-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
27	Inquérito Civil	2012	0024.12.006004-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
28	Inquérito Civil	2005	0024.05.000035-5	CEAT
29	Inquérito Civil	2007	0024.07.000050-0	CEAT
30	Inquérito Civil	2009	0024.09.002513-1	CEAT
31	Inquérito Civil	2009	0024.09.002606-3	CEAT
32	Inquérito Civil	2000	0024.00.000010-9	GEPP
33	Inquérito Civil	2002	0024.02.000010-5	GEPP
34	Inquérito Civil	2004	0024.04.000012-7	GEPP
35	Inquérito Civil	2005	0024.05.000100-7	GEPP
36	Inquérito Civil	2005	0024.05.000278-1	GEPP
37	Inquérito Civil	2006	0024.06.000003-1	GEPP
38	Inquérito Civil	2006	0024.06.000075-9	GEPP
39	Inquérito Civil	2007	0024.07.000008-8	GEPP
40	Inquérito Civil	2005	0024.05.000248-4	CSMP
41	Inquérito Civil	2011	0024.11.002102-9	CSMP
42	Inquérito Civil	2011	0024.11.003542-5	CSMP
43	Inquérito Civil	2011	0024.12.008616-0	CSMP
44	Inquérito Civil	2012	0024.12.000308-2	CSMP
45	Inquérito Civil	2012	0024.12.002429-4	CSMP
46	Inquérito Civil	2013	0024.13.009004-6	CSMP

3.2.4 - Dr. Geraldo Ferreira da Silva

Durante a visita de inspeção, esta equipe efetuou a análise física dos feitos a cargo do Dr. Geraldo Ferreira da Silva, a qual, devido à exiguidade do tempo disponível, foi realizada por amostragem, buscando-se inicialmente identificar os feitos que ainda se encontravam em tramitação com data de instauração anterior ao no de 2013 e, dentre estes, iniciando as verificações nos mais antigos. Os relatos específicos dos feitos analisados encontram-se listados no respectivo termo de inspeção no campo "processos e procedimentos analisados - observações", razão pela qual não constam do presente relatório.

De uma forma geral, as mesmas impressões obtidas nas feitos a cargo dos demais membros em atuação na Promotoria de Justiça inspecionada se aplicam ao caso dos procedimentos deste membro específico. É nítida a falta de sistematização administrativa por parte da secretaria do órgão no atendimento a prazos razoáveis para o cumprimento das diligências determinadas, juntada de respostas aos autos e abertura de vista aos membros, não havendo, por regra, aposição de carimbo ou etiqueta que permitam a identificação dos momentos nos quais tais atos foram praticados. As portarias, em sua grande maioria, são genéricas e não delimitam adequadamente o objeto da investigação e as diligências que devem ser realizadas. Mesmo nos IC instaurados por antecessores não se verifica qualquer medida que vise sanar a generalidade das portarias como uma simples retificação. Os despachos proferidos, em sua grande maioria, são produzidos aparentemente sem a existência de uma linha clara de investigação e não acrescentam qualquer conteúdo produtivo aos autos, caracterizando-se como despachos meramente circulares ou para cumprir formalidades, visto que não conduzem ao deslinde do feito. Postura passiva na investigação uma vez que o inspecionado aguarda de outros órgãos (Advocacia-Geral do Estado, TCE e do órgão em que ocorreu o ilícito) providência visando a apuração ou a regularização do fato, mesmo em casos de grande relevo. Muitos procedimentos arrastaram-se durante muitos anos sem que restasse clara a linha investigativa adotada pelo Promotor de Justiça oficiante.

Especificamente em relação a este Promotor de Justiça, encontram-se sob sua responsabilidade o maior acervo dentre os 06 cargos em atuação no órgão. Um total de 408 (quatrocentos e oito) procedimentos investigativos encontram-se a cargo do Promotor de Justiça em questão, englobando todas as classes procedimentais. Desse total, 407 (quatrocentos e sete) são ICs. Desses, 52 (cinquenta e dois - excluindo-se os que foram encaminhados ao CSMP para apreciação de promoção de arquivamento) foram instaurados no ano de 2013 para baixo, ou seja, encontram-se há pelo menos 04 (quatro) anos tramitando sem o deslinde das investigações, sendo que apenas 02 (dois) inquéritos civis foram instaurados nos anos de 2003 e 2005. Para melhor elucidação, vide quadro abaixo, ordenados por classe procedimental e ano de instauração.

De igual forma, o número de ações civis propostas e outras medidas resolutivas é praticamente nulo. Nos últimos 12 meses foi ajuizada apenas 01 (uma) ação civil pública, englobando as de improbidade. No mesmo período, nenhuma medida cautelar foi ajuizada e nenhum TAC foi celebrado, tendo sido expedidas apenas 02 (duas) recomendações no órgão. Os números citados, por si só, já refletem a baixíssima - ou quase nula - efetividade da atuação finalística do órgão.

Além dos fatos acima narrados, foi relatado pelo Promotor de Justiça que existem atualmente alguns procedimentos de sua responsabilidade que se encontram suspensos uma vez que o objeto jurídico da investigação encontra-se pendente de decisão definitiva de Tribunais Superiores, o que, no seu entender, afetaria a conveniência no prosseguimento das investigações. Dos dados estatísticos analisados, verificou-se que, ao menos em relação ao feitos instaurados em ano anterior a 2014, 08 (oito) inquéritos civis encontravam-se em tal situação.

De igual forma, solicitou o Promotor de Justiça em questão constasse do relatório a informação por ele apresentada de que durante o período que exerceu a Coordenação Administrativa da 17a PJ-PP procurou adotar todas as medidas de cunho administrativo para facilitar o regular exercício da atividade-fim. Entregou a esta equipe de inspeção arquivo digital constando relatório contendo plano

de ação visando à reestruturação do órgão em questão, o qual segue na mídia com os demais arquivos digitais.

Procedimento		Instauração	Número	Situação
01	Inquérito Civil	2003	MPMG 0024.03.000166-3	EM ANDAMENTO NA PJ
02	Inquérito Civil	2005	MPMG 0024.05.000029-8	EM ANDAMENTO NA PJ
03	Inquérito Civil	2007	MPMG 0024.07.000603-6	EM ANDAMENTO NA PJ
04	Inquérito Civil	2009	MPMG 0024.09.000730-3	EM ANDAMENTO NA PJ
05	Inquérito Civil	2009	MPMG 0024.09.002286-4	EM ANDAMENTO NA PJ
06	Inquérito Civil	2009	MPMG 0024.09.002235-1	EM ANDAMENTO NA PJ
07	Inquérito Civil	2009	MPMG 0024.09.002081-1	EM ANDAMENTO NA PJ
08	Inquérito Civil	2010	MPMG 0024.10.000043-9	EM ANDAMENTO NA PJ
09	Inquérito Civil	2010	MPMG 0024.10.003631-8	EM ANDAMENTO NA PJ
10	Inquérito Civil	2011	MPMG 0024.11.007159-4	EM ANDAMENTO NA PJ
11	Inquérito Civil	2011	MPMG 0024.11.003267-9	EM ANDAMENTO NA PJ
12	Inquérito Civil	2011	MPMG 0024.11.001620-1	EM ANDAMENTO NA PJ
13	Inquérito Civil	2011	MPMG 0024.11.000657-4	EM ANDAMENTO NA PJ
14	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.004608-1	EM ANDAMENTO NA PJ
15	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.005919-1	EM ANDAMENTO NA PJ
16	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.005878-9	EM ANDAMENTO NA PJ
17	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.011894-8	EM ANDAMENTO NA PJ
18	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.003818-7	EM ANDAMENTO NA PJ
19	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.003771-8	EM ANDAMENTO NA PJ
20	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.003761-9	EM ANDAMENTO NA PJ
21	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.002578-8	EM ANDAMENTO NA PJ
22	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.001880-9	EM ANDAMENTO NA PJ
23	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.000228-2	EM ANDAMENTO NA PJ
24	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.000973-1	EM ANDAMENTO NA PJ
25	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.000252-0	EM ANDAMENTO NA PJ
26	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.000184-5	EM ANDAMENTO NA PJ
27	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.004137-9	EM ANDAMENTO NA PJ
28	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.003897-9	EM ANDAMENTO NA PJ
29	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.006036-1	EM ANDAMENTO NA PJ

30	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.005930-6	EM ANDAMENTO NA PJ
31	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.005325-9	EM ANDAMENTO NA PJ
32	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.008019-5	EM ANDAMENTO NA PJ
33	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.007698-7	EM ANDAMENTO NA PJ
34	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.007684-7	EM ANDAMENTO NA PJ
35	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.007354-7	EM ANDAMENTO NA PJ
36	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.007283-8	EM ANDAMENTO NA PJ
37	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.012208-8	EM ANDAMENTO NA PJ
38	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.012126-2	EM ANDAMENTO NA PJ
39	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.011995-1	EM ANDAMENTO NA PJ
40	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.010116-5	EM ANDAMENTO NA PJ
41	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.009831-2	EM ANDAMENTO NA PJ
42	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.009457-6	EM ANDAMENTO NA PJ
43	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.009453-5	EM ANDAMENTO NA PJ
44	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.011074-5	EM ANDAMENTO NA PJ
45	Inquérito Civil	2009	MPMG 0024.09.002693-1	SUSPENSO NA PJ
46	Inquérito Civil	2010	MPMG 0024.10.002315-9	SUSPENSO NA PJ
47	Inquérito Civil	2010	MPMG 0024.10.000289-8	SUSPENSO NA PJ
48	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.002222-3	SUSPENSO NA PJ
49	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.012044-7	SUSPENSO NA PJ
50	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.010719-6	SUSPENSO NA PJ
51	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.004684-0	SUSPENSO NA PJ
52	Inquérito Civil	2013	MPMG	SUSPENSO NA PJ
53	Inquérito Civil	2009	MPMG 0024.09.002724-4	CEAT
54	Inquérito Civil	2009	MPMG 0024.09.002004-1	CEAT
55	Inquérito Civil	2009	MPMG 0024.09.001814-4	CEAT
56	Inquérito Civil	2010	MPMG 0024.10.000208-8	CEAT
57	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.003560-5	CEAT
58	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.010117-5	CEAT
59	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.001069-7	CEAT
60	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.012893-7	CEAT
61	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.008416-3	CEAT
62	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.009370-1	CEAT

63	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.006081-7	CEAT
64	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.004773-1	CSMP
65	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.004411-8	CSMP
66	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.003316-0	CSMP
67	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.003052-1	CSMP
68	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.001132-3	CSMP
69	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.012768-1	CSMP
70	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.012575-0	CSMP
71	Inquérito Civil	2007	MPMG 0024.07.000007-0	CSMP
72	Inquérito Civil	2010	MPMG 0024.10.003961-9	CSMP
73	Inquérito Civil	2011	MPMG 0024.11.007163-6	CSMP
74	Inquérito Civil	2011	MPMG 0024.11.002776-0	CSMP
75	Inquérito Civil	2011	MPMG 0024.11.005338-6	CSMP
76	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.005120-6	CSMP
77	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.004792-3	CSMP
78	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.008706-9	CSMP
79	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.006521-4	CSMP
80	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.000827-1	CSMP
81	Inquérito Civil	2012	MPMG 0024.12.000787-7	CSMP
82	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.008768-7	CSMP
83	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.010334-4	CSMP
84	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.011750-0	CSMP
85	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.007259-8	CSMP
86	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.007240-8	CSMP
87	Inquérito Civil	2013	MPMG 0024.13.006094-0	CSMP

3.2.5 - Dra. Elisabeth Cristina dos Santos Reis Vilella

Durante a visita de inspeção, esta equipe efetuou a análise física dos feitos a cargo do Dra. Elisabeth Cristina dos Santos Reis Vilella, a qual, devido à exiguidade do tempo disponível, foi realizada por amostragem, buscando-se inicialmente identificar os feitos que ainda se encontravam em tramitação com data de instauração anterior ao no de 2013 e, dentre estes, iniciando as verificações nos mais antigos. Os relatos específicos dos feitos analisados encontram-se listados no respectivo termo de inspeção no campo "processos e procedimentos analisados - observações", razão pela qual não constam do presente relatório.

De uma forma geral, as mesmas impressões obtidas nas feitas a cargo dos demais membros em atuação na Promotoria de Justiça inspecionada se aplicam ao caso dos procedimentos deste membro específico. É nítida a falta de sistematização administrativa por parte da secretaria do órgão no atendimento a prazos razoáveis para o cumprimento das diligências determinadas, juntada de respostas aos autos e abertura de vista aos membros, não havendo, por regra, aposição de carimbo ou etiqueta que permitam a identificação dos momentos nos quais tais atos foram praticados. As portarias, em sua grande maioria, são genéricas e não delimitam adequadamente o objeto da investigação e as diligências que devem ser realizadas. Mesmo nos IC instaurados por antecessores não se verifica qualquer medida que vise sanar a generalidade das portarias como uma simples retificação. Os despachos proferidos, em sua grande maioria, são produzidos aparentemente sem a existência de uma linha clara de investigação e não acrescentam qualquer conteúdo produtivo aos autos, caracterizando-se como despachos meramente circulares ou para cumprir formalidades, visto que não conduzem ao deslinde do feito. Postura passiva na investigação uma vez que o inspecionado aguarda de outros órgãos (Advocacia-Geral do Estado, TCE e do órgão em que ocorreu o ilícito) providência visando a apuração ou a regularização do fato, mesmo em casos de grande relevo. Muitos procedimentos arrastaram-se durante muitos anos sem que restasse clara a linha investigativa adotada pelo Promotor de Justiça oficiante.

Especificamente em relação a esta Promotora de Justiça, encontram-se sob sua responsabilidade um acervo de 244 (duzentos e quarenta e quatro) procedimentos, englobando todas as classes procedimentais. Desse total, 407 (quatrocentos e sete) são ICs. Desses, 53 (cinquenta e três - excluindo-se os que foram encaminhados ao CSMP para apreciação de promoção de arquivamento) foram instaurados no ano de 2013 para baixo, ou seja, encontram-se há pelo menos 04 (quatro) anos tramitando sem o deslinde das investigações, sendo que apenas 07 (sete) inquéritos civis foram instaurados entre os anos de 2002 e 2006 e até a presente data ainda não tiveram deslinde. Para melhor elucidação, vide quadro abaixo, ordenados por classe procedimental e ano de instauração.

De igual forma, o número de ações civis propostas e outras medidas resolutivas é praticamente nulo. Nos últimos 12 meses foi ajuizada apenas 01 (uma) ação civil pública, englobando as de improbidade. No mesmo período, apenas 01 (uma) medida cautelar foi ajuizada e nenhum TAC foi celebrado, tendo sido expedidas apenas 05 (cinco) recomendações no órgão. Os números citados, por si só, já refletem a baixíssima - ou quase nula - efetividade da atuação finalística do órgão.

Além dos fatos acima narrados, merece registro o fato de que, dentre os procedimentos analisados fisicamente por esta equipe de inspeção, encontrava-se sob responsabilidade da Promotora de Justiça em questão o inquérito civil de número MPMG-0024.05.000060-3, instaurado com base em Relatório de Inteligência Financeira encaminhado pelo COAF ao MPMG no ano de 2005, comunicando a detecção de movimentações financeiras atípicas em espécie em valores superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), apresentadas pelas empresas SMP&B Comunicação Ltda e DNA Produções Ltda, supostamente pertencentes ao empresário Marcos Valério de Souza. A investigação, notoriamente conhecida em âmbito nacional, foi instaurada no ano de 2005 e teve tramitação consideravelmente regular até o ano de 2008, quando permaneceu paralisada até o ano de 2013. Por tal razão, foi determinando o encaminhamento do feito à Corregedoria-Geral e, posteriormente, ao CSMP, que por decisão de um de seus Conselheiros, após constatar a ocorrência de grandes lapsos temporais entre as atuações ministeriais, simplesmente devolveu os autos para a conclusão das investigações pelo órgão de origem, o que se deu apenas em 21/03/2014. Retornado para a Promotora de Justiça oficiante, o feito tramitou, desde então, em busca de análise pericial por parte do CEAT, tendo sido devolvido com parecer técnico do CEAT somente no dia 26/10/2016. Mesmo assim, após o longo tempo de tramitação e injustificadas paralisações, após receber finalmente o relatório pericial o feito se encontra paralisado, sem abertura de vista para análise ministerial, até a data da inspeção.

Procedimento	Instauração	Número	Situação
--------------	-------------	--------	----------

01	Inquérito Civil	2002	MPMG-0024.02.000004-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
02	Inquérito Civil	2003	MPMG-0024.03.000010-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
03	Inquérito Civil	2005	MPMG-0024.05.000498-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
04	Inquérito Civil	2005	MPMG-0024.05.000374-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
05	Inquérito Civil	2005	MPMG-0024.05.000206-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
06	Inquérito Civil	2005	MPMG-0024.05.000060-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
07	Inquérito Civil	2006	MPMG-0024.06.000517-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
08	Inquérito Civil	2007	MPMG-0024.07.000076-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
09	Inquérito Civil	2007	MPMG-0024.07.000052-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
10	Inquérito Civil	2007	MPMG-0024.07.000049-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
11	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000658-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
12	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000655-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
13	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000606-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
14	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000203-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
15	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000123-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
16	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.002268-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
17	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.002097-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
18	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001683-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
19	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001609-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
20	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001543-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
21	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001361-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
22	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.000804-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
23	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.001138-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
24	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000148-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
25	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.004110-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
26	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.002501-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
27	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.002266-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
28	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.001292-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
29	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.001139-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
30	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.007244-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
31	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.006058-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
32	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.005226-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
33	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.004063-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ

34	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.003889-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
35	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.000170-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
36	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.010116-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
37	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.006058-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
38	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.005660-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
39	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.004695-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
40	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.004224-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
41	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.002162-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
42	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.011714-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
43	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.008867-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
44	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.007249-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
45	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.007119-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
46	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.004275-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
47	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.003971-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
48	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.003922-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
49	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.002547-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
50	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.002443-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
51	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.000960-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
52	Inquérito Civil	2007	MPMG-0024.07.000388-4	SUSPENSO NA PJ
53	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.008963-4	SUSPENSO NA PJ
54	Inquérito Civil	2007	MPMG-0024.07.000175-5	CSMP
55	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000709-9	CSMP
56	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.002701-2	CSMP
57	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000291-4	CSMP

3.2.6 - Dra. Raquel Pacheco Ribeiro de Souza

Durante a visita de inspeção, esta equipe efetuou a análise física dos feitos a cargo do Dra. Raquel Pacheco Ribeiro de Souza, a qual, devido à exiguidade do tempo disponível, foi realizada por amostragem, buscando-se inicialmente identificar os feitos que ainda se encontravam em tramitação com data de instauração anterior ao no de 2013 e, dentre estes, iniciando as verificações nos mais antigos. Os relatos específicos dos feitos analisados encontram-se listados no respectivo termo de inspeção no campo "processos e procedimentos analisados - observações", razão pela qual não constam do presente relatório.

De uma forma geral, as mesmas impressões obtidas nas feitos a cargo dos demais membros em atuação na Promotoria de Justiça inspecionada se aplicam ao caso dos procedimentos deste membro

específico. É nítida a falta de sistematização administrativa por parte da secretaria do órgão no atendimento a prazos razoáveis para o cumprimento das diligências determinadas, juntada de respostas aos autos e abertura de vista aos membros, não havendo, por regra, aposição de carimbo ou etiqueta que permitam a identificação dos momentos nos quais tais atos foram praticados. As portarias, em sua grande maioria, são genéricas e não delimitam adequadamente o objeto da investigação e as diligências que devem ser realizadas. Mesmo nos IC instaurados por antecessores não se verifica qualquer medida que vise sanar a generalidade das portarias como uma simples retificação. Os despachos proferidos, em sua grande maioria, são produzidos aparentemente sem a existência de uma linha clara de investigação e não acrescentam qualquer conteúdo produtivo aos autos, caracterizando-se como despachos meramente circulares ou para cumprir formalidades, visto que não conduzem ao deslinde do feito. Postura passiva na investigação uma vez que o inspecionado aguarda de outros órgãos (Advocacia-Geral do Estado, TCE e do órgão em que ocorreu o ilícito) providência visando a apuração ou a regularização do fato, mesmo em casos de grande relevo. Muitos procedimentos arrastaram-se durante muitos anos sem que restasse clara a linha investigativa adotada pelo Promotor de Justiça oficiante.

Especificamente em relação a esta Promotora de Justiça, encontram-se sob sua responsabilidade um acervo de 283 (duzentos e oitenta e três) procedimentos, englobando todas as classes procedimentais. Desse total, 252 (duzentos e cinquenta e dois) são ICs. Desses, 70 (setenta - excluindo-se os que foram encaminhados ao CSMP para apreciação de promoção de arquivamento) foram instaurados no ano de 2013 para baixo, ou seja, encontram-se há pelo menos 04 (quatro) anos tramitando sem o deslinde das investigações, sendo que apenas 04 (quatro) inquéritos civis foram instaurados antes de 2007 - um deles de 2002 -, e até a presente data ainda não tiveram o regular deslinde. Para melhor elucidação, vide quadro abaixo, ordenados por classe procedimental e ano de instauração.

De igual forma, o número de ações civis propostas e outras medidas resolutivas é praticamente nulo. Nos últimos 12 meses foi ajuizada apenas 02 (duas) ações civis públicas, englobando as de improbidade. No mesmo período, apenas 01 (uma) medida cautelar foi ajuizada e nenhum TAC foi celebrado, tendo sido expedidas apenas 06 (seis) recomendações no órgão. Os números citados, por si só, já refletem a baixíssima - ou quase nula - efetividade da atuação finalística do órgão.

Em relação à Promotora de Justiça em questão, importa registrar que ela exerce atualmente a função de Coordenadora Administrativa da 17ª PJ-PP, tendo apresentado a esta equipe de inspeção as dificuldades que tem enfrentado e as medidas que busca implementar para dar mais efetividade à atuação no órgão, conforme relatado nas considerações iniciais acima.

Procedimento		Instauração	Número	Situação
01	Inquérito Civil	2002	MPMG-0024.02.000009-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
02	Inquérito Civil	2007	MPMG-0024.07.000077-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
03	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000811-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
04	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000473-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
05	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000344-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
06	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001670-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
07	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001570-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
08	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001231-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ

09	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001026-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
10	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.003305-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
11	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000976-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
12	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000844-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
13	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000637-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
14	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000545-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
15	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000079-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
16	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.004707-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
17	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.003615-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
18	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.001105-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
19	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.000798-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
20	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.007637-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
21	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.006361-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
22	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.005585-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
23	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.004838-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
24	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.004759-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
25	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.004195-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
26	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.001895-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
27	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.001391-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
28	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.001292-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
29	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.001290-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
30	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.011524-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
31	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.009078-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
32	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.008137-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
33	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.008077-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
34	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.006874-7	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
35	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.006429-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
36	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.005658-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
37	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.004367-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
38	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.001109-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
39	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.000699-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
40	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.000421-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
41	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.012695-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ

42	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.012309-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
43	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.012151-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
44	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.012040-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
45	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.011646-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
46	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.011578-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
47	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.011031-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
48	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.010960-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
49	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.010856-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
50	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.010853-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
51	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.010557-0	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
52	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.010535-6	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
53	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.010077-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
54	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.008691-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
55	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.007497-4	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
56	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.006442-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
57	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.006194-8	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
58	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.005764-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
59	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.004135-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
60	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.004042-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
61	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.003754-2	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
62	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.003744-3	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
63	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.003738-5	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
64	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.001878-1	EM TRAMITAÇÃO NA PJ
65	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001576-9	EM TRAMITAÇÃO NA PJ (CONTADOR)
66	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.001759-1	CEAT
67	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.010851-7	CEAT
68	Inquérito Civil	2005	MPMG-0024.05.000039-7	GEPP
69	Inquérito Civil	2006	MPMG-0024.06.000009-8	GEPP
70	Inquérito Civil	2006	MPMG-0024.06.000059-3	CSMP
71	Inquérito Civil	2008	MPMG-0024.08.000017-7	GEPP
72	Inquérito Civil	2009	MPMG-0024.09.002976-0	CSMP
73	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.000932-3	CSMP
74	Inquérito Civil	2010	MPMG-0024.10.003457-8	CSMP

75	Inquérito Civil	2011	MPMG-0024.11.006064-7	CSMP
76	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.010662-0	CSMP
77	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.005534-8	CSMP
78	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.005418-4	CSMP
79	Inquérito Civil	2012	MPMG-0024.12.000593-9	CSMP
80	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.012035-5	CSMP
81	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.010543-0	CSMP
82	Inquérito Civil	2013	MPMG-0024.13.002010-0	CSMP

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Inspeccionada). *Relativamente à falta de sistematização administrativa por parte da Secretaria e de prazos razoáveis para cumprimento de diligências, de juntadas e de abertura de vista aos membros, de falta de registros que permitam a identificação dos momentos nos quais os atos foram praticados, bem como à existência de portarias genéricas, sem a necessária retificação, esclarece a firmatária que desde que assumiu o Órgão, em 30/10/12, vem se empenhando para organizar os procedimentos a seu cargo, podendo afirmar que houve melhora significativa dos serviços da Secretaria, ao menos quanto aos procedimentos que preside. Hoje os despachos estão em dia, as juntadas de documentos são feitas em prazo muito razoável, bem como o são os cumprimentos dos despachos. Além disso, os atos procedimentais são todos sequencialmente registrados nos autos, contando com registros de movimentação através de carimbos e certidões, repito, ao menos no que diz respeito aos procedimentos que tramitam sob minha presidência. Consigne-se que no gabinete da firmatária utiliza-se livro de carga de procedimentos, secretaria-gabinete/gabinete-secretaria, onde toda a movimentação diária de feitos é registrada, fato que contribui para o controle dos processos e dos trabalhos.*

Com relação à Secretaria como um todo, desde que assumi a coordenação tenho tomado providências no sentido de buscar a padronização dos procedimentos que tramitam na Promotoria, através das medidas já mencionadas no item 3 desta manifestação. No respeitante às portarias genéricas, também me reporto ao item 3 retro, acrescentando que tenho retificado aos poucos as portarias dos procedimentos antigos que presido e, quanto aos novos, eles já têm sido instaurados através de portarias com descrição minudente do objeto apurado.

Quanto aos despachos sem linha clara de investigação, meramente circulares ou para cumprir formalidades, reafirmo as considerações feitas no item 3 desta manifestação, no sentido de que as linhas de investigação, ao sentir da firmatária, não devem ser extraídas de simples leitura dos despachos lançados nos autos, até mesmo para que a investigação não seja prejudicada. A linha investigativa, sublinhe-se, está no escopo decisório do presidente da investigação, e poderia ter sido descrita caso a caso se assim determinado pela equipe de correição.

Reafirmo também que os despachos por mim proferidos não são circulares ou apenas para cumprir formalidades. Ao contrário, o são com objetivo específico, visando a esclarecimentos que reputo relevantes para a investigação, através de diligências consideradas necessárias para a formação da convicção do condutor dos trabalhos, no exercício de sua independência funcional e no interesse de evitar iniciativas temerárias.

Ademais, vale sublinhar, a amostra analisada pela equipe correcional contém um viés evidente – pois foram considerados exatamente os procedimentos ainda não finalizados, e se não foram finalizados é porque carecem de diligências para fechar o arco investigativo. Os procedimentos que foram concluídos, com "resolutividade" e com linha investigativa completa, não integram o acervo levado em consideração. Talvez se a equipe correcional tivesse analisado procedimentos já findos, com promoção de arquivamento homologadas, pudesse ter divisado melhor a linha investigativa, bem como os motivos ensejadores dos despachos proferidos nos autos que, a final, levaram à conclusão do arquivamento.

A afirmação de que 70% dos procedimentos que estão sob minha presidência foram instaurados até 2013, inclusive, sem deslinde até a data presente, não desmerece em nada o trabalho da signatária, até porque, como salientado alhures, são muitos os motivos que podem justificar atrasos na conclusão de uma investigação, o que exige análise individual e detalhada dos procedimentos, para que se possa aquilatar com justeza o motivo da demora em sua conclusão. Acrescente-se aqui que as Resoluções que disciplinam a instauração e a tramitação do Inquérito Civil¹ fazem menção expressa ao arquivamento do Inquérito Civil depois de "esgotadas todas as possibilidades de diligências", ou seja, condiciona o arquivamento ao esgotamento das diligências e, não, a prazos que, registre-se, podem ser prorrogados quantas vezes forem necessárias, desde que a prorrogação conste dos autos. Os Inquéritos Cíveis antigos que estão sob minha presidência ainda tramitam porque carecem de diligências, contando, todos, com a devida prorrogação, bem

¹ Resolução Conjunta PGJ CGMP 3/09 e Resolução CNMP 23/07

como com a respectiva comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público.

Quanto à alegação de baixíssima ou quase nula efetividade do Órgão, além do que já foi antes salientado no item 4 desta manifestação, sobre os parâmetros comparativos utilizados pela equipe correcional, que não constam do relatório, sendo, pois, por nós desconhecidos, acrescento que tenho trabalhado diuturnamente para manter em dia meus serviços, fazendo o melhor possível com os recursos disponíveis, cuidando para que os inquéritos por mim presididos sejam organizados e processados regularmente, o que tenho conseguido com muito esforço. Isso, no meu entender, é ser produtivo. Também significa ser produtivo procurar garantir o acesso à Justiça por outros meios que não a judicialização, conforme a tendência mais moderna, encampada pelo novo CPC e que inclusive faz parte da política institucional, podendo citar a criação, em setembro de 2015, no MPMG, da Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos, através da Resolução Conjunta EMG PGJ 1, de 2015, que tem por objetivo a busca de soluções consensuais em litígios entre o MPMG e o Estado. No âmbito nacional, o Conselho Nacional do Ministério Público, em dezembro de 2014, editou a Resolução 118, dispondo sobre a Política Nacional de Incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público. Nesse contexto, parece-me duvidosa a avaliação de efetividade dos trabalhos por mim desenvolvidos, com base nas ações que intento. Realmente, a convicção pessoal da firmatária é a de que o ajuizamento de ações deve ser evitado, privilegiando-se os meios alternativos de resolução de conflitos, no caso específico das nossas atribuições, com utilização das técnicas da negociação, fato que ressaltei no campo “Dados complementares” do relatório preliminar.

Vale registrar, outrossim, que durante todo o tempo em que exerço minhas funções perante a 17ª Promotoria de Justiça, apenas dois Inquéritos Cíveis por mim arquivados voltaram do Conselho Superior sem homologação, ou seja, minhas conclusões no sentido de não ser caso de propositura de ação têm sido corroboradas, em peso, pelo Órgão Superior, fazendo-me crer que tenho trilhado o caminho correto na maneira de trabalhar, nas avaliações da prova, das diligências que determino, nos documentos que requisito, enfim, na forma com que venho instruindo os procedimentos sob minha responsabilidade.

Sobre as observações feitas quanto aos procedimentos analisados

1. IC 0024.08.000344-5 – A inspecionada recebeu os autos em novembro de 2012, quando assumiu o Órgão e, preocupada com a regularidade do andamento dos Inquéritos, fez questão de assinalar, de próprio punho, que recebera os autos em novembro de 2012 (fl.173v), até porque estavam eles com conclusão em aberto para a colega que ocupava as funções do cargo, antes de minha assunção. O lapso de tempo verificado entre novembro de 2012 e 25/03/14 foi justificado pelo grande número de feitos em atraso, quando assumi o órgão. O próprio Inquérito Civil em questão estava nos escaninhos, sem movimento, desde 07/11/11. A par disso, esclareça-se que no ano de 2013 a inspecionada usufruiu de dois meses de férias regulamentares e três meses de férias prêmio, sem que outro colega assumisse os despachos de impulso procedimental, como já ressaltado em outro tópico desta manifestação. A inspecionada, à medida que conseguiu colocar em dia os serviços, assim os vem mantendo, tanto que a equipe correcional verificou, nos procedimentos sob minha presidência que foram analisados, que os despachos instrutórios constam com pequenos intervalos de tempo.

A inspecionada discorda da afirmação de que despachou de forma burocrática. Ao contrário, vem tentando reunir elementos de prova que esclareçam os fatos de forma a autorizar, sem temeridade, ou a propositura de ação, ou o arquivamento dos autos. Isso, evidentemente, de acordo com seu entendimento, com sua convicção, com sua consciência, o que lhe autoriza a garantia constitucional da independência funcional, princípio basilar da atividade Ministerial.

Os autos dizem respeito a uma professora da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que teria recebido salários quando ausente ao serviço, mediante registros falsos de frequência. Como a Municipalidade afirmou que cobraria a importância da funcionária, a investigação seguiu com foco no levantamento dessa informação, essencial para balizar a estratégia de ação do Ministério Público que, evidentemente, não poderia cobrar aquilo que eventualmente o Município já houvesse cobrado. E mais. Era preciso ainda esclarecer exatamente os períodos em que o recebimento irregular se deu, pois havia períodos de afastamento justificado, quando a servidora estava de licença médica e esses dados não estavam claros nos autos. Por isso a firmatária despachou como despachou.

Registre-se que, ao contrário do afirmado pela equipe correcional, a inspecionada não aguarda desfecho de sindicância apuratória do fato. No despacho de fls. 233v. requisitou cópia de um PAD que já tramitou na Corregedoria Geral do Município contra a servidora e cujo teor é por nós desconhecido, sendo que a primeira vez que surgiu nos autos a notícia desse PAD foi às fls. 215v., fazendo-se menção à instauração de tal procedimento por conta de assunto envolvendo licenças médicas, o que pode ser relevante para esclarecer o objeto do Inquérito em questão, que diz respeito justamente ao recebimento irregular em períodos que foram entremeados por licenças médicas da servidora. Assim, não se trata de aguardar o término do PAD, mas apenas de tomar conhecimento do seu teor, tanto que o despacho foi exarado nos seguintes termos “Oficiar a Corregedoria Geral do Município requisitando-se, em 15 dias, cópia do PAD 08.000.146.09.41, instaurado contra Mércia Regina da Silva”.

2. IC 0024.07.000077-3 – Consta do Relatório de Correição que providências do Conselho Superior, bem como o cumprimento de diligências por tal Órgão determinadas, consumiram quase todo o ano de 2013. Tal irregularidade não pode ser imputada à inspecionada, que nenhuma responsabilidade tem quanto aos

serviços do Conselho Superior. Especificamente no que diz respeito ao cumprimento das diligências determinadas pelo Conselho Superior, foram elas cumpridas pela Secretaria da Promotoria em três meses, no período compreendido entre outubro/13 a janeiro/14.

Consta também o registro dos despachos terem sido exarados com breve espaço de tempo ao longo de 2014, demonstrando que, uma vez tendo colocado em dia os serviços atrasados, os despachos passaram a ser proferidos pela firmatária com regularidade.

Por fim, fez-se a afirmação de que algumas diligências poderiam ter sido realizadas antes do arquivamento anterior do Inquérito Civil em tela, o que também não é de responsabilidade da firmatária, que sequer estava lotada na Promotoria do Patrimônio Público à época do arquivamento dos autos mencionados.

3. IC 0024.08.000473-2 – Estes autos também fazem parte do acervo em atraso que recebi quando assumi minhas funções na 17ª Promotoria, em novembro de 2012. Registre-se que os mencionados autos experimentaram dois grandes lapsos de continuidade, eis que estiveram parados nos escaninhos do gabinete, de 27/08/09 a 13/09/10 (fls. 183v/184) e de 06/12/10 a 26/04/12 (fls. 311v/313). Faço tal registro para reafirmar, de forma exemplificativa, o porquê de haver Inquéritos antigos ainda em tramitação sob minha presidência.

Quanto à observação de que a Promotoria do Terceiro Setor suscitou Conflito de Atribuições após dois anos do envio dos autos àquela Promotoria, a falha não pode ser imputada à signatária, que figurou como Órgão suscitado.

Dirimido o Conflito de Atribuições e retornando os autos à 17ª Promotoria, a signatária encaminhou os autos ao GEPP – grupo criado pela Administração Superior, porque aderiu ao programa de cooperação instituído através da Resolução PGJ 11/14, que traçou como requisito único de solicitação da cooperação, a data de instauração do Inquérito Civil cuja cooperação fosse solicitada, ou seja, a signatária se utilizou dos serviços do Grupo nos limites das atribuições objetivas para as quais foi criado.

O programa referido foi instituído através da Resolução PGJ 11/14, para cooperação nos Inquéritos Civis instaurados até 31 de dezembro de 2001. Após isso o programa foi renovado várias vezes, através das Resoluções PGJ 38/14, PGJ 43/14, PGJ 53/14, PGJ 70/14, até abarcar os Inquéritos Civis instaurados em 2008. Isso porque, segundo avaliação da PGJ, dar cabo aos procedimentos antigos instaurados no âmbito da Defesa do Patrimônio Público nas Promotorias de todo o Estado se afigurou questão institucional com gravidade suficiente para justificar a criação do programa, com reiteradas ampliações de atribuições. Caso os promotores que solicitaram a cooperação tivessem que tomar a frente das investigações, como constou do relatório de correção, a mim me parece que o objetivo da PGJ restaria frustrado e não justificaria a criação e manutenção do programa, muito menos sua ampliação. Mesmo assim, convém registrar que nos autos do IC 0024.02.000009-7, também analisado pela equipe correccional, às fls. 768 e 858v. fica claro que a firmatária não tem postura passiva frente as intervenções do GEPP, inclusive tendo discordado dos colegas cooperadores na condução de tal Inquérito o que redundou em desligamento do GEPP naquele caso.

Por fim, quanto às considerações da equipe correccional quanto a postura passiva assumida pelos colegas do GEPP, não me cabe tecer comentários.

4. IC 0024.02.000009-7 – Este Inquérito Civil é extremamente complexo porque envolve possíveis irregularidades em averbações de tempo de serviço de promotores e procuradores de justiça e de servidores do Ministério Público, alguns deles já aposentados e falecidos. A firmatária encontrou este procedimento parado há cinco anos quando assumiu o Órgão. Desde então tem tentado de todas as formas conseguir provas que esclareçam os fatos (fls. 769v). Por isso pediu o auxílio do GEPP, corroborando o entendimento dos colegas colaboradores quanto à necessidade de haver manifestação do Tribunal de Contas sobre o registro, ou não, das aposentadorias para as quais foi considerado o tempo que se diz irregular. Aderi ao posicionamento do GEPP não por inércia, mas por achar a diligência razoável, na medida em que é preciso esclarecer se a Corte de Contas considerou regulares as aposentadorias. Demais disso, não vislumbro outra diligência a ser empreendida, já que todas as outras efetivadas, no longo período de tramitação deste feito, foram inócuas para esclarecer a situação de cada um dos representados, embora haja indícios de irregularidades, porquanto detectadas por comissão especial constituída pelo Procurador-Geral de Justiça à época que os fatos vieram à tona, especialmente para investigar a questão, tendo a referida comissão apreciado 29 casos específicos de possíveis averbações irregulares de tempo de serviço, mas apenas o relatório final de um único caso foi localizado nos arquivos da Procuradoria-Geral de Justiça.

5. IC 0024.09.001570-2 – A inspecionada recebeu os autos em 19/04/16, oriundos de redistribuição de feitos que estavam à cargo da colega Maria Elmira do Amaral Dick, que exerceu as funções de Promotora Auxiliar na 17ª Promotoria de Justiça. Despachou no mesmo dia, 19/04/16 (fl.101v), encaminhando os autos ao GEPP, em razão de cooperação já anteriormente requerida pela mencionada colega. Estes autos estiveram parados nos escaninhos de 15/06/09 (fl.19v) a 13/02/14 (fls. 20/21), quando foi solicitada a cooperação do GEPP, que vem conduzindo as investigações, mas com o acompanhamento do promotor natural. Quando a firmatária despachou à fl. 101v, fez questão de consignar que solicitava o auxílio dos colegas para a ultimação do expediente, em tramitação há quase sete anos, quando a produção de provas já está irremediavelmente prejudicada pelo decurso do tempo. No mais, vale reafirmar o que já foi mencionado antes, no sentido de que a signatária se utilizou dos serviços do Grupo nos limites das atribuições objetivas para as quais foi criado.

6. IC 0024.08.000811-3 – Despachei nos autos em abril de 2013, embora os tenha recebido em novembro de 2012, porque este foi um dos Inquéritos atrasados que encontrei nos escaninhos, quando assumi minhas funções na 17ª Promotoria, o que se infere da análise dos próprios autos que, como se vê à fl.540v., estavam parados, quando assumi a Promotoria, há quase dois anos. A partir daí assumi as investigações, proferindo despachos instrutórios em breve espaço de tempo, até que sobreveio a Resolução que criou o GEPP e, tendo em vista tratar-se de procedimento antigo, abarcado pelo projeto de cooperação, solicitei o auxílio do Grupo. Tenho trabalhado em conjunto com os colegas cooperadores, e isso não significa atuação “reportante” do GEPP, não sendo verdade que os despachos deixam de lado a perícia do CEAT, tanto que foi expedido ofício à Secretaria de Educação requisitando informações com base em tal perícia, bem como designei oitiva de uma testemunha com base também nas conclusões da mesma perícia (fls.593v e 595). Evidentemente que considerações detalhadas a respeito da perícia não de ser feitas no momento próprio, na fase de encerramento do Inquérito Civil em comento.

Essas eram as considerações que me cabiam, salientando que nenhuma falta funcional foi imputada à firmatária, nem mesmo foi descrita ação que possa ser interpretada como tal, sendo que os problemas detectados pela equipe de correição são sistêmicos e institucionais, não tendo sido apontada irregularidade específica com relação ao trabalho da inspecionada. Os outros problemas verificados dizem respeito, ou a falhas administrativas em geral, fora de esfera de responsabilidade da inspecionada, como, por exemplo, inconsistências verificadas no SRU, ou a problemas relacionados a falta de padronização de atuação do Órgão, para os quais já foram encetadas providências de correção, no âmbito interno de controle conforme antes alinhado.

4. Indagações da Corregedoria Nacional

Indagação geral: Informações e esclarecimentos sobre a totalidade das constatações da equipe da Corregedoria Nacional, bem como dos Termos de Correição.

Órgãos destinatários: Procurador-Geral de Justiça do MPMG, Corregedor-Geral do MPMG, Membros Correicionados.

As respostas apresentadas pela unidade foram inseridas após os respectivos termos e constatações.

5. Proposições da Corregedoria Nacional

5.1. Considerando a constatação da equipe de Correição no que tange à sobrecarga de trabalho do setor pericial que atende a 17.^a Promotoria de Justiça de Belo Horizonte, haja vista os procedimentos estarem sendo encaminhados à perícia, via de regra, desacompanhados de quesitos e delimitação do objeto de interesse da investigação pelo órgão de execução, fato que aparentemente está dificultando o trabalho de análise e elaboração do respectivo laudo pericial, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público a expedição de **RECOMENDAÇÃO aos Exmos. Promotores de Justiça da 17.^a Promotoria de Justiça de Belo Horizonte** para que: se abstenham de encaminhar autos ao setor de perícia sem a devida quesitação, bem como procurem delimitar corretamente qual o objeto da investigação necessita de esclarecimentos técnicos, demonstrando a imprescindibilidade da diligência. A Corregedoria Nacional deverá ser informada no prazo de 90 (noventa) dias acerca das providências adotadas.

5.2. Com relação à constatação de deficiência em algumas investigações, bem como diante da constatação de que os correicionados praticamente abdicam da investigação criminal autônoma

(mesmo havendo atribuições para tanto), a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP que expeça **RECOMENDAÇÃO aos Exmos. Promotores de Justiça da 17.ª Promotoria de Justiça de Belo Horizonte** a fim de que passem a adotar as seguintes providências: *a)* delimitem corretamente as investigações e, na medida do possível, procurem determinar diligências investigatórias efetivas já na Portaria de instauração, visando à economia dos atos procedimentais e agilidade no feito; *b)* exerçam o protagonismo nas investigações, não se limitando a aguardar as providências de outros órgãos, incluindo, quando for o caso, a investigação criminal própria; *c)* procurem adotar apenas diligências investigatórias necessárias e efetivas a fim de evitar a circularidade dos feitos que se arrastam por longos períodos sem qualquer efetividade; *d)* analisem mais criteriosamente as notícias de fato no afã de evitar investigações sem qualquer viabilidade de modo apenas a inchar o acervo; *e)* procurem adotar uma atuação mais integrada aos órgãos institucionais de apoio à atividade finalística de suas respectivas atribuições, tais como GAECO, Centros de Apoio, CEAT, entre outros, com o desiderato de potencializar a chance de êxito e efetividade nas investigações de maior complexidade. A Corregedoria Nacional deverá ser informada no prazo de 60 (sessenta) dias acerca das providências adotadas.

5.3. Foram constatadas inúmeras irregularidades formais e consideráveis atrasos/paralisações por longos períodos de tempo, bem como restou verificada uma atuação global de pouca resolutividade dos Promotores de Justiça correccionados, especialmente em âmbito extrajudicial. As respostas dos membros foram devidamente analisadas e sopesadas pela Corregedoria Nacional. Todavia, não infirmaram a essência das conclusões da equipe de correição, haja vista a apresentação pela equipe, no bojo do relatório, de inúmeros dados objetivos (estatísticas de produtividade e resolutividade muitos diminutas, análises de inúmeros procedimentos antigos, sem efetividade, paralisados, etc) que confirmam suas constatações. Nada obstante, a Corregedoria Nacional considerando que o quadro narrado é global na unidade, entende, neste momento, ser desnecessário o encaminhamento de providências disciplinares. Entretanto, se faz imprescindível o acompanhamento da atuação dos Promotores de Justiça doravante desempenhadas, motivo pelo qual vem propor ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral do MPMG** para que: proceda ao acompanhamento individual dos membros correccionados integrantes da 17.ª Promotoria de Belo Horizonte (**Dr. JOÃO MEDEIROS SILVA NETO; DR. EDUARDO NEPOMUCENO DE SOUSA; Dr. GERALDO FERREIRA DA SILVA; DR. JÚLIO CESAR LUCIANO; Dra. ELISABETH CRISTINA DOS REIS VILLELA e DRA. RAQUEL PACHECO RIBEIRO DE SOUZA**) pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, sem prejuízo da adoção de providências disciplinares se entender cabíveis no curso ou após tal período, devendo considerar notadamente os seguintes aspectos de atuação funcional: eficiência e protagonismo na condução das investigações, resolutividade na atuação ministerial (especialmente extrajudicial), proatividade dos membros, haja vista que exercem funções de curadoria extrajudicial, pontualidade nas manifestações, cumprimento das Resoluções atinentes às investigações extrajudiciais e o comparecimento regular ao serviço, tudo em consonância com a nominada “Carta de Brasília”. Deverão ser encaminhados à esta Corregedoria Nacional relatórios detalhados e individuais bimestrais do referido acompanhamento.

Considerações Finais

6. Considerações Finais



Ao concluir este Relatório de Correição Extraordinária, cabe deixar consignada a total colaboração da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério do Estado de Minas Gerais para o bom êxito das atividades correcionais da Corregedoria Nacional, o que certamente facilitou a coleta de dados e a elaboração do presente relatório. Ademais, todos os membros, servidores e colaboradores dispuseram-se a fornecer as informações solicitadas e os meios materiais necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem qualquer objeção ou resistência, o que demonstra a disposição de enfrentar novos desafios e aperfeiçoar os processos internos.

A Corregedoria Nacional agradece o imprescindível apoio dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público e a inestimável colaboração, empenho e dedicação dos membros auxiliares e servidores do CNMP, sem os quais este trabalho não teria sido realizado.

Brasília/DF, 30 de janeiro de 2017.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO